



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



RELATÓRIO ANUAL 2016

Porto Alegre, 15 de março de 2017

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

www.timrs.jus.br

98 anos do TJM - 168 anos da JME

 **Justiça Militar**

1. SUMÁRIO	
2. SÍNTESE HISTÓRICA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO.....	3
3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL	8
4. GABINETE DA PRESIDÊNCIA	12
4.1 Estrutura.....	12
4.2 Competência.....	12
4.3 Secretaria da Presidência	13
4.4 Assessoria Jurídica	14
4.5 Assessoria de Comunicação Social	14
4.6 Assessoria Militar	51
4.6.1 Funções realizadas:.....	51
4.6.2 Ofícios Expedidos:.....	51
4.6.3 Propostas	52
4.6.4 Ordens de Serviço	52
4.6.5 Ações realizadas	56
4.7 Secretaria de Plenário	57
4.7.1 Relatório das atividades desenvolvidas.....	57
4.8 Núcleo de Gestão Estratégica	87
4.8.1 Finalidade	87
4.8.2 Desenvolvimento	89
4.8.3 Capacitação e Cursos	92
4.8.4 Workshops, Oficinas, Grupos de Trabalho (Portarias) e Outros	92
4.8.5 Reuniões	93
4.8.6 Outros Dados.....	94
4.8.7 Considerações Finais.....	95
4.9 NCI.....	97
5. GABINETE DA VICE - PRESIDÊNCIA	104
6. DIREÇÃO GERAL.....	105
6.1 Coordenadoria Administrativa	110
6.2 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	147
6.3 Coordenadoria Judiciária	164
6.4 Coordenadoria de Biblioteca e Memória.....	173
6.5 Conclusão DG.....	190
7. CONCLUSÃO.....	191

2. SÍNTESE HISTÓRICA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

A Justiça Militar teve origem com o Corpo Policial, disciplinado pelo Exército Imperial, em 1837, coincidindo com a Revolução Farroupilha. Todos os atos de tal Justiça eram controlados pelo Presidente da Província, que nomeava os membros do Conselho de Disciplina – onde era apreciada a conduta disciplinar, os crimes e delitos das praças – e da Junta Superior – que recebia as Apelações.

Em 1876, as Juntas de Justiça foram extintas, e os processos julgados pelo Conselho de Disciplina passaram a ser examinados pelo Presidente da Província, que tinha o poder de aplicar a pena definitiva. Com a criação da Brigada Militar, em 1883, extingue-se a Guarda Cívica, e o Governo do Estado baixa um “Regulamento Disciplinar e Processual” para tal instituição, onde as decisões de última instância caberiam ao Governador. Em 1892, é nomeado o primeiro juiz-auditor.

No ano de 1917, a bancada gaúcha na Câmara Federal apresentou um projeto que dava competência aos Conselhos de Guerra, constituídos nas forças estaduais, para julgar os oficiais e as praças das mesmas corporações nos crimes propriamente militares, o que foi convertido em lei no mesmo ano, dando nova organização à Justiça Militar do Estado, que seria administrada por um Conselho Militar e por um Conselho de Apelação, nascendo, assim, a Justiça Castrense, sendo a primeira Ata do Conselho de Apelação, redigida em 19 de junho de 1918, sob a presidência do Cel. Affonso Emílio Massot.

O Conselho Militar julgava praças e oficiais, diferindo apenas em sua composição, ou seja, para o julgamento de oficiais, a composição se daria por um oficial superior, como presidente auditor, um relator e três oficiais com patente superior ou igual à do réu. Para o julgamento de praças, o Conselho seria constituído por um oficial superior, um capitão como interrogante, o auditor e dois oficiais subalternos.

O Conselho de Apelação era constituído de cinco membros, entre os quais o Comandante-Geral, na função de Presidente, e, ainda, três militares convocados pelo Comando-Geral e um juiz togado, que era nomeado pelo Presidente do Estado.

A Corte de Apelação, com ampla autonomia judiciária e com juízes vitalícios, foi a partir de 1936, passando a Justiça Militar do Estado a libertar-se da tutela judiciária da Presidência da Província, sendo, no ano de 1940 introduzidas pertinentes modificações em relação ao funcionamento da Justiça Militar, elevando-a à categoria de órgão do Poder Judiciário.

A partir da Constituição Federal de 1946 a Justiça Militar do Estado foi introduzida no Poder Judiciário e funcionando como órgão de segunda instância o Tribunal Especial, ou, ainda, Tribunal de Justiça, sendo, em virtude disto, criado Tribunais Militares Estaduais.

Em 1957, foi sancionada lei que criava a Segunda Auditoria da Justiça Militar, sendo no ano de 1966, editada nova lei unificando a jurisdição das Auditorias. Por meio de dois decretos, ambos datados do ano de 1969, foram criados o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar, e, em 1970, foi sancionada a Lei de Organização Judiciária Militar do Estado.

Após funcionar por 63 anos no Quartel do Comando-Geral da Brigada Militar, sediado na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, o Tribunal Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em 1981, passou a exercer suas funções, juntamente com as Primeira e Segunda Auditorias, em sede própria, na Av. Praia de Belas, nº 799, em Porto Alegre, contando, ainda, com auditorias nas cidades gaúchas de Santa Maria e Passo Fundo.

Em primeira instância – Auditorias Militares –, os processos são instruídos e julgados por Conselhos formados por quatro juízes militares

oriundos da Brigada Militar e um Juiz de Direito, bacharel em Direito, aprovado em concurso público, que preside o Conselho. Tais Conselhos são denominados Conselho Permanente de Justiça, para julgar praças, cujos juízes militares são sorteados trimestralmente para integrá-lo, ou Conselho Especial de Justiça, cujos juízes militares são sorteados para atuar durante todo o processo ao qual respondem oficiais ou praças que são denunciadas em coautoria com oficiais.

A partir de 2004, com a edição da Emenda Constitucional nº 45, foi introduzido na Justiça militar o juízo singular, hipótese em que o Juiz-Auditor julga monocraticamente os delitos militares praticados contra civis.

À Justiça Militar Estadual, nos termos do art. 125, § 4º, da Constituição Federal de 1988, com as alterações produzidas pela Emenda Constitucional nº45/2004, compete processar e julgar os Militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Em segunda instância – Tribunal Militar - a composição é de sete juízes vitalícios, dos quais quatro são militares (Oficiais-Coronéis da Brigada Militar) e três civis, sendo uma vaga de juiz de direito e duas, na forma do art. 94 da Constituição Federal, esses últimos nomeados pelo Governador do Estado.

A Corte se reúne ordinariamente às quartas-feiras e julga os recursos interpostos das decisões de primeira instância.

Atualmente, a Justiça Militar Estadual está presente em todos os estados brasileiros, nos termos facultados pelo art. 125, § 3º, da Constituição Federal, e nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná* (*criado, mas não instalado), em que o efetivo dos militares estaduais (policiais e bombeiros militares) é superior a 20.000 integrantes, têm instituído o Tribunal de Justiça Militar, como órgão de segunda instância do foro castrense.

Relação dos Juizes que presidiram o TJM, com as respectivas datas de posse:

1° - 19/06/18 - Juiz-Cel. Affonso Emílio Massot
2° - 25/12/25 - Juiz-Cel. Claudino Nunes Pereira
3° - 21/12/32 - Juiz-Cel. João de Deus Canabarro Cunha
4° - 30/11/37 - Juiz-Cel. Agenor Barcellos Feio
5° - 09/02/41 - Juiz-Cel. Antero Marcelino da Silva Júnior
6° - 27/12/41 - Juiz-Cel. Aldo Ladeira Ribeiro
7° - 07/01/43 - Juiz-Cel. Aristides Krauser do Canto
8° - 08/01/53 - Juiz-Cel. Aldo Ladeira Ribeiro
9° - 03/01/57 - Juiz-Cel. José Martins
10° - 08/01/59 - Juiz-Cel. Olegário Diogo Duarte
11° - 14/01/60 - Juiz-Dr. Clio Fiori Druck
12° - 02/03/61 - Juiz-Cel. Olavo João Urquia Castagna
13° - 08/03/62 - Juiz-Cel. Aldo Ladeira Ribeiro
14° - 12/03/64 - Juiz-Cel. José Martins
15° - 03/03/66 - Juiz-Dr. Clio Fiori Druck
16° - 06/03/68 - Juiz-Cel. Raul Oliveira
17° - 11/03/70 - Juiz-Cel. Assis Fontoura de Almeida
18° - 08/03/72 - Juiz-Cel. Octávio Frota
19° - 13/01/74 - Juiz-Cel. Nabuco Rodrigues Martins
20° - 09/10/74 - Juiz-Cel. Assis Fontoura de Almeida
21° - 10/03/76 - Juiz-Cel. Clóvis Antônio Soares
22° - 08/03/78 - Juiz-Dr. Orlando Giraldo Vanin
23° - 04/02/80 - Juiz-Cel. Odilon Camargo
24° - 04/02/82 - Juiz-Cel. Itaboraí Pedro Barcellos
25° - 1º/02/84 - Juiz-Dr. Antonino Fornari
26° - 04/02/86 - Juiz-Cel. Odilon Camargo
27° - 04/02/88 - Juiz-Cel. Assis Fontoura de Almeida
28° - 07/02/90 - Juiz-Dr. José Luiz Vieira
29° - 05/02/92 - Juiz-Dr. Eduardo Túlio Sarmento Barcellos
30° - 09/02/94 - Juiz-Cel. Antônio Codorniz de Oliveira Filho
31° - 07/02/96 - Juiz-Dr. Mathias Nagelstein
32° - 1º/07/97 - Juiz-Cel. Antônio Carlos Maciel Rodrigues
33° - 09/02/00 - Juiz-Cel. João Vanderlan Rodrigues Vieira
34° - 06/02/02 - Juiz-Dr. João Carlos Bona Garcia
35° - 11/02/04 - Juiz-Dr. Geraldo Anastácio Brandeburski
36° - 08/02/06 - Juiz-Dr. Octavio Augusto Simon de Souza
37° - 13/02/08 - Juiz-Cel. Sergio Antonio Berni de Brum
38° - 10/02/10 - Juiz-Dr. Geraldo Anastácio Brandeburski
39° - 08/02/12 - Juiz-Cel. João Vanderlan Rodrigues Vieira
40° - 06/02/14 - Juiz-Cel. Sergio Antonio Berni de Brum
41° - 04/02/16 - Juiz-Dr. Fernando Guerreiro de Lemos

3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL

O presente relatório tem por desígnio relatar as principais realizações do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul no decorrer do ano de 2016.

No primeiro ano da Presidência do Juiz Fernando Guerreiro de Lemos foram priorizadas ações que contribuíram para a construção de um plano de gestão em consonância com o Planejamento Estratégico da Instituição, bem como para a participação, a valorização e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Inicialmente, atendendo prescrições da Resolução Nº 201 de 03 de março de 2015, que dispõe sobre a criação e competências das unidades socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) a JME/RS transformou sua Comissão Ambiental, chamada JMeco, em Unidade Socioambiental e criou a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS), composta por servidores designados por ato normativo, com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Conforme prevê a Resolução Nº 201 do CNJ e o próprio Planejamento Estratégico da Instituição, o objetivo do PLS é melhorar a eficiência do gasto público e a gestão dos processos de trabalho.

É um instrumento de suma importância vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, contendo objetivos, metas, responsáveis, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade.

No escopo da prestação jurisdicional, evidencia-se o julgamento dos embargos declaratórios referentes ao caso Kiss, impetrados pelas defesas e pelo Ministério Público. Após a leitura do voto do Decano, Juiz Militar Antônio Carlos Maciel, o Tribunal, à unanimidade, rejeitou os embargos declaratórios das defesas e acolheu os embargos opostos pelo *Parquet*, a fim de constar no dispositivo do acórdão a omissão apontada.

No campo da Administração o Processo Judicial Eletrônico foi estendido para o 2º grau. A nova realidade foi inaugurada com o ingresso de uma apelação, no dia 10 de novembro de 2016. Nesse senda, a expansão do sistema prevê para 2017 o ingresso das ações do processo criminal.

O Tribunal deu continuidade às iniciativas que visam à qualidade de vida no ambiente de trabalho dos servidores e magistrados de acordo com o cronograma do Plano de Logística Sustentável.

Destacaram-se a disponibilização de testes gratuitos para detectar sífilis, HIV e hepatite. Somente na sede do Tribunal, foram realizados testes em 50 pessoas (magistrados, servidores e estagiários) e a palestra ministrada por um médico cardiologista sobre “doença cardiovascular na atualidade (hipertensão/diabetes/dislipidemia)”.

De outra parte, a Administração também buscou maximizar os resultados estratégicos na questão de sustentabilidade. Por exemplo, a coordenadoria de TIC orientou oficina de trabalho dirigida a implantação de modernas práticas de gestão, onde foram abordadas as questões da implantação de capacitação envolvendo temas como a utilização da ferramenta Spark (comunicação interna instantânea) e Sistemas Eletrônico de Informação (administração).

Outro ponto de relevância no ano de 2016 foi sem dúvida a criação do Núcleo de Estudos em Direito Militar, uma iniciativa da JME/RS e da Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS).

A Justiça Militar gaúcha, segundo propostas de ação definidas no planejamento estratégico e na busca de cumprimento de metas estabelecidas no sentido de tornar conhecida e compreendida esta justiça especializada, leva a discussão da mesma aos diversos públicos e segmentos sociais direta e indiretamente interessados.

O objetivo é promover debates sobre temas do direito penal militar, processo penal militar, direito administrativo militar, execução penal no direito militar, aliando teoria e prática, com foco na atividade jurisdicional.

Por fim, no X Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais, o TJM/RS recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o “Selo Ouro” do Programa

“Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça. A Instituição foi um dos 14 Tribunais estaduais brasileiros a serem distinguidos, sendo o único no segmento militar.

O selo Justiça em Números visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Em termos jurisdicionais, o Tribunal terminou o ano assim constituído:

Presidente: Juiz – Dr. Fernando Guerreiro de Lemos

Vice-Presidente: Juiz Militar Coronel Fábio Duarte
Fernandes Rodrigues

Corregedor-Geral: Juiz - Dr. Amilcar Fagundes Freitas
Macedo

Juiz Militar Coronel Antonio Carlos Maciel Rodrigues

Juiz Militar Coronel Sergio Antonio Berni de Brum

Juiz Militar Coronel Paulo Roberto Mendes
Rodrigues

Juíza-Doutora Maria Emília Moura da Silva

Como representante do Ministério Público, o Tribunal teve a honra de continuar contando com a presença preponderante da eminente Procuradora de Justiça Doutora Maria Ignez Franco Santos e do Procurador Doutor Silvio Miranda Munhoz.

Quanto à efetividade da prestação jurisdicional, o desempenho dos órgãos desta Justiça será a seguir especificado.



RELATÓRIO ANUAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA 2016

Porto Alegre, 15 de março de 2017

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

www.tjmrs.jus.br

98 anos do TJM - 168 anos da JME

 **Justiça Militar**

4. GABINETE DA PRESIDÊNCIA

4.1 Estrutura

O presente relatório tem por finalidade dar cumprimento às exigências regimentais e proporcionar, de forma transparente e eficaz, uma visão completa do funcionamento do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado.

A Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Serviços Gerais, compreende:

I – Secretaria da Presidência

- a) Assessoria de Comunicação Social
- b) Assessoria Jurídica
- c) Assessoria Militar
 - 1) Serviço de Segurança e Núcleo de Inteligência
 - 2) Serviço de Portaria
 - 3) Serviço de Transporte

4.2 Competência

O Gabinete da Presidência, é dirigido pelo Secretário do Presidente, privativo de bacharel em direito, é o órgão incumbido de prestar colaboração e assistência ao Presidente do Tribunal Militar.

Elaborar o expediente do Presidente, preparar atos de sua competência exclusiva, comunicar-se com os serviços do Tribunal e órgãos ou entidades estranhas ao Poder Judiciário, acompanhar o Presidente externamente e nas audiências, organizar registros, arquivos e fichários que se tornarem necessários, estudar e pesquisar assuntos atinentes a

problemas jurídicos e administrativos e desempenhar outros serviços determinados pelo Presidente, são as atribuições do cargo.

Conta com, no mínimo, um Assessor Militar, um Assessor de Comunicação Social, um Oficial de Gabinete e um Assessor Judiciário.

4.3 Secretaria da Presidência

Ao Secretário da Presidência, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, devidamente registrado, compete assessorar o Presidente do Tribunal nos trabalhos que lhe estão afetos e coordenar os serviços do Gabinete, devendo para tanto:

- a) minutar ou redigir a correspondência da Presidência;
- b) preparar os expedientes encaminhados ao Gabinete para serem submetidos a despacho do Presidente;
- c) preparar despachos ordenados pelo Presidente;
- d) orientar os serviços dos Oficiais de Gabinete e do Pessoal Auxiliar do Gabinete, distribuindo e fiscalizando a sua execução;
- e) assinar a correspondência comum do Gabinete;
- f) promover diligências e solicitar informações necessárias ao encaminhamento ou solução dos assuntos de competência do Gabinete;
- g) auxiliar na recepção de pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente do Tribunal;
- h) dirigir e coordenar as atividades protocolares, segundo as normas em vigor;
- i) providenciar no convite e recepção de autoridades federais, estaduais e municipais, civis, militares, diplomáticas ou eclesiásticas, quando das cerimônias oficiais;
- j) dar conhecimento prévio ao Presidente do programa de solenidades e recepções a que tiver de comparecer;
- l) executar e fazer executar outras funções que lhe forem cometidas pelo Presidente, dentro da competência e finalidade do Gabinete.

4.4 **Assessoria Jurídica**

À Assessoria compete prestar assessoramento em matéria jurídica e administrativa à Presidência e a análise dos serviços e atividades do Tribunal para permanente atualização do processo de modernização administrativa.

Foram emitidos 11 (onze) pareceres ao longo de 2016.

4.5 **Assessoria de Comunicação Social**

A Assessoria de Comunicação Social desenvolve as atividades de assessoria de imprensa, cerimonial e protocolo e de produção gráfica e audiovisual, incumbindo-lhe a coordenação, a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, à comunicação social e às relações públicas internas e externas do Tribunal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Presidente.

4.5.1 **Planejamento de Comunicação para o biênio**

4.5.2 **Produção e publicação de notícias (site e intranet)**

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro a Comunicação Social publicou **117** matérias/notas e/ou artigos no site e/ou intranet, distribuídos em 5 categorias: Artigos; Comunicação Interna; Governança Colaborativa; Representações; Institucional.

Janeiro: 12 ocorrências

08/01 - Justiça Militar gaúcha prestigia comemoração dos 70 anos da ASSTBM

08/01 - Sistema de emissão de certidões está automatizado na Justiça Militar do Estado

13/01 - Participe do seminário “Direito Militar: interação e capacitação”

13/01 - Projeto da Justiça Militar gaúcha é pré-selecionado na Maratona do CNJ

14/01 - Dirigentes da AJURIS visitam a Justiça Militar e entregam convite

18/01 - Justiça Militar apoia seminário promovido pela Associação dos Oficiais Subalternos

20/01 - Magistrado fala sobre importância da Justiça Militar no Estado Democrático de Direito em debate na UFRGS

- 20/01 - José Paulo Bisol recebe Comenda do Mérito em ato especial
- 21/01 - Gestão da Justiça Militar tem seis metas para focar em 2016
- 21/01 - Reunião da Corregedoria trabalha adequação de procedimentos para viabilizar automação do Módulo de Produtividade Mensal
- 27/01 - Filho de coronel da BM assume o Comando Militar do Sul
- 28/01 - Corte retoma sessões em 2016. Na pauta, “desacato a superior”

Fevereiro: 12 ocorrências

- 03/02 - Presidente e Vice- Presidente eleitos do TJM/RS prestigiam posse no TJ/RS
- 03/02 - Presidente do TJM/RS prestigia posse de Silvana Covatti na presidência da Assembleia Legislativa gaúcha
- 04/02 - Fernando Lemos toma posse como Juiz-Presidente do TJM/RS
- 05/02 - Vice-Presidente do TJM/RS compareceu à cerimônia de posse na AJURIS
- 12/02 - Simpósio de Direito Constitucional, últimas vagas disponíveis
- 15/02 - Nota de pesar
- 15/02 - Nova administração em sua primeira sessão
- 22/02 - JME/RS é habilitada para trabalhar com o sistema PROA
- 24/02 - Amadeo Buttelli assume como Diretor do Foro Central de Porto Alegre
- 24/02 - Doação de sangue
- 26/02 - Nova administração do TJM/SP tomou posse nesta sexta-feira
- 26/02 - Tribunal aprova Plano de Logística Sustentável

Março: 14 ocorrências

- 07/03 - Dia Internacional da Mulher. Para cumprimentar e lembrar!
- 10/03 - Direção do Tribunal de Justiça Militar visita Presidente do TJ/RS
- 11/03 - Presidente e Vice-Presidente do TJM/RS prestigiaram posse solene da OAB/RS
- 16/03 - Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais empossa nova diretoria
- 16/03 - Consignação em folha de pagamento
- 17/03 - Concurso Público
- 18/03 - CNJ abre consulta pública para ampliar o debate sobre novo CPC
- 21/03 - Justiça Militar gaúcha capacita servidores para gestão sustentável
- 22/03 - Na guerra contra o mosquito
- 23/03 - Brigada Militar tem novo subcomandante
- 24/03 - Justiça Militar deflagra guerra contra o mosquito
- 28/03 - Servidores capacitados para utilização de software de informação e integração de dados
- 30/03 - Justiça Militar e você pelo lixo zero!
- 31/03 - Projeto dos servidores da Justiça Militar gaúcha entre os finalistas da Maratona PJe do CNJ

Abril: 8 ocorrências

- 04/04 - CNJ deve ampliar as hipóteses de vedação a contratos com empresas de parentes
- 05/04 - Comece a praticar Judô e Jiu-Jitsu. Sem custo. Sem necessidade de transporte
- 08/04 - Justiça Militar do Estado implanta PJe em mais uma unidade
- 08/04 - Projeto social e ambiental Justiça Militar recolhe e entrega à cooperativa de moradores de rua, mais de 60 quilos de resíduos eletrônicos
- 11/04 - Corregedoria promove reunião técnica com juízes de primeiro grau
- 12/04 - TJM/RS prestigia posse de Cristiano Vieira Heerdt como Defensor Público-Geral
- 13/04 - Espaços de aperfeiçoamento. Novo Código de Processo Civil - Curso de atualização
- 20/04 - CNJ abre inscrições para audiência pública sobre novo CPC

Mai: 8 ocorrências

- 02/05 - A justiça militar. Por que não conhecê-la?
- 04/05 - Campanha Lixo Zero agora é permanente
- 05/05 - Um pequeno ato para ajudar a transformar o mundo. Vamos juntos?!
- 13/05 - Falsificação de documento é objeto de julgamento
- 17/05 - Juízes prestigiam fórum no MP
- 23/05 - Palestra para acadêmicos de direito em Passo Fundo
- 30/05 - Processo Judicial Eletrônico é realidade na Justiça Militar
- 30/05 - JMERS e AJURIS promovem "Núcleo de Estudos em Direito Militar"

Junho: 15 ocorrências

- 01/06 - Diretores da Revista "Unidade" visitam Tribunal
- 02/06 - Servidores e Magistrados doam quase 200 litros de leite para a Cooperativa CrêSer
- 02/06 - Magistrado fala sobre o papel da Justiça Militar na questão da violência contra agentes públicos
- 03/06 - Justiça Militar entregou 470kg de resíduos eletrônicos para cooperativa de reciclagem
- 08/06 - CNJ inicia consulta pública sobre regulamentação do uso do nome social
- 10/06 - Aumento de competência na pauta do encontro dos Presidentes reunidos em Porto Alegre
- 10/06 - Realizado evento da VII Semana Institucional de Cooperação Socioambiental com participação da Justiça Militar
- 15/06 - Corregedor-geral da JMERS prestigiou aniversário do 20 BPM na Capital
- 15/06 - Planejamento estratégico sustentável na pauta do Judiciário

15/06 - Empossada diretoria da Associação dos Oficiais da BM para o biênio 2016-2018
16/06 - Nota de pesar
17/06 - Alunos do Colégio Tiradentes assistem sessão na Auditoria de Passo Fundo
21/06 - Comitê de Governança de TIC
21/06 - Assembleia inaugura espaço da Procuradoria da Mulher
23/06 - Núcleo de Estudos em Direito Militar reúne mais de 160 pessoas em Porto Alegre
27/06 - 22º BPM de Lajeado é destaque no CNJ
27/06 - Justiça Militar gaúcha na reunião nacional das comissões de segurança da Justiça
28/06 - Justiça Militar prestigia entrega do Prêmio Miguel Velasquez no Ministério Público gaúcho
28/06 - Saúde e água fresca
28/06 - Processo Judicial Eletrônico implantado na Auditoria de Passo Fundo

Julho: 15 ocorrências

01/07 - Você é 12 X 8? Palestra e medição da pressão arterial
04/07 - Comissão da JME/RS trabalha segurança da informação com magistrados e servidores
05/07 - Política de Atenção Integral à Saúde, do CNJ: palestra de cardiologista é parte da semana "12 X 8" da JME/RS
06/07 - Julgados embargos declaratórios do Caso Kiss
08/07 - Fundação Pão dos Pobres: Justiça Militar prestigia ciclo de debates sobre acolhimento
14/07 - Estão previstas temperaturas mínimas de até 2º para os próximos dias! (notícia)
14/07 - Visita ao Comandante da Brigada Militar
18/07 - Alexandre Postal toma posse como conselheiro do TCE-RS
21/07 - AJURIS realiza seminário "Sistema Prisional e Direitos Humanos"
25/07 - I Jornada Fundação Brigada Militar: A Violência Nos Diferentes Contextos
27/07 - Auditoria da JME/RS cumpre meta antes do prazo
28/07 - Tribunal mantém condenação de PMs por exigirem dinheiro de traficantes
28/07 - Curso de preparação para a Magistratura
29/07 - Pelotão de Operações Especiais visita a Justiça Militar
29/07 - Segundo encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar lota auditório da ESM/Ajuris (notícia)

Agosto: 13 ocorrências

- 04/08 - Presidente do TRE-RS visita a Justiça Militar
- 04/08 - Congresso do Ministério Público gaúcho em Gramado
- 08/08 - Homenagem aos brigadianos mortos no cumprimento do dever
- 10/08 - Portal CNJ destaca aplicativo desenvolvido pela TIC da Justiça Militar
- 11/08 - Tribunal acolhe recurso em condenação por crime de deserção
- 15/08 - Blog especializado destaca aplicativo desenvolvido na JME gaúcha
- 15/08 - Nota de falecimento
- 15/08 - Seminário alinha ações da Rede de Governança Colaborativa
- 17/08 - Tribunal não acolhe recurso de oficial por crime de “dormir em serviço”
- 19/08 - Justiça Militar gaúcha intensifica ações de capacitação para operação do PJe
- 22/08 - Presidente do TJM/RS prestigia evento da OAB pelo combate às irregularidades eleitorais
- 25/08 - Tribunal confirma condenação de PM que desacatou superior pelo aplicativo WhatsApp
- 26/08 - Tributos e Insegurança Pública

Setembro: 8 ocorrências

- 01/09 - Sessão solene marca 194 anos da Independência e 100 anos da Liga de Defesa Nacional
- 01/09 - Tribunal mantém condenação de oficial por violência contra inferiores
- 08/09 - Agora o PJe é obrigatório no 1º grau da Justiça Militar
- 08/09 - Justiça de pilcha
- 16/09 - Secretário da Segurança visita a Justiça Militar
- 29/09 - Site do TJME-RS disponibiliza link para software de tradução/transliteração em libras
- 29/09 - Tribunal não acolhe recurso de PM condenado por corrupção de menor
- 29/09 - Turma do curso de direito da UNISC visita a Justiça Militar

Outubro: 11 ocorrências

- 03/10 - Campanha “outubro rosa” está no ar outra vez
- 03/10 - Palestra e teste gratuito para magistrados e servidores
- 03/10 - Terceiro encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar lota auditório da ESM/Ajuris
- 05/10 - Membros do Judiciário e Ministério Público denunciam retaliação do Congresso e Governo Federal
- 10/10 - Inquérito Policial - Aspectos relevantes frente à Constituição

17/10 - Justiça Militar gaúcha na Reunião Preparatória ao 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário
20/10 - Magistrado aborda “modos de policiar, militarização e democratização” em seminário internacional
28/10 - Ação pela qualidade de vida no ambiente de trabalho
28/10 - Tribunal não acolhe apelo defensivo de PM acusado de injúria
28/10 - Tribunal confirma sentença por abandono de posto
31/10 - Expansão do uso de sistema de gestão com integrações externas com outros órgãos

Novembro: 7 ocorrências

07/11 - Justiça Militar avalia primeiro mês de obrigatoriedade do PJE
11/11 - Canecas no lugar de copos plásticos entram na lista das práticas sustentáveis da Justiça Militar
21/11 - Justiça Militar vai homenagear Brigada Militar que celebra 179 anos
24/11 - Processo Judicial Eletrônico entra na rotina do Tribunal de Justiça Militar gaúcho
24/11 - Sessão solene celebra 179 anos da Brigada Militar
24/11 - Programa de atenção a PMs apenados
28/11 - IV Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar encerra atividades em 2016

Dezembro: 2 ocorrências

5/12 - Auditoria da JME/RS cumpre metas dois e quatro do CNJ
6/12 - Tribunal de Justiça Militar gaúcho entre os 14 distinguidos com selo ouro do CNJ

4.5.2 CNJ (Portal do Conselho Nacional de Justiça)

Durante o ano de 2016, quatro pautas geradas na JME/RS foram publicadas no Portal de Notícias do CNJ (www.cnj.jus.br).

29/02/2016 - Justiça Militar do RS aprova plano de logística sustentável 2016-2020
31/03/2016 - Justiça Militar gaúcha adere à campanha de combate ao Aedes Aegypti
09/09/2016 - PJe torna-se obrigatório em todo o 1º grau da Justiça Militar gaúcha
22/11/2016 - Por sustentabilidade, Justiça Militar gaúcha estimula o uso de canecas.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Como acionar o CNJ?
Fale com a Ouvidoria
Corregedoria Nacional de Justiça
Convenção da Apostila da Haia

Pesquisa avançada English Español

Página Inicial > Notícias > Judiciário > Justiça Militar do RS aprova plano de logística sustentável 2016-2020

Justiça Militar do RS aprova plano de logística sustentável 2016-2020

29/02/2016 - 15h36

TWEETAR COMPARTILHAR



Justiça Militar gaúcha aprova Plano de Logística Sustentável. Crédito: Divulgação/TJM-RS

Em sessão administrativa especial, o Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul aprovou a imediata implantação e operação do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2016-2020. A medida atende a Resolução 201 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a criação e as competências das unidades socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário. A Justiça Militar gaúcha transformou sua Comissão Ambiental (JMEco), em Unidade Socioambiental e criou a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS), composta por servidores designados por ato normativo,

com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Conforme prevê a resolução e o planejamento estratégico do tribunal, o objetivo do PLS é melhorar a eficiência do gasto público e a gestão dos processos de trabalho. É um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, contendo objetivos, metas, responsáveis, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade.

A partir do diagnóstico feito pela Comissão do PLS junto à Direção-Geral e ao gabinete da Presidência, foram considerados dados de 2015, a análise do ambiente interno e externo, e o Planejamento Estratégico 2015-2020 do TJMRS. Assim, foi possível definir os planos de ação para cada tema, contendo objetivos, metas, cronograma de implementação e responsáveis pelas ações.

O setor de estatística, que alimenta e encaminha os dados, monitora os índices previstos na resolução. O desempenho ambiental e econômico do plano será avaliado pela Comissão PLS em reuniões semestrais, ou extraordinárias quando necessário, para acompanhar planos de ação e dos indicadores socioambientais. Ao final do ano, o PLS será revisado e pode sofrer alterações.

Fonte: TJMRS

Siga o CNJ



Link: <http://www.cnj.jus.br/rkmj>

Imprimir E-mail

Palavras-chave

Gestão socioambiental, melhore o planeta, TJMRS, Plano de Logística Sustentável

Contatos

Imprensa 61 2326.5470 imprensa@cnj.jus.br
Ouvidoria 61 2326.4608 ouvidoria@cnj.jus.br

Receba as notícias do CNJ

Cadastre-se aqui

Youtube



Flickr



Veja mais

Notícias Relacionadas



Projeto espera cortar uso de papel em 50% na Justiça do Amazonas



Doação de papel atinge 3,3 toneladas no Tribunal de Justiça maranhense

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Como acionar o CNJ?
Fale com a Ouvidoria
Corregedoria Nacional de Justiça
Convenção da Apostila da Haia

Pesquisa avançada English Español

Página Inicial > Notícias > Judiciário > Justiça militar gaúcha adere à campanha de combate ao Aedes aegypti

Justiça militar gaúcha adere à campanha de combate ao Aedes aegypti

31/03/2016 - 15h43

TWEETAR COMPARTILHAR



Campanha de combate ao mosquito Aedes aegypti. Crédito: Divulgação/CNJ.

A Justiça Militar gaúcha aderiu à campanha de erradicação do mosquito Aedes aegypti, promovida pelo Judiciário brasileiro. No dia 23 de março, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul participaram da palestra de profissional da saúde que deu início às ações previstas. A mobilização busca identificar focos e eliminar o mosquito vetor de doenças como dengue, febre amarela, zika e chikungunya.

Servidores de cada unidade da Justiça Militar foram capacitados para ampliar a ação aos locais de trabalho em palestra de Daltro Fernandes da Fonseca, Veterinário sanitaria da Secretaria de Saúde estadual,

ele integra o Programa Nacional de Controle da Dengue e o Programa Estadual de Vigilância do Aedes aegypti. Sob orientação do profissional, foi feita varredura do tribunal e da primeira auditoria, em busca de identificação de condições potenciais de desenvolvimento de larvas.

A palestra abordou a biologia do vetor, tipos de focos e métodos de controle larvário, entre outros. O evento foi promovido pelo gabinete da Presidência e a diretoria-geral do Tribunal Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Mosquito - Aedes aegypti é a nomenclatura taxonômica para o mosquito que é popularmente conhecido como mosquito da dengue ou pernilongo rajado, uma espécie de mosquito da família Culicidae, proveniente da África, atualmente presente em quase todo o mundo, especialmente em regiões tropicais e subtropicais. O vetor é dependente da concentração humana no local para se estabelecer.

Segundo as autoridades sanitárias, o mosquito está bem adaptado a zonas urbanas, mais precisamente ao domicílio humano, onde consegue reproduzir-se e pôr os seus ovos em pequenas quantidades de água limpa e parada, isto é, pobres em matéria orgânica em decomposição e sais (que confeririam características ácidas à água), que preferivelmente estejam sombreados e em áreas periféricas do domicílio. Para realizar a hematofagia (hábito de se alimentar de sangue), as fêmeas podem percorrer até 2,5 mil metros. O controle das populações do Aedes aegypti é considerado assunto de saúde pública.

Fonte: TJMRS

Siga o CNJ



Link: <http://www.cnj.jus.br/3qmj>

Imprimir E-mail

Palavras-chave

Saúde, TJMRS, Boas práticas, Aedes Aegypti, Dia D combate ao Aedes Aegypti

Contatos

Imprensa 61 2326.5470 imprensa@cnj.jus.br
Ouvidoria 61 2326.4608 ouvidoria@cnj.jus.br

Receba as notícias do CNJ

Cadastre-se aqui

Youtube



Flickr



Veja mais

Notícias Relacionadas



Ação atende casos de sub-registro e reconhecimento de paternidade



Justiça alagoana entrega 1108 armas para destruição em dois anos



Curso forma juizes e servidores para combater violência doméstica em Rondônia

Página Inicial > Notícias > Judiciário > PJe torna-se obrigatório em todo o 1º grau da Justiça Militar gaúcha

PJe torna-se obrigatório em todo o 1º grau da Justiça Militar gaúcha

09/09/2016 - 15h34



PJe torna-se obrigatório em todo o 1º grau da Justiça Militar gaúcha. Crédito: Divulgação/TJMRS.

A Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JMERS) consolidou o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 100% da jurisdição no 1º grau e determinou a sua obrigatoriedade desde o dia 1º de setembro. Com a implantação finalizada para a área cível, o grupo de trabalho designado pela Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS) para a execução do projeto, sob a coordenação da juíza Eliane Almeida Soares, passa agora a trabalhar sobre o desenvolvimento do fluxo do processo criminal.

Trata-se de um marco para a Justiça Militar gaúcha, que agora passa a trabalhar exclusivamente com o processo digital nos processos de competência cível, atendendo a Resolução CNJ 185/2013. A norma instituiu o PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

O PJe é desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com Tribunais de Justiça de todo Brasil. Entre as muitas vantagens da sua utilização estão segurança, transparência, economia e ampliação do acesso ao Poder Judiciário. Isto sem contar o impacto sobre a questão da celeridade processual.

A Justiça Militar Estadual disponibiliza acesso ao PJe através do endereço <https://pje.tjmrs.jus.br/>. Além do próprio sistema, nesta página também é possível encontrar a legislação relativa ao PJe, manuais, perguntas frequentes e os requisitos para utilização, entre outras informações relevantes.

No 2º grau - No dia 29 de agosto, o TJMRS ingressou na era do PJe nos moldes do que já acontece no 1º grau da jurisdição, desde 2015, em 100% das Auditorias Militares para os feitos cíveis. No 2º grau, o PJe é obrigatório para os recursos de ações ajuizadas eletronicamente no 1º grau e opcional para algumas classes de ações originárias e recursos internos. A previsão para a obrigatoriedade das ações originárias e dos recursos internos é 1º de janeiro de 2017.

A implantação do PJe na JMERS é coordenada pelo Comitê Gestor do PJe, presidido pelo juiz Amílcar Fagundes Freitas Macedo, e conta com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS), Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado.

Fonte: TJMRS

Siga o CNJ



Link: <http://www.cnj.jus.br/b9qj>

Imprimir E-mail

Palavras-chave

investimento em tecnologia, TJMRS, PJe, PJe 2.0

Contatos

Imprensa 61 2326.5470 imprensa@cnj.jus.br
Ouvidoria 61 2326.4608 ouvidoria@cnj.jus.br

Receba as notícias do CNJ

Cadastre-se aqui

Youtube



Flickr



Veja mais

Notícias Relacionadas



Implantação do PJe na comarca de Água Boa fecha cronograma de 2016



Justiça Federal da Paraíba torna PJe obrigatório para as ações penais



Vara das Execuções Penais finaliza digitalização de todo seu acervo



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Como acionar o CNJ?
 Fale com a Ouvidoria
 Corregedoria Nacional de Justiça
 Convenção da Apostila da Haia

Pesquisa avançada
English Español

Página Inicial > Notícias > Judiciário > Por sustentabilidade, Justiça Militar gaúcha estimula uso de canecas

Por sustentabilidade, Justiça Militar gaúcha estimula uso de canecas

22/11/2016 - 16h13

[TWEETAR](#) [COMPARTILHAR](#)



Práticas sustentáveis do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS). Crédito: Divulgação/TJMRS.

Palestra sobre água, seu tratamento e fornecimento público marcou o evento de apresentação de xícaras e canecas a serem distribuídas ao público interno como medida de eliminação do consumo de copos plásticos, garrafas pet, bombonas plásticas e água mineral. A ação faz parte do Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul (JME-RS), que se mantém alinhado às resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Justiça Militar gaúcha recebeu servidores do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre para uma palestra

sobre a água, dirigida a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. O coordenador de educação ambiental do DM apresentou trabalho que abordou a promoção de ações para estimular a adoção de práticas responsáveis em relação ao meio ambiente e à cidade, enfatizando as questões referentes à água e ao esgoto, em relação à gestão sustentável.

O evento foi organizado pelo Comitê de Saúde da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. O palestrante falou sobre os processos pelos quais a água passa até tornar-se potável e ressaltou a importância de se adotar práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente, enfatizando a segurança do consumidor.

Ganho e economia – Após a palestra foram entregues canecas e xícaras para magistrados e servidores presentes. As peças têm gravados as logomarcas da Justiça Militar e da unidade ambiental da instituição. Sua utilização está restrita ao âmbito de trabalho da Justiça Militar. A finalidade é induzir o consumo de água tratada. A ação pretende reduzir drasticamente o uso de copos plásticos, garrafas pet, bombonas plásticas e água mineral, contribuindo para um ganho substancial ao meio ambiente e economizando dinheiro da instituição.

Fonte: TJMRS

Siga o CNJ



Link: <http://www.cnj.jus.br/tmrj>

[Imprimir](#) [E-mail](#)

Palavras-chave

Gestão socioambiental, melhore o planeta, TJMRS, Plano de Logística Sustentável, PLS

Contatos

Imprensa	61 2326.5470	imprensa@cnj.jus.br
Ouvidoria	61 2326.4608	ouvidoria@cnj.jus.br

Receba as notícias do CNJ

[Cadastre-se aqui](#)

Youtube



Flickr



[Veja mais](#)

Notícias Relacionadas



Projeto espera cortar uso de papel em 50% na Justiça do Amazonas



Doação de papel atinge 3,3 toneladas no Tribunal de Justiça maranhense

4.5.3 Newsletter

A ferramenta “Mailmarketing” ou “News Letter” é disparada periodicamente ou segundo necessidades emergentes de informação aos públicos-alvo da Instituição, na forma de “**Informativos Eletrônicos**”, também chamados **Newsletter**.

O banco de destinatários / e-mails, alvos dos disparos de Informativos Eletrônicos é constituído de **25 mil** (vinte e cinco mil) receptores por disparo, sendo realizados dois disparos/mês, o que resulta em **50 mil** endereços atingidos mensalmente, ou **600 mil**

atingimentos/ ano. A estatística de controle mostra um índice médio de aproveitamento (abertura e leitura da mensagem) por disparo, de 60%, ou seja, 360 mil por ano.

Os destinatários do Boletim Eletrônico são constituídos de:

- 1- Deputados estaduais
- 2- Deputados Federais gaúchos
- 3- Senadores gaúchos
- 4- Membros do Poder Executivo gaúcho
- 5- Membros do Poder legislativo gaúcho (estadual e municipais)
- 6- Membros do Poder Judiciário gaúcho, de outros Estados e do Distrito Federal (incluindo CNJ)
- 7- Lideranças sociais e econômicas gaúchas
- 8- Organizações direta e indiretamente ligadas ao poder judiciário, incluindo associações
- 9- Organizações associativas ligadas aos jurisdicionados da Justiça Militar
- 10- Público interno da Justiça Militar
- 11- Jurisdicionados da Justiça Militar do Estado
- 12- Meios de Comunicação (Rádios, TVs, Jornais, sites e blogs especializados)
- 13- Público acadêmico (alunos e professores)

No período de uso da ferramenta (Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016) foram disparados 24 Informativos Eletrônicos (newsletter). Cada Informativo é composto de, em média, três matérias informativas, sempre com link para o site da Justiça Militar.



Participe do seminário "Direito Militar: interação e capacitação"

A AOFSBM, com apoio institucional da Justiça Militar/RS e da Brigada Militar, oferece no próximo dia 18 de janeiro o seminário "Direito Militar: interação e capacitação".

[Link da matéria](#)

Destaques



Sistema de emissão de certidões está automatizado na Justiça Militar do Estado

A solicitação deve ser feita diretamente no site da Justiça Militar e a emissão do documento acontece na hora.



Projeto da Justiça Militar gaúcha é pré-selecionado na Maratona do CNJ

O Projeto "Alerta PJe" desenvolvido pela TI da Justiça Militar gaúcha e apresentado ao desafio do CNJ

O "Caso Kiss" três anos depois da tragédia.

Justiça Militar já julgou e condenou.

Informativo Nº 110

"Em relação ao caso Kiss, nada conforta suficientemente e muito menos rejubila os membros da Justiça Militar gaúcha. Mas, com certeza, nos sentiríamos ineptos, arrasados e indignos da cidadania se não tivéssemos, no mínimo, cumprido com os designios e comprovado o rigor e a celeridade desta Justiça especializada", afirma o Juiz-Presidente do TJM/RS Sergio Antonio Berni de Brum.

Sentenças

Em poucos dias o Juiz-Relator Amílcar Macedo fará publicar o "acórdão" relativo ao julgamento do Caso Kiss. A partir do momento em que as partes forem intimadas, passará a transcorrer o prazo de cinco dias para oposição de embargos declaratórios ou infringentes junto ao próprio TJM/RS.

Embargos declaratórios referem-se a um instrumento jurídico pelo qual uma das partes de um processo judicial pede ao juiz (ou tribunal) que esclareça determinado(s) aspecto(s) de uma decisão proferida quando há alguma dúvida, omissão, contradição ou obscuridade nessa decisão.

Embargos infringentes cabem quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

As partes poderão, em etapa posterior, impetrar recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) (em se tratando de matéria infraconstitucional) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF) (se tratar-se de matéria constitucional).

Penas e cumprimentos

Os réus, neste momento, não cumprem pena de privação de liberdade. A prisão decorrente de sentença penal condenatória, até mesmo confirmada por Tribunal de Justiça, não pode ser aplicada se o réu interpuiser Recurso Extraordinário ao STF. Para tanto, os réus em causa ainda contam com o prazo legal para fazê-lo.



Caso Kiss: entenda o curso do processo

Outras informações

No próximo dia 4 de fevereiro toma posse o novo Juiz-Presidente do TJM/RS, Dr. Fernando Guerreiro de Lemos. O Juiz-Vice-Presidente será o Cel. Fábio Duarte Fernandes e o Corregedor-Geral da JME/RS o Dr. Amílcar Macedo.

Por razões de economicidade não haverá solenidade, mas, simplesmente, posse em gabinete. Embora os valores não sejam tão significativos, este é um gesto simbólico do futuro Presidente no sentido de contribuir neste momento difícil da economia gaúcha. Aliás, o próprio orçamento da Justiça Militar gaúcha para 2016 foi reduzido para R\$ 33 milhões, ou seja, aproximadamente 15% menor que o orçamento de 2015.

Gestão da Justiça Militar tem seis metas para focar em 2016

Corte retoma sessões em 2016. Na pauta, "desacato a superior"

Criada em 13/05/2016 – Aqui levamos a sério a questão da sustentabilidade



Aqui levamos a sério a questão da sustentabilidade.

Por isso estamos todos empenhados em cumprir metas estabelecidas em nosso **Plano de Logística Sustentável 2016-2020.**

Trabalhamos para diminuir o impacto ambiental.

Meta: diminuir o consumo de papel em 2% ao ano.
Até 2020, 50% do papel utilizado deverá ser papel reciclado.

CONHEÇA AQUI O PLS DA JUSTIÇA MILITAR GAÚCHA



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br | assessoria-imprensa@tjm.rs.gov.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 111

Site

Intranet

ExpressoMail

Ouvidoria



Falsificação de documento

Em sessão realizada no dia 11 de maio de 2016, o TJM/RS, à unanimidade, negou provimento ao recurso defensivo de réus condenados em primeiro grau por falsificação de documento... (leia mais)



O PJe é uma realidade na Justiça Militar Gaúcha

O sistema já está à disposição para petições relativos a ações judiciais cíveis na 1ª Auditoria da JME/RS em Porto Alegre e na 4ª Auditoria da JME/RS em Santa Maria. Durante o período de estabilização do sistema, a utilização do modo eletrônico será opcional. Para conhecer detalhes sobre o Processo Judicial Eletrônico da Justiça Militar do Estado do RS, visite o Portal do PJe/JME.



Conheça o Plano de Logística Sustentável (PLS) da JME/RS

O objetivo do PLS é melhorar a eficiência do gasto público e a gestão dos processos de trabalho. É um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, contendo objetivos, metas, responsáveis, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade. Conheça o PLS.



DESENVOLVIDO PELA ASCOM JME/RS
JORNALISTA JAURÉS PALMA
ESTAGIÁRIO ROGINALDO VIEIRA



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br | assessoria-imprensa@tjmrs.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 112

Site	ExpressoMail	PJe	Transparência	Ouvidoria
------	--------------	-----	---------------	-----------



Processo Judicial Eletrônico é uma realidade na Justiça Militar

Nova era na Justiça Brasileira torna digitais os processos, elimina o uso de papel, oferece mais segurança e racionaliza gastos. Ingressou a primeira ação cível via Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Primeira Auditoria (Porto Alegre) da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. O PJe já está instalado em duas das quatro Auditorias da (JMERS) e em processo de instalação nas outras duas Auditorias e no Tribunal.



JMERS e AJURIS promovem "Núcleo de Estudos de Direito Militar" - Inscrições abertas a partir do dia 1º de junho

O Núcleo de Estudos em Direito Militar é uma iniciativa da JME/RS e da Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS). O objetivo é promover debates sobre temas do direito penal militar, processo penal militar, direito administrativo militar, execução penal no direito militar, aliando teoria e prática, com foco na atividade jurisdicional. Inscrições abertas a partir do dia 1º de junho de 2016. Informações preliminares pelo telefone (51) 3214-1010 e-mail cursos@ajuris.org.br



Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira

Assessoria de I..., 09:59 Marcar como: Não lida Importante



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 113

Site	ExpressoMail	Consulta Processual	Transparência	Ouvidoria
------	--------------	---------------------	---------------	-----------

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

Núcleo de Estudos em Direito Militar - Últimas vagas disponíveis

Inscrições gratuitas, faça já a sua! Modalidade presencial com emissão de certificado. Aula magna com o doutrinador Jorge César Assis. Acesse para mais informações.

O "Núcleo de Estudos em Direito Militar" é uma iniciativa da JME/RS e da Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS). O objetivo é promover debates sobre temas do direito penal militar, processo penal militar, direito administrativo militar, execução penal no direito militar, aliando teoria e prática, com foco na atividade jurisdicional.



VII SEMANA INTERINSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
INTERFACES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS
VAGAS ABERTAS, INSCRIÇÕES GRATUITAS

VII Semana Interinstitucional de Cooperação Socioambiental

A VII Semana Interinstitucional de Cooperação Socioambiental terá como temática as "Interfaces Sociais, Econômicas e Ambientais". O evento, realizado pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA), contará com palestrantes de diversas áreas e está com vagas abertas. Os participantes receberão certificado. Acesse para mais informações.



PJe

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

PJe - Segue cronograma de implantação do Processo Judicial eletrônico na Justiça Militar gaúcha

A Auditoria da JMERS em Passo Fundo será habilitada no próximo dia 27 de junho a receber, via Processo Judicial eletrônico, processos relativos às ações cíveis. Assim, o 1º grau de jurisdição da Justiça Militar do Estado estará 100% habilitado para o uso do sistema. No segundo semestre, o cronograma chega ao TJMRS fechando o ciclo e em 1º de setembro, o PJe passará a ser obrigatório no 1º e no 2º grau.



Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.br | assessoria-imprensa@tjms.rs.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 114

Site	ExpressoMail	Consulta Processual	Transparência	Ouvidoria
------	--------------	---------------------	---------------	-----------

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

Núcleo de Estudos em Direito Militar - **Vagas Ampliadas**

Devido à grande procura, a Justiça Militar do Estado (JME/RS) e Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS) ampliaram as vagas para o "Núcleo de Estudos em Direito Militar". Faça já sua inscrição gratuita! Modalidade presencial com emissão de certificado. Aula magna com o doutrinador Jorge César Assis. O Núcleo é uma iniciativa da JME/RS e ESM/AJURIS. O objetivo é promover debates sobre temas do direito penal militar, processo penal militar, direito administrativo militar, execução penal no direito militar, aliando teoria e prática, com foco na atividade jurisdicional. *Acesse para mais informações.*



PJe disponível em Passo Fundo

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) estará implantado definitivamente na Auditoria de Passo Fundo da Justiça Militar, a partir de 27 de junho de 2016, para ações do rito ordinário cível. **Uso obrigatório** - A partir de 1º de setembro de 2016 será obrigatório, em todas as auditorias, o uso do PJe nas ações do rito ordinário cível na Justiça Militar do Estado. *Acesse para mais informações.*

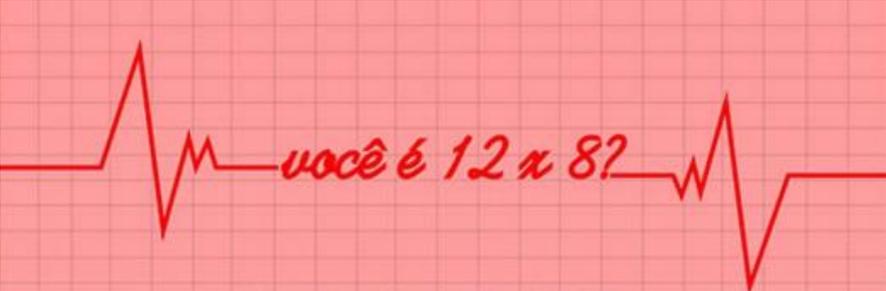


19 de junho de 2016. 98 anos do Tribunal de Justiça Militar gaúcho

No Rio Grande do Sul, a Justiça Militar existiu antes mesmo da Justiça Comum, tendo chegado a bordo das naus portuguesas que integravam a expedição militar de Silva Paes, em 1737. Em 1763, o Marquês do Pombal condensou a dispersa legislação penal militar portuguesa. Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, Dom João VI criou o Conselho de Justiça Supremo Militar, embrião do atual Superior Tribunal Militar, que foi o primeiro órgão permanente de Justiça Castrense a operar no País. Com a criação do Corpo Policial da Província - embrião da Brigada Militar, surgiu logo a necessidade de se garantir a disciplina da Força Pública, que não apenas fazia o policiamento urbano, como, também, tinha a atribuição de proteger o território, recebendo instrução militar. Foi, então, instituída a Justiça do próprio Corpo Policial.



Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira



**ANTES DE TUDO,
É PRECISO SABER SE É OU NÃO É**

**Porque para resolver um problema é preciso
saber que ele existe para dar o primeiro
passo.**

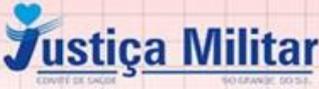
**Então, se você for 12 X 8, só precisa cuidar
para continuar sendo.
Se não for, deve tomar providências.**

**Vamos fazer um ensaio geral pela saúde de
magistrados e servidores?**

**DE 4 A 8 DE JULHO,
TODO MUNDO MEDINDO A PRESSÃO!**

**O Comitê de Saúde da Justiça Militar,
representada pelo colega Edson Jairo
Damaceno Pereira, visitará todos os setores e
gabinetes do Tribunal e das Auditorias para
medir a pressão arterial de quem desejar.**

Acesse aqui o site da Sociedade Brasileira de Cardiologia
<http://goo.gl/1OefNb>



Convite

Como parte da semana , o Comitê de Saúde da Justiça Militar presidido pelo Juiz do TJM/RS Sergio Antonio Berni de Brum, sua pessoa está especialmente convidada para participar de uma palestra de orientação.

Quando: 05 de julho de 2016 (terça-feira)

Horário: 10 horas

Onde: Plenário da Primeira Auditoria de Porto Alegre

Palestrante: Dr. Rafael Boer Nascente (cardiologista)

Abordagem da Palestra: Doença Cardiovascular na Atualidade (Hipertensão, Diabetes, Dislipidemia)

Síntese Curricular do palestrante

Especialista em cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); Médico Chefe da FSR da Casa Militar desde 2011; Membro do Serviço de Cardiologia dos Hospitais Mãe de Deus e São Lucas da PUC; Chefe da UTI do Hospital da Brigada Militar de 2006 até 2011; Médico do pós-operatório de cirurgia cardíaca do Hospital São Lucas da PUC de 2003 até 2011.



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br | assessoria-imprensa@tjmrs.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Mais Notícias	Núcleo de Estudos em Direito Militar	Escola da Ajuris
----------------------	---	-------------------------

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR - PALESTRA INAUGURAL

A Coordenação do Núcleo de Estudos em Direito Militar está disponibilizando aos inscritos no evento inaugural (23 de junho de 2016), palestra de estimulação proferida pelo Dr. Jorge César de Assis "*Lei Maria da Penha e a Aplicação de seus Institutos Protetivos ao Direito Militar*". Clique aqui para acessar o conteúdo completo.



Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.br | assessoria-imprensa@tjms.rs.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 115

Site	Consulta Processual	PJe	Transparência	Ouvidoria
------	---------------------	-----	---------------	-----------

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

Núcleo de Estudos em Direito Militar - **Segundo encontro**

Palestra: Justiça Militar - com o promotor e jornalista Cláudio Brito

O segundo encontro dos participantes do Núcleo de Estudos acontece no dia 29 de julho de 2016, das 14h00 às 16h00. O local é a ESM/AJURIS. Devido à grande procura, a coordenação está reabrindo as inscrições. Portanto, se você ainda não está inscrito, agora tem nova oportunidade. Faça já sua inscrição gratuita! Quem já se inscreveu para o primeiro encontro, basta comparecer ao segundo. Modalidade presencial com emissão de certificado. Palestra "A Justiça Militar" com o Promotor e Jornalista Cláudio Brito. O Núcleo é uma iniciativa da JME/RS e ESM/AJURIS. O objetivo é promover debates sobre temas do direito penal militar, processo penal militar, direito administrativo militar, execução penal no direito militar, aliando teoria e prática, com foco na atividade jurisdicional. *Clique aqui e inscreva-se.*

Informações: (51) 3214-1011/1087



Caso Kiss: Julgado recurso de embargos declaratórios

O Tribunal, à unanimidade, rejeitou os embargos declaratórios das defesas e acolheu os embargos opostos pelo Ministério Público.

Embargos de Declaração Crime nº 1000105-58.2016.9.21.0000



Justiça Militar
do Rio Grande do Sul

Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira

Reunião do Núcleo de Estudos em Direito Militar

Caro(a) participante do Núcleo de Estudos em Direito Militar,

sua inscrição para o Primeiro Encontro, ocorrido em 23 de junho de 2016, foi muito importante.

Como a Escola da Ajuris já deve ter lhe informado, nosso segundo encontro ocorre no dia 29 de julho (sexta-feira), a partir das 14 horas.

As inscrições estão abertas, mas, já sendo participante, basta confirmar sua presença pelo e-mail [cursos@ajuris.org.br](mailto: cursos@ajuris.org.br)

Outras informações

Núcleo de Estudos em Direito Militar - II Encontro

Dia: 29/7/2016

Horário: A partir das 14h

Tema: A Justiça Militar

Palestrante: Cláudio Brito - Procurador de Justiça e Jornalista

Local: Miniauditório da ESM - Rua Celeste Gobbato, 229 - Porto Alegre/RS

Informações: (51) 3214-1011 ou (51) 3284-9000

Obs.: Quem ainda não confirmou presença, é muito importante que o faça pelo e-mail [cursos@ajuris.org.br](mailto: cursos@ajuris.org.br) com a máxima brevidade.

Att.,


Fernando Guerreiro de Lemos
Juiz-Presidente
Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul


Fábio Duarte Fernandes
Juiz-Vice-Presidente
Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul
Coordenador do Núcleo de Estudos



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.rs.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 116



Site	WebMail	Notícias	Consulta Processual	Ouvidoria
----------------------	-------------------------	--------------------------	-------------------------------------	---------------------------



Segundo encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar lota auditório da ESM/Ajuris

A Palestra do Promotor de Justiça e Jornalista Cláudio Brito lotou as dependências da Escola, tratando de um resgate histórico, social e político a respeito da justiça especializada e fomentando o debate com os participantes.



Tribunal mantém condenação de PMs por exigirem dinheiro de traficantes

"Concluo que há indícios de Crime Militar de concussão capitulado no artigo 305 do CPM, (...) Portanto, não vislumbro, diante dos elementos presentes nos autos, nenhuma situação que mereça reforma, encontrando-se a pena fixada de forma razoável [...]"



Auditoria da JME/RS cumpre meta antes do prazo

A 2ª Auditoria da Justiça Militar Estadual em Porto Alegre cumpriu a Meta nacional número quatro do CNJ, para o ano de 2016.

Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 117



Site	Consulta Processual	PJe	WebMail	Ouvidoria
------	---------------------	-----	---------	-----------



ATENÇÃO! O PJe passará a ser obrigatório na Justiça Militar Estadual!

O Processo Judicial Eletrônico (PJe), será obrigatório na JME/RS, para as ações cíveis, a partir de 1/09/2016.



CNJ destaca aplicativo desenvolvido pela TIC da Justiça Militar

Em março deste ano, a equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJM/RS) desenvolveu um aplicativo para permitir o acesso informações sobre processos pelo telefone celular.



Tribunal acolhe recurso em condenação por crime de deserção

"[...] uma vez que o Estado, representado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme ato devidamente assinado pelo Governador e publicado no Diário Oficial, determina a exclusão do agente do delito das fileiras da corporação, perde o processo suas condições de prosseguibilidade, diante do que voto por decretar a extinção do processo sem resolução do mérito [...]"

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA-AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

III Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar

Dia 26 de agosto de 2016. Em breve estarão abertas as Inscrições ou confirmações de presença (para quem já é inscrito).

Informações: (51) 3214-1011

Palestrante do III Encontro

Dr. Enio Luiz Rossetto

Juiz de Direito da Justiça Militar de São Paulo, Professor Universitário, autor de diversos livros, entre os quais "Código Penal Militar Comentado - Doutrina e Jurisprudência/ Sumulas do STF, STJ e STM" - Editora: Revista Dos Tribunais

O Juiz Enio Rossetto é mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (1999) e Especialista em Direito Público. Professor na Faculdades Metropolitanas Unidas.



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.rs.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

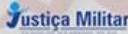
Edição nº 118

CONSULTA PÚBLICA

PARTICIPE DAS DEFINIÇÕES DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2017 (SEGMENTO JUSTIÇA MILITAR)



EM 10 MINUTOS VOCÊ CONHECE AS PROPOSTAS E DÁ SUA SUGESTÃO



Site	Mais notícias	WebMail	Transparência	PJe	Ouvidoria	Consulta processual
----------------------	-------------------------------	-------------------------	-------------------------------	---------------------	---------------------------	-------------------------------------

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

III Encontro do Núcleo de Estudos transferido para o dia 29 de setembro

O III Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar foi transferido para o dia 29 de setembro de 2016. O local será o mesmo: Escola Superior da Magistratura da Ajuris. O nome do Palestrante será informado em breve.

Você quer ver, rever ou consultar detalhes da palestra do Promotor e Jornalista Cláudio Brito no II Encontro? Confira na íntegra em vídeo. Inscreva-se no canal da JME/RS no YouTube para receber conteúdo exclusivo.

PJe

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Justiça Militar gaúcha intensifica ações de capacitação para operação do PJe

Para ações cíveis, o PJe já está implantado em toda a Justiça Militar do Estado. A partir do dia 1º de setembro de 2016, sua utilização será obrigatória.



Tribunal não acolhe recurso de oficial por crime de "dormir em serviço"

"O fato não envolveu um militar que simplesmente executa as atividades previstas em uma escala de serviço, mas sim de um oficial subalterno que justamente era escalado para dar apoio aos sargentos que se encontravam trabalhando na rua".



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

SAIBA MAIS

- Aspectos constitucionais
- Aspectos operacionais
- Informações
- Transparência
- Caminhos do processo
- Abordagem pragmática
- Orientações
- Ouvidoria
- Contatos

(Saiba mais clicando no banner)

Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.br | assessoria-imprensa@tjms.rs.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Edição nº 119

Site	Saiba Mais	Notícias	Transparência	Ouvidoria	Consulta processual
----------------------	----------------------------	--------------------------	-------------------------------	---------------------------	-------------------------------------



Agora o PJe é obrigatório no 1º grau da Justiça Militar gaúcha

A Justiça Militar gaúcha consolidou o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 100% da jurisdição no 1º Grau. Sua obrigatoriedade foi determinada, a partir do dia 1º de setembro de 2016.



Núcleo de Estudos em Direito Militar: Enio Rosseto é o palestrante do III encontro

O Juiz de Direito da Justiça Militar de São Paulo, **Dr. Enio Luiz Rosseto**, é o palestrante do **III encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar**, que será realizado no dia **30 de setembro**, na Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS) em Porto Alegre. O tema da palestra será "**O Novo Código Penal Militar**".

As inscrições e confirmações estarão abertas em breve no site da ESM.

Enio Rosseto é mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e Especialista em Direito Público. Professor na Faculdades Metropolitanas Unidas. Autor de diversos livros, entre os quais "Código Penal Militar Comentado - Doutrina e Jurisprudência/ Sumulas do STF, STJ e STM".

Informações: (51) 3214-1011



Tribunal mantém condenação de oficial por violência contra inferiores

"O comportamento tipificado no art. 175 do CPM é crime propriamente militar, que, inserido no Capítulo VI do aludido Código, objetivando punir os crimes relacionados à usurpação/excesso ou abuso de autoridade, representando uma espécie de abuso de poder do superior".



Sessão solene

Justiça Militar do Estado celebra os 194 anos da Independência e 100 anos da Liga de Defesa Nacional.

Justiça de Pilcha: O judiciário no espírito da Semana Farroupilha



CONSULTA PÚBLICA

PARTICIPE DAS DEFINIÇÕES DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2017 (SEGMENTO JUSTIÇA MILITAR)

EM 10 MINUTOS
VOCÊ CONHECE AS PROPOSTAS
E DÁ SUA SUGESTÃO

Justiça Militar

Desenvolvido pela ASCOM JMERS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E
A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

III ENCONTRO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

Garanta vaga confirmando sua presença!

O III Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar terá como palestrante o Juiz de Direito da Justiça Militar de São Paulo, Dr. Enio Luiz Rossetto, com o tema "Novo Código Penal Militar".

O evento será realizado no dia 30 de setembro de 2016, às 14h, na Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS) em Porto Alegre.

Como você já é inscrito (a), confirme sua presença pelo e-mail [cursos@ajuris.org.br](mailto: cursos@ajuris.org.br) Informações (51) 3284-9000 ou (51) 3214-1011

[Perdeu o II Encontro do Núcleo? Confira na íntegra a palestra do Promotor de Justiça Cláudio Brito e aproveite para se inscrever em nosso canal no YouTube!](#)

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira
Estagiária Gabriela Gil

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

III ENCONTRO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

Garanta vaga confirmando sua presença!

O III Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar terá como palestrante o Juiz de Direito da Justiça Militar de São Paulo, Dr. Enio Luiz Rossetto, com o tema "Novo Código Penal Militar". O evento será realizado no dia **30 de setembro** de 2016, às 14h, na Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS) em Porto Alegre. Como você já é inscrito (a), confirme sua presença pelo e-mail cursos@ajuris.org.br Informações (51) 3284-9000 ou (51) 3214-1011.



Site do TJME-RS disponibiliza link para software de tradução/transliteração em libras

Iniciando o processo de implementação de ações para a acessibilidade digital, o site do TJME-RS começa oferecendo uma ferramenta chamada VLibras. Dessa forma, são geradas animações na Língua Brasileira de Sinais (Libras) tornando os conteúdos acessíveis a pessoas surdas e mudas. Para usar o VLibras, basta acessar: www.vlibras.gov.br.



Tribunal não acolhe recurso de PM condenado por corrupção de menor

Na sessão desta quarta-feira (28 de setembro), o Tribunal de Justiça Militar/RS, por maioria de seus membros, negou provimento ao recurso defensivo de L. G. R. M. Atuou como relator o juiz Amílcar Fagundes Freitas Macedo e como revisor o juiz Fábio Duarte Fernandes. Leia mais...



Turma do curso de direito da UNISC visita a Justiça Militar

Nesta quarta-feira, 28 de setembro, 23 alunos do curso de direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), acompanhados pelas professoras coordenadoras Francieli Silveira Fortes, Grace Pellegrin, Tatiane Kipper visitaram o Tribunal de Justiça Militar do Estado onde participaram de palestras sobre a Instituição e sobre este esta vertente especializada do direito. Leia mais...



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira
Estagiária Gabriela Gil



Testes gratuitos de hepatite, HIV e sífilis para magistrados e servidores

Justiça Militar recebeu a diretoria e membros da Instituição Via Vida para uma palestra sobre hepatites. Após a palestra foram disponibilizados testes gratuitos para detectar sífilis, HIV e hepatite. O evento fez parte do item "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho", de acordo com o cronograma do Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar.



Tribunal confirma setença por abandono de posto

Em sessão ordinária no dia 26 de outubro, o Pleno do Tribunal de Justiça Militar julgou apelação criminal interposta pelo Sargento PM I. de M. M. Relatou o Juiz Paulo Roberto Mendes Rodrigues e atuou como revisor Juiz Almicar Fagundes Freitas Macedo.



Integração interna e com órgãos do Executivo e sistema bancário

Reuniram-se no TJM/RS representantes da empresa Thema Informática Ltda., com os membros da Comissão designada para promover a expansão do uso do Software de Gestão Polis/Thema na Justiça Militar Estadual. O objetivo é viabilizar a expansão do uso do software entre os diversos setores da Justiça Militar e também com entes externos como o TJRS, a CAGE (Contadoria Geral do Estado) e o Bannisul.



Corte não acolhe apelo defensivo de PM acusado de injúria

Na sessão do dia 19 de outubro, o Tribunal de Justiça Militar/RS, por unanimidade de seus membros, negou provimento ao recurso defensivo de M. A. M. C. Atuou como relator Juiz Antônio Carlos Maciel Rodrigues e como revisor Juiz Paulo Roberto Mendes Rodrigues.



**JUSTIÇA MILITAR
ESTADUAL**

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira
Estagiária Gabriela Gil

Confirme já e garanta sua presença!

O IV Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar terá como palestrante o Promotor de Justiça do MP/RS **Dr. Luciano de Faria Brasil**, com o tema **"Inovações do novo CPC na Jurisdição Militar"**. O Dr. Luciano é Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mestre em Filosofia pela PUC-RS e um dos organizadores da obra coletiva "Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil", editada em 2016 pela Livraria dos Advogados, já na 2ª edição.

O evento será realizado no dia **21 de novembro** de 2016, às 14h, na Escola Superior de Magistratura (ESM/AJURIS) em Porto Alegre.

Se você já é inscrito (a), confirme sua presença pelo e-mail cursos@ajuris.org.br.

Se você não é inscrito (a) **clique aqui** e acesse o portal da Escola da Ajuris/Núcleo de Estudos e inscreva-se.

Informações: **(51) 3284-9000** ou **(51) 3214-1011**.

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E
A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

IV ENCONTRO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR



Canecas no lugar de copos plásticos entram na lista das práticas sustentáveis da Justiça Militar

Palestra sobre água, seu tratamento e fornecimento público marcou o evento de apresentação de xícaras e canecas a serem distribuídas ao público interno como medida de eliminação do consumo de copos plásticos, garrafas pet, bombonas plásticas e água mineral. A ação foi organizada pelo Comitê de Saúde da Justiça Militar gaúcha.



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.rs.gov.br | assessoria-impressao@tjms.rs.gov.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurés Palma
Estagiário Roginaldo Vieira
Estagiária Gabriela Gil



Edição nº 123

[Site](#) [Mais Notícias](#) [PJe](#) [Ouvidoria](#) [Transparência](#) [Consulta Processual](#) [Saiba Mais](#)

Confirme já e garanta sua presença!

O IV Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar terá como palestrante o Promotor de Justiça do MP/RS **Dr. Luciano de Faria Brasil**, com o tema "**Inovações do novo CPC na Jurisdição Militar**". O Dr. Luciano é Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mestre em Filosofia pela PUC-RS e um dos organizadores da obra coletiva "Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil", editada em 2016 pela Livraria dos Advogados, já na 2ª edição.

O evento será realizado no dia **21 de novembro** de 2016, às 14h, na Escola Superior de Magistratura (ESM/AJURIS) em Porto Alegre.

Se você já é inscrito (a), confirme sua presença pelo e-mail cursos@ajuris.org.br.

Se você não é inscrito (a) **clique aqui** e acesse o portal da Escola da Ajuris/Núcleo de Estudos e inscreva-se.

Informações: **(51) 3284-9000** ou **(51) 3214-1011**.

A JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA/AJURIS PROMOVEM

IV ENCONTRO NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO MILITAR

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiária Gabriela Gil



Site Mais Notícias PJe Ouvidoria Transparência Consulta Processual Saiba Mais



Tribunal de Justiça Militar entre os 14 distinguidos com selo ouro do CNJ

No X Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais, o TJM/RS recebeu o "Selo de Ouro" do Programa "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça. A Instituição foi um dos 14 Tribunais estaduais brasileiros a serem distinguidos, sendo o único no segmento militar.



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjms.jus.br | assessoria-imprensa@tjms.jus.br
Av. Praia de Belas, 799, Praia de Belas - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3214.1000

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social da JME/RS
Jornalista Jaurês Palma
Estagiário Roginaldo Vieira
Estagiária Gabriela Gil

4.5.3 Cerimonial e Protocolo

No período, a Comunicação Social participou da organização e coordenação e operacionalizou diretamente de 12 eventos:

- 1 - Posse do Juiz-Presidente Fernando Lemos - 4 de fevereiro de 2016;
- 2 - Núcleo de Estudos em Direito Militar - 23 de junho de 2016;
- 3 - Política de Atenção Integral à Saúde do CNJ - semana "12x8" - 05 de julho de 2016;

- 4** - II Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar - 29 de julho de 2016;
- 5** - Sessão solene de 194 anos da Independência e 100 anos da Liga de Defesa Nacional - 31 de agosto de 2016;
- 6** - Visita da turma do curso de direito da UNISC - 29 de setembro de 2016;
- 7** - III Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar - 03 de outubro de 2016;
- 8** - Palestra sobre hepatite e teste gratuitos - 27 de outubro de 2016;
- 9** - Palestra com servidores do DMAE e apresentação das xícaras e canecas - 10 de novembro de 2016;
- 10** - Sessão solene celebra 179 anos da Brigada Militar - 23 de novembro de 2016;
- 11** - IV Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar - 21 de novembro de 2016;
- 12** - Visita da turma do curso de direito da UNISC - 30 de novembro de 2016.

4.5.3. Outras atuações

4.5.3.1 – Campanha arrecadação e entrega para reaproveitamento de resíduos eletrônicos e eletro-eletrônicos: “Justiça Militar e você pelo lixo zero!”

4.5.3.2 – Campanha para doação de Leite

“Um pequeno ato para ajudar a transformar o mundo. Vamos juntos?!”

4.5.4 – Meio Ambiente - Sendo o Coordenador de Comunicação da JME/RS um dos representantes oficiais da Instituição junto AO GISA – Grupo Interinstitucional de cooperação socioambiental (14 Instituições ligadas à operação do direito e correlatas), A Assessoria de Comunicação participou de 11 Reuniões da Entidade, além de contribuir com a organização e coordenação do evento “Semana do meio-ambiente de Porto Alegre.

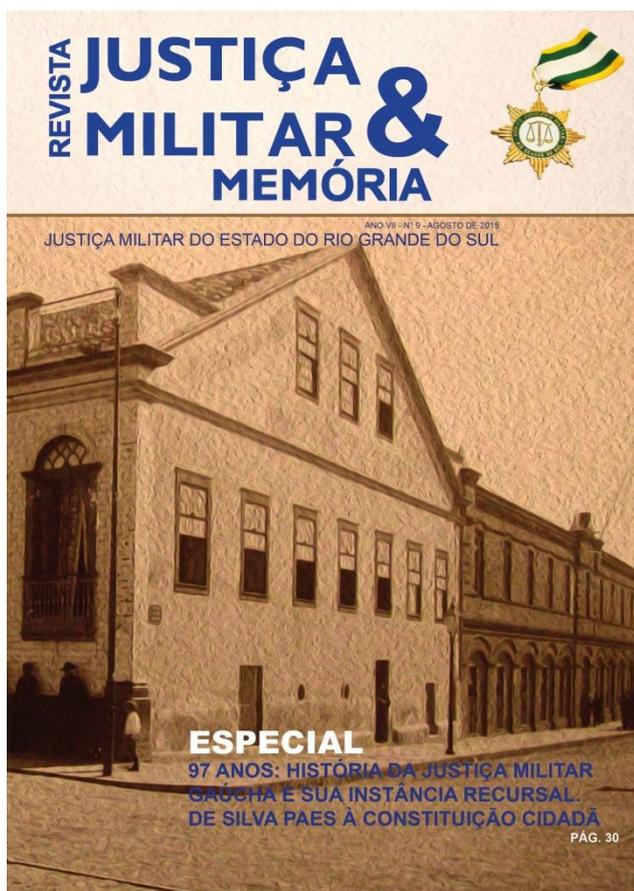
4.5.5.4 Produção gráfica

Revista Justiça Militar e Memória

Edição e produção

Agosto - Ano VII / Nº 09

34



Edição e produção da Agenda Temática 2017 da Justiça Militar
setembro de 2016 *(não impressa por extinção do DAG do TJ)*



AGENDA 2017

"O papel da Justiça Militar é a defesa do cidadão, inclusive do cidadão socialmente centrifugado para as periferias dos grandes centros urbanos, onde predomina o estado de vulnerabilidade."

Edição e produção do folder "Papel constitucional da Justiça Militar 2017 da Justiça Militar

setembro de 2016 *(não impressa por extinção do DAG do TJ)*



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

"Pois se é dever do estado e este o cumpre, entre outros, por meio da sua polícia, o que é o ato e o procedimento de um policial militar se não um ato e um procedimento do Estado?"

E assim sendo, quando a Justiça Militar julga um policial, o que estará julgando senão uma ação do próprio estado?"

E se o faz com rigor - como efetivamente o faz - o que significa isto senão julgar com rigor e a partir de sua força jurisdicional específica, a parte incomensuravelmente maior e mais poderosa, frente à fragilidade relativa do cidadão comum?"

"O papel da Justiça Militar é a defesa do cidadão, inclusive do cidadão socialmente centrifugado para as periferias dos grandes centros urbanos, onde predomina o estado de vulnerabilidade."

**Justiça Militar**
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

www.tjmrs.jus.br

4.6 ASSESSORIA MILITAR

À Assessoria Militar incumbe assessorar o Presidente do Tribunal no que se refere a assuntos militares e de serviços de segurança, inteligência, portaria e transporte.

4.6.1 Funções exercidas:

- Assessoria Militar do Tribunal de Justiça Militar do RS
- Chefia do Setor de Segurança e Transportes do TJM/RS
- Coordenador do Núcleo de Inteligência
- Integrante do Núcleo de Governança Colaborativa
- Integrante da Comissão Permanente de Segurança
- Integrante da Comissão de prevenção de incêndios
- Integrante da Unidade socioambiental
- Assessoramento da Direção Geral do TJM RS em demandas administrativas deliberadas à Assessoria Militar.

4.6.2 Ofícios Expedidos:

- Of 001 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação ao 9º BPM;
- Of 002 Gab. Pres. AssMil 2016 – Informação à Shopping Tour;
- Of 003 Gab. Pres. AssMil 2016 – Remessa de documentos ao Sr Presidente TJM RS;
- Of 004 Gab. Pres. AssMil 2016 – Remessa de materiais ao almoxarifado;
- Of 005 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação de aquisição ao Sr Diretor Geral TJM RS;
- Of 006 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação a SMS Porto Alegre;
- Of 007 Gab. Pres. AssMil 2016 – Remessa de documentos ao Departamento Administrativo da BM RS;
- Of 008 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação de autorização para frequência em curso;
- Of 009 Gab. Pres. AssMil 2016 – Remessa de documentos a 2ª Auditoria de Porto Alegre;

- Of 010 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação ao DG TJM RS;
- Of 011 Gab. Pres. AssMil 2016 – Recebimento de material;
- Of 012 Gab. Pres. AssMil 2016 – Recebimento de material;
- Of 013 Gab. Pres. AssMil 2016 – Solicitação ao Sr Diretor do DAER RS.

4.6.3 Propostas

- Proposta 001AssMil 2016 – Aquisição de material permanente;

4.6.4 Ordens de Serviço

- Ordem de Serviço 001/AssMil/2016: Regular as atividades de deslocamento dos servidores da equipe técnica da coordenadoria de tecnologia da informação e comunicação à Auditoria da Justiça Militar em Santa Maria;
- Ordem de Serviço 002/AssMil/2016: Regular as atividades do servidor em apoio ao setor de Protocolo do TJM/RS.
- Ordem de Serviço 003/AssMil/2016: Regular as atividades dos servidores que realiza escala de sobreaviso na 2º Auditoria, conforme solicitação Exmo. Juíza a solicitação de apoio às funções na portaria da 2º Auditoria.
- Ordem de Serviço 004/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de serviço de material para levantamento técnico e instalação de equipamento na Auditoria de Santa Maria;
- Ordem de Serviço 005/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores da equipe técnica de comunicação e informática, na Auditoria de Santa Maria;
- Ordem de Serviço 006/AssMil/2016: Regular as atividade do servidor do setor de segurança no traslado do oficial de justiça da 2º Auditoria para o Município de Xangrilá;
- Ordem de Serviço 007/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor na condução do Corregedor Geral da JME, deslocamento até CPOR/RS.
- Ordem de Serviço 008/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores da equipe de serviço de Material do TJM na Auditoria Militar de Santa Maria;
- Ordem de Serviço 009/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de magistrada da Auditoria de Santa Maria.
- Ordem de Serviço 010/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do Sr Vice Presidente do TJM/RS;
- Ordem de Serviço 011/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado

do Sr Vice Presidente do TJM/RS;

- Ordem de Serviço 012/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores na auditoria de Santa Maria para manutenção;

- Ordem de Serviço 013/AssMil/2016: Regular as atividades do servidor no traslado do Sr Vice Presidente do TJM/RS;

- Ordem de Serviço 014/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de serviço da material para manutenção na Auditoria de Santa Maria.

- Ordem de Serviço 015/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do Sr Vice Presidente do TJM/RS;

- Ordem de Serviço 016/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte do servidor setor de informática para manutenção de TI na Auditoria de Santa Maria;

- Ordem de Serviço 017/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte do servidor do setor de serviço de material para manutenção predial na auditoria de Santa Maria;

- Ordem de Serviço 018/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores da coordenação administrativa e TI na Auditoria de Santa Maria;

- Ordem de Serviço 019/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores de TI instalação de Link. de Internet. na Auditoria de Santa Maria.

- Ordem de Serviço 020/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de serviço de material manutenção da auditoria de Santa Maria;

- Ordem de Serviço 021/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de TI para manutenção da rede de informática;

- Ordem de Serviço 022/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do serviço de material para vistoria nas instalações da Auditoria de Santa Maria;

- Ordem de Serviço 023/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores da corregedoria para levantamento e conferência dos arquivos judiciais da Auditoria de Passo Fundo;

- Ordem de Serviço 024/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor traslado do Sr Vice Presidente do TJM/RS e servidora.

- Ordem de Serviço 025/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do serviço de material manutenção predial nas instalações da Auditoria de Passo Fundo;

- Ordem de Serviço 026/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores na campanha de imunização e remessa de material de expediente às auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;

- Ordem de Serviço 027/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores da TI na instalação de equipamento de informática na auditoria de Passo Fundo;
- Ordem de Serviço 028/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado Exma. Juíza de direito de Santa Maria para sessão de julgamento em Passo Fundo;
- Ordem de Serviço 029/AssMil/2016: Regular as atividades de traslado de servidores do TJM ao aeroporto Salgado Filho.
- Ordem de Serviço 030/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do presidente do TJM/SP;
- Ordem de Serviço 031/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do presidente do TJM/MG;
- Ordem de Serviço 032/AssMil/2016: Regular as atividades da assessoria militar durante o encontro dos presidentes dos TJM(s);
- Ordem de Serviço 033/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado dos servidores e Magistrado do TJM/RS para o aeroporto Salgado Filho;
- Ordem de Serviço 034/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de Magistrado para aeroporto Salgado Filho;
- Ordem de Serviço 035/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de magistrado para aeroporto Salgado Filho;
- Ordem de Serviço 36/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de informática para implantação do PJE na auditoria de Passo Fundo;
- Ordem de Serviço 037/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor o traslado do procurador de justiça do aeroporto Salgado Filho.
- Ordem de Serviço 038/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do magistrado e assistente Militar do aeroporto Salgado Filho.
- Ordem de Serviço 039/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do magistrado em evento no Ministério público/RS;
- Ordem de Serviço 040/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de saúde e informática na auditoria de Passo Fundo e santa Maria na campanha Cardiológica e instalação de equipamento de informática do TJM/RS;
- Ordem de Serviço 041/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado do magistrado no palácio do Ministério Público/RS.
- Ordem de Serviço 042/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de material para realizar manutenção na auditoria de Santa Maria;
- Ordem de Serviço 043/AssMil/2016: Regular as atividades dos servidores no

- translado dos magistrados no congresso estadual do ministério público/RS;
- Ordem de Serviço 044/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para evento na AJURIS;
 - Ordem de Serviço 045/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 046/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de serviço de material para realizar manutenção nas auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;
 - Ordem de Serviço 047/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 048/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 049/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 050/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 051/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de serviço e material para realizar manutenção nas auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;
 - Ordem de Serviço 052/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor da corregedoria para realizar procedimento de arquivos nas auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;
 - Ordem de Serviço 053/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;
 - Ordem de Serviço 054/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado de magistrado, secretária de plenário e secretário adjunto do gabinete judiciário para auditoria de Passo Fundo;
 - Ordem de Serviço 055/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para II colégio de Presidente de subseção da OAB;
 - Ordem de Serviço 056/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para evento no V COMAR Força Aérea Brasileira;
 - Ordem de Serviço 057/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de corregedoria para realizar levantamento técnico nas auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;
 - Ordem de Serviço 058/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no translado do magistrado para o aeroporto Salgado Filho;

- Ordem de Serviço 059/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do núcleo de Inteligência até Nova Santa Rita – RS;
- Ordem de Serviço 060/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor do setor de segurança no traslado de magistrado até aeroporto Salgado Filho.
- Ordem de Serviço 061/AssMil/2016: Regular as atividades do servidor de traslado de magistrado no evento “179 anos da Brigada Militar”;
- Ordem de Serviço 062/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de magistrado ao aeroporto Salgado Filho.
- Ordem de Serviço 063/AssMil/2016: Regular as atividades dos servidores do TJM/RS referente ao evento sessão solene em homenagem aos 179 anos da Brigada Militar;
- Ordem de Serviço 064/AssMil/2016: Regular as atividades de servidores na palestra da sustentabilidade TJM/RS;
- Ordem de Serviço 065/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de TI nas auditorias de Santa Maria e Passo Fundo, na instalação de equipamento na sala da OAB;
- Ordem de Serviço 066/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de magistrado ao aeroporto Salgado Filho;
- Ordem de Serviço 067/AssMil/2016: Regular as atividades de servidor no traslado de magistrado em solenidade no CRBM;
- Ordem de Serviço 068/AssMil/2016: Regular as atividades de transporte dos servidores do setor de TI nas auditorias de Passo Fundo, na instalação de equipamento;
- Ordem de Serviço 069/AssMil/2016: Regular as atividades de servidores do setor segurança no traslado de magistrado na associação do Ministério Público;
- Ordem de Serviço 070/AssMil/2016: Regular as atividades de servidores do setor segurança no traslado de magistrado até ALA 3 –Base Aérea de Canoas;
- Ordem de Serviço 071/AssMil/2016: Regular as atividades do servidor do setor de NGE no traslado de servidora até o Memorial Justiça Eleitoral Gaúcha/RS.

4.6.5 Ações realizadas

- Visita as Assessorias Militares do Tribunal de Justiça do RS, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Brigada Militar e Assembleia Legislativa;
- Visita as auditorias de Passo Fundo e Santa Maria, com análise da situação de segurança predial e pessoal e averiguação dos itens de prevenção de incêndios;

- Verificação dos itens de prevenção e combate a incêndios no prédio do TJM RS, primeira e segunda Auditorias de Porto Alegre;
- Apoio na coordenação do Ciclo de Palestras “Atenção integral a saúde de Magistrados e Servidores”, com palestras de médicos especialistas em hepatites e cardiologia.
- Apoio na campanha do agasalho 2017 em parceria com a Defesa Civil do Governo do Estado do RS.
- Emissão de parecer por ocasião da elaboração da minuta de edital de aquisição de portais detectores de metais.
- Controle dos Programas de Viagens aéreas dos Magistrados.
- Controle de reservas, emissões e cancelamentos de passagens aéreas da JME/RS.

4.7 Secretaria de Plenário

Ao Secretário de Plenário compete dirigir, supervisionar e secretariar os trabalhos do Plenário, elaborar as pautas dos trabalhos das sessões, proceder às intimações dos advogados e dos defensores para a sessão de julgamento e administrativas, confeccionar e assinar as súmulas de julgamento e administrativas, lavrar as atas da sessão de julgamento e administrativas, colher a assinatura do Presidente nas súmulas e nas atas e executar as demais atividades previstas no Regulamento de Serviços Auxiliares da JME.

4.7.1 Relatório das atividades desenvolvidas

No decorrer do ano de dois mil e dezesseis, o Tribunal de Justiça Militar do Estado realizou 85 sessões (ordinárias e administrativas), das quais foram lavradas as respectivas atas.

Para a organização dos trabalhos do Pleno do Tribunal, foram elaboradas 47 pautas e após julgados os processos, confeccionadas 278 súmulas.

Ao longo do ano, foram julgados os seguintes processos:

1. Apelações Criminais: 122

1. Apelação Criminal nº 1882-15.2015.9.21.0000
2. Apelação Criminal nº 1961-91.2015.9.21.0000
3. Apelação Criminal nº 2264-08.2015.9.21.0000
4. Apelação Criminal nº 2275-37.2015.9.21.0000
5. Apelação Criminal nº 2291-88.2015.9.21.0000
6. Apelação Criminal nº 2295-28.2015.9.21.0000
7. Apelação Criminal nº 2374-07.2015.9.21.0000
8. Apelação Criminal nº 1002402-72.2015.9.21.0000
9. Apelação Criminal nº 1002491-95.2015.9.21.0000
10. Apelação Criminal nº 2551-68.2015.9.21.0000
11. Apelação Criminal nº 2592-35.2015.9.21.0000
12. Apelação Criminal nº 1000005-06.2016.9.21.0000
13. Apelação Criminal nº 1000006-88.2016.9.21.0000
14. Apelação Criminal nº 1000007-73.2016.9.21.0000
15. Apelação Criminal nº 1000008-58.2016.9.21.0000
16. Apelação Criminal nº 1000014-65.2016.9.21.0000
17. Apelação Criminal nº 1000015-50.2016.9.21.0000
18. Apelação Criminal nº 1000017-20.2016.9.21.0000
19. Apelação Criminal nº 1000018-05.2016.9.21.0000
20. Apelação Criminal nº 1000019-87.2016.9.21.0000
21. Apelação Criminal nº 1000020-72.2016.9.21.0000
22. Apelação Criminal nº 1000026-79.2016.9.21.0000
23. Apelação Criminal nº 1000033-71.2016.9.21.0000
24. Apelação Criminal nº 1000034-56.2016.9.21.0000
25. Apelação Criminal nº 1000035-41.2016.9.21.0000
26. Apelação Criminal nº 1000036-26.2016.9.21.0000
27. Apelação Criminal nº 1000037-11.2016.9.21.0000
28. Apelação Criminal nº 1000040-63.2016.9.21.0000
29. Apelação Criminal nº 1000041-48.2016.9.21.0000
30. Apelação Criminal nº 1000044-03.2016.9.21.0000
31. Apelação Criminal nº 1000045-85.2016.9.21.0000
32. Apelação Criminal nº 1000046-70.2016.9.21.0000

33. Apelação Criminal nº 1000050-10.2016.9.21.0000
34. Apelação Criminal nº 1000051-92.2016.9.21.0000
35. Apelação Criminal nº 1000054-47.2016.9.21.0000
36. Apelação Criminal nº 1000062-24.2016.9.21.0000
37. Apelação Criminal nº 1000063-09.2016.9.21.0000
38. Apelação Criminal nº 1000066-61.2016.9.21.0000
39. Apelação Criminal nº 1000070-98.2016.9.21.0000
40. Apelação Criminal nº 1000074-38.2016.9.21.0000
41. Apelação Criminal nº 1000075-23.2016.9.21.0000
42. Apelação Criminal nº 1000076-08.2016.9.21.0000
43. Apelação Criminal nº 1000081-30.2016.9.21.0000
44. Apelação Criminal nº 1000082-15.2016.9.21.0000
45. Apelação Criminal nº 1000087-37.2016.9.21.0000
46. Apelação Criminal nº 1000093-44.2016.9.21.0000
47. Apelação Criminal nº 1000094-29.2016.9.21.0000
48. Apelação Criminal nº 1000095-14.2016.9.21.0000
49. Apelação Criminal nº 1000096-96.2016.9.21.0000
50. Apelação Criminal nº 1000097-81.2016.9.21.0000
51. Apelação Criminal nº 1000099-51.2016.9.21.0000
52. Apelação Criminal nº 1000100-36.2016.9.21.0000
53. Apelação Criminal nº 1000106-43.2016.9.21.0000
54. Apelação Criminal nº 1000108-13.2016.9.21.0000
55. Apelação Criminal nº 1000109-95.2016.9.21.0000
56. Apelação Criminal nº 1000110-80.2016.9.21.0000
57. Apelação Criminal nº 1000121-12.2016.9.21.0000
58. Apelação Criminal nº 1000125-49.2016.9.21.0000
59. Apelação Criminal nº 1000126-34.2016.9.21.0000
60. Apelação Criminal nº 1000128-04.2016.9.21.0000
61. Apelação Criminal nº 1000130-71.2016.9.21.0000
62. Apelação Criminal nº 1000131-56.2016.9.21.0000
63. Apelação Criminal nº 1000132-41.2016.9.21.0000
64. Apelação Criminal nº 1000133-26.2016.9.21.0000
65. Apelação Criminal nº 1000140-18.2016.9.21.0000

66. Apelação Criminal nº 1000142-85.2016.9.21.0000
67. Apelação Criminal nº 1000143-70.2016.9.21.0000
68. Apelação Criminal nº 1000148-92.2016.9.21.0000
69. Apelação Criminal nº 1000149-77.2016.9.21.0000
70. Apelação Criminal nº 1000150-62.2016.9.21.0000
71. Apelação Criminal nº 1000151-47.2016.9.21.0000
72. Apelação Criminal nº 1000152-32.2016.9.21.0000
73. Apelação Criminal nº 1000153-17.2016.9.21.0000
74. Apelação Criminal nº 1000156-69.2016.9.21.0000
75. Apelação Criminal nº 1000157-54.2016.9.21.0000
76. Apelação Criminal nº 1000159-24.2016.9.21.0000
77. Apelação Criminal nº 1000160-09.2016.9.21.0000
78. Apelação Criminal nº 1000163-61.2016.9.21.0000
79. Apelação Criminal nº 1000172-23.2016.9.21.0000
80. Apelação Criminal nº 1000173-08.2016.9.21.0000
81. Apelação Criminal nº 1000176-60.2016.9.21.0000
82. Apelação Criminal nº 1000179-15.2016.9.21.0000
83. Apelação Criminal nº 1000180-97.2016.9.21.0000
84. Apelação Criminal nº 1000182-67.2016.9.21.0000
85. Apelação Criminal nº 1000183-52.2016.9.21.0000
86. Apelação Criminal nº 1000186-07.2016.9.21.0000
87. Apelação Criminal nº 1000187-89.2016.9.21.0000
88. Apelação Criminal nº 1000190-44.2016.9.21.0000
89. Apelação Criminal nº 1000198-21.2016.9.21.0000
90. Apelação Criminal nº 1000199-06.2016.9.21.0000
91. Apelação Criminal nº 1000200-88.2016.9.21.0000
92. Apelação Criminal nº 1000203-43.2016.9.21.0000
93. Apelação Criminal nº 1000208-65.2016.9.21.0000
94. Apelação Criminal nº 1000210-35.2016.9.21.0000
95. Apelação Criminal nº 1000211-20.2016.9.21.0000
96. Apelação Criminal nº 1000212-05.2016.9.21.0000
97. Apelação Criminal nº 1000221-64.2016.9.21.0000
98. Apelação Criminal nº 1000222-49.2016.9.21.0000

99. Apelação Criminal nº 1000223-34.2016.9.21.0000
100. Apelação Criminal nº 1000225-44.2016.9.21.0000
101. Apelação Criminal nº 1000227-71.2016.9.21.0000
102. Apelação Criminal nº 1000228-56.2016.9.21.0000
103. Apelação Criminal nº 1000229-41.2016.9.21.0000
104. Apelação Criminal nº 1000230-26.2016.9.21.0000
105. Apelação Criminal nº 1000232-93.2016.9.21.0000
106. Apelação Criminal nº 1000233-78.2016.9.21.0000
107. Apelação Criminal nº 1000235-48.2016.9.21.0000
108. Apelação Criminal nº 1000236-33.2016.9.21.0000
109. Apelação Criminal nº 1000244-10.2016.9.21.0000
110. Apelação Criminal nº 1000245-92.2016.9.21.0000
111. Apelação Criminal nº 1000246-77.2016.9.21.0000
112. Apelação Criminal nº 1000247-62.2016.9.21.0000
113. Apelação Criminal nº 1000253-69.2016.9.21.0000
114. Apelação Criminal nº 1000254-54.2016.9.21.0000
115. Apelação Criminal nº 1000258-91.2016.9.21.0000
116. Apelação Criminal nº 1000261-46.2016.9.21.0000
117. Apelação Criminal nº 1000263-16.2016.9.21.0000
118. Apelação Criminal nº 1000266-68.2016.9.21.0000
119. Apelação Criminal nº 1000272-75.2016.9.21.0000
120. Apelação Criminal nº 1000273-60.2016.9.21.0000
121. Apelação Criminal nº 1000279-67.2016.9.21.0000
122. Apelação Criminal nº 1000280-52.2016.9.21.0000

Nível Hierárquico	Absolvido	Condenado	Tipo Penal	MP	Defesa
Coronel	0				
Total	0				
Tenente-Coronel	0				
Total	0				
Major	0	0			
Total	0	0			
Capitão	0	1	Art. 175		x
Total	0	1			

Tenente	1		Art. 209	x	
	1		Art. 305		x
	1		Arts. 177 e 299		x
	1		Art. 312		x
	1		Art. 303	x	
	0	1	Art. 203		x
Total	5	1			
Total Oficiais	5	2			
Sargento	0	2	Art. 312		x
	1	0	Art. 309		x
	1	0	Art. 216	x	
	0	1	Art. 319		x
	0	1	Art. 195		x
	2	0	Art. 305		x
	0	1	Art. 301		x
	1	0	Art. 217		x
	0	1	Arts. 209 e 216		x
	2	0	Arts. 177 e 299		x
	1	0	Art. 202		x
	1	0	Art. 160		x
	0	1	Art. 223		x
	1	0	Art. 301		x
	0	1	Art. 163		X
	0	1	Art. 209		x
	1	0	Art. 308		x
	0	1	Art. 251		x
	0	1	Art. 209		x
	0	1	Art. 216		x
0	1	Art. 298		x	
	0	1	Art. 265		x
	1	0	Art. 297		x
	0	1	Arts.175, 160 e 223		x
	0	2	Art. 203		x
	0	1	Art. 209		x
	0	1	Art. 209		x
	0	1	Art. 210		x
	0	1	Arts. 195 e 223		x

	0	1	Art. 209		X
	1	0	Art. 209		X
	0	1	Art. 177		X
	0	1	Art. 202		X
	0	1	Art. 209		X
	1	0	Art. 157		x
Total	14	25			
Soldado	1	0	Art. 209		x
	0	1	Art. 298		x
	0	2	Art. 209		x
	0	1	Art. 209		x
	0	5	Art. 209		x
	0	2	Arts. 209 e 223		x
	0	5	Art. 209		x
	1	0	Arts. 215 e 226		x
	6	0	Art. 209		x
	0	1	Arts. 308 e 326		x
	2	0	Art. 209		X
	3	0	Art. 209		X
	3	0	Art. 209		X
	1	0	Art. 319		X
	3	0	Art. 209	x	
	0	1	Art. 234		X
	1	0	Art. 312		X
	1	0	Art. 209		X
	0	1	Arts. 212 e 219	x	
	0	1	Art. 315		X
0	1	Art. 305		X	
Soldado	1	0	Art. 319		X
	1	0	Art. 195		X
	2	0	Art. 209		X
	2	0	Art. 254	x	
	1	0	Art. 192		X
	3	0	Arts. 209 e 319		X
	1	0	Art. 319		X
	1	0	Art. 195		X
	2	0	Art. 209		X
	1	0	Art. 298		X

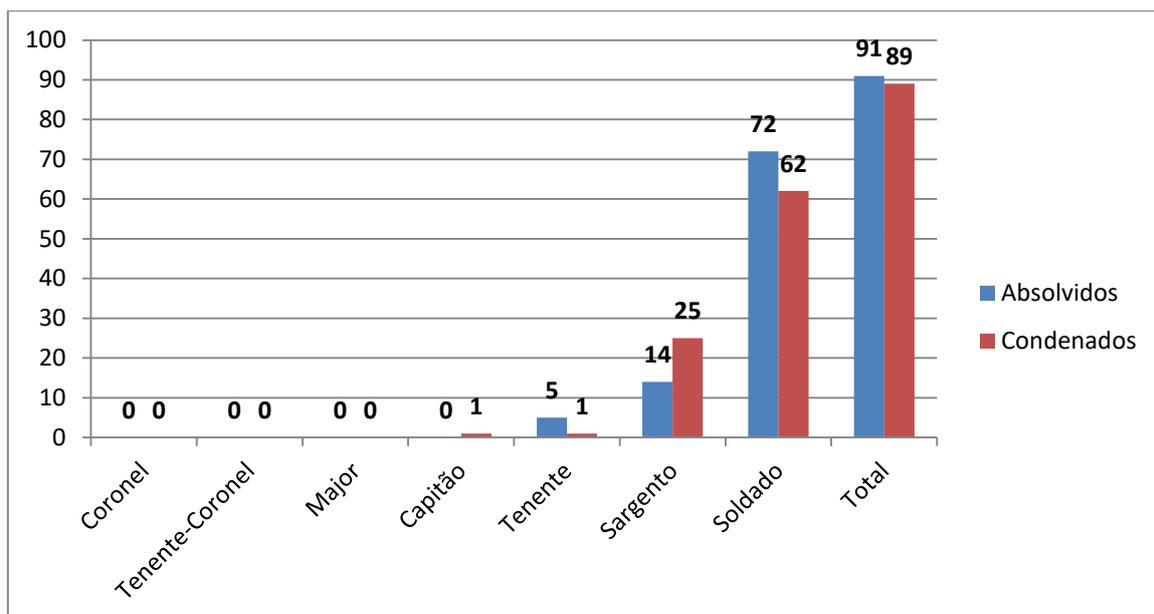
	0	1	Art. 319		X
	0	1	Art. 179		X
	2	0	Art. 209	x	
	0	1	Art. 209		X
	0	1	Art. 315		X
	2	0	Art. 209	x	
	1	0	Art. 209		X
	1	0	Art. 209		X
	6	0	Art. 209		X
	0	1	Art. 209		X
	0	1	Art. 212		X
	0	3	Art. 305		X
	1	0	Art. 209		X
	0	2	Art. 209		X
	1	0	Art. 343		X
	0	2	Art. 212		X
	1	0	Art. 312	x	
	1	0	Art. 209		X
	0	1	Art. 315		X
	1	0	Art. 209		X
	2	0	Art. 209		X
	1	0	Art. 187		X
	0	2	Art. 202		X
	0	1	Art. 210		x
	0	1	Art. 308		x
	1	0	Art. 209	x	
	1	0	Art. 209	x	
	0	2	Art. 312		x
	2	0	Art. 209		x
	0	1	Art. 209		x
	0	1	Art. 210	x	
	0	1	Arts. 157 e 299		x
	2	0	Art. 209	x	
	0	1	Arts. 216 e 223		x
	0	2	Art. 209		x
	1	0	Art. 319		x
	0	1	Art. 209		x
	0	1	Art. 214		x

	3	0	Art. 240		x
	1	0	Art. 210		x
	0	1	Art. 209		x
	1	0	Art. 187	x	
	0	1	Art. 210		x
	0	1	Art. 209		x
	0	2	Art. 209		x
	0	1	Art. 319		x
	1	0	Art. 209		x
	0	1	Arts. 214 e 298	x	
	0	1	Art. 209	x	
	0	1	Art. 209		x
	1	0	Art. 209	x	
	0	2	Art. 209		x
	0	1	Art. 302		x
	0	1	Art. 240		x
	1	0	Art. 209	x	
Total	72	62			
Total Oficiais e Praças	91	89			

Chegam-se as seguintes conclusões:

As 122 apelações criminais envolveram 180 militares estaduais, havendo 91 absolvições e 88 condenações:

Nível Hierárquico	Absolvidos	Condenados
Coronel	0	0
Tenente-Coronel	0	0
Major	0	0
Capitão	0	1
Tenente	5	1
Sargento	14	25
Soldado	72	62
Total	91	89



Hierarquia	Absolvidos	Condenados	Total Julgados	Porcentagem Condenados
Oficiais	0	0	0	—
Capitão	0	1	1	100%
Tenentes	5	1	6	16,7%
Sargentos	14	25	39	64,1%
Soldados	72	62	134	46,3%
Total	91	89	180	49,4%

Os tipos penais mais incidentes:

a. Envolvendo Oficiais do Quadro de Estado Maior

Nível Hierárquico	Absolvição	Condenação	Tipo Penal	Capitulação
Coronel	0	0		
Tenente-Coronel	0	0		

b. Envolvendo Capitão

Tipo Penal	Quantitativo
	0

c. Envolvendo Tenentes

Tipo Penal	Quantitativo
Contra a Administração (Peculato, Concussão e falsidade ideológica)	4

d. Envolvendo Sargentos

Tipo Penal	Quantitativo
Contra a Administração (Documento Falso, Corrupção, Desacato a Superior, Desacato a Militar, Peculato, Falsidade Ideológica)	8
Contra a Pessoa (lesões Corporais Leves e Culposas)	7
Contra o Dever Funcional (Prevaricação)	1
Contra o Patrimônio (Roubo, Extorsão e Dano)	0
Contra o Serviço e o Dever Militar (Abandono de Posto, Embriaguez ao Serviço, Dormir em Serviço)	5

e. Envolvendo Soldados

Tipo Penal	Quantitativo
Contra a Pessoa (lesões Corporais Leves e Culposas)	47
Contra a Administração (Falsidade de Documento, Uso de Documento Falso, Desobediência Desacato a Superior, Peculato, Falsidade Ideológica, Concussão)	17
Contra o Dever Funcional (Prevaricação, Extravio de Documento e Violação de Sigilo Funcional)	8
Contra a Liberdade (Constrangimento Ilegal, Ameaça, Violação de Domicílio, Violação de Segredo Profissional)	4
Contra o Serviço e o Dever Militar (Abandono de Posto, Dormir em Serviço,	4

2. Habeas-Corpus: 25

1. Habeas Corpus nº 1000025-94.2016.9.21.0000
2. Habeas Corpus nº 1000042-33.2016.9.21.0000
3. Habeas Corpus nº 1000048-40.2016.9.21.0000
4. Habeas Corpus nº 1000053-62.2016.9.21.0000
5. Habeas Corpus nº 1000069-16.2016.9.21.0000
6. Habeas Corpus nº 1000071-83.2016.9.21.0000
7. Habeas Corpus nº 1000072-68.2016.9.21.0000
8. Habeas Corpus nº 1000084-82.2016.9.21.0000
9. Habeas Corpus nº 1000138-48.2016.9.21.0000
10. Habeas Corpus nº 1000165-31.2016.9.21.0000
11. Habeas Corpus nº 1000168-83.2016.9.21.0000
12. Habeas Corpus nº 1000170-53.2016.9.21.0000
13. Habeas Corpus nº 1000175-75.2016.9.21.0000
14. Habeas Corpus nº 1000204-28.2016.9.21.0000
15. Habeas Corpus nº 1000205-13.2016.9.21.0000
16. Habeas Corpus nº 1000220-79.2016.9.21.0000
17. Habeas Corpus nº 1000224-19.2016.9.21.0000
18. Habeas Corpus nº 1000239-85.2016.9.21.0000
19. Habeas Corpus nº 1000287-44.2016.9.21.0000
20. Habeas Corpus nº 1000288-29.2016.9.21.0000
21. Habeas Corpus nº 1000289-14.2016.9.21.0000
22. Habeas Corpus nº 1000293-51.2016.9.21.0000
23. Habeas Corpus nº 1000294-36.2016.9.21.0000
24. Habeas Corpus nº 1000295-21.2016.9.21.0000
25. Habeas Corpus nº 1000298-73.2016.9.21.0000

Nível Hierárquico	Não-Conhecido	Denegado	Concedido	Total
--------------------------	----------------------	-----------------	------------------	--------------

Ten-Cel.	0	0	0	
Major	0	0	0	
Capitão	1	0	0	1
Tenente	0	0	0	
Sargento	4	2	1	7
Soldado	8	8	1	17
Total	13	10	2	25
Porcentagem	52%	40%	8%	100%

3. Reclamação: 0

4. Recurso inominado: 0

5. Restauração de Autos: 0

6. Recurso em Sentido Estrito: 3

1. Recurso em Sentido Estrito nº 1000021-57.2016.9.21.0000
2. Recurso em Sentido Estrito nº 1000052-77.2016.9.21.0000
3. Recurso em Sentido Estrito nº 1000086-52.2016.9.21.0000

7. Recursos de Ofício: 0

8. Correição Parcial: 10

1. Correição Parcial nº 2466-82.2015.9.21.0000
2. Correição Parcial nº 1000016-35.2016.9.21.0000
3. Correição Parcial nº 1000065-76.2016.9.21.0000
4. Correição Parcial nº 1000088-22.2016.9.21.0000
5. Correição Parcial nº 1000092-59.2016.9.21.0000
6. Correição Parcial nº 1000154-02.2016.9.21.0000
7. Correição Parcial nº 1000155-84.2016.9.21.0000

8. Correição Parcial nº 1000158-39.2016.9.21.0000
9. Correição Parcial nº 1000184-37.2016.9.21.0000
10. Correição Parcial nº 1000215-57.2016.9.21.0000

9. Representação Para Perda da Graduação:

1. Representação para Perda da Graduação nº 2333-40.2015.9.21.0000
2. Representação para Perda da Graduação nº 2334-25.2015.9.21.0000
3. Representação para Perda da Graduação nº 1001922-94.2015.9.21.0000
4. Representação para Perda da Graduação nº 1000009-43.2016.9.21.0000
5. Representação para Perda da Graduação nº 1000010-28.2016.9.21.0000
6. Representação para Perda da Graduação nº 1000011-13.2016.9.21.0000
7. Representação para Perda da Graduação nº 1000012-95.2016.9.21.0000
8. Representação para Perda da Graduação nº 1000013-80.2016.9.21.0000
9. Representação para Perda da Graduação nº 1000022-42.2016.9.21.0000
10. Representação para Perda da Graduação nº 1000023-27.2016.9.21.0000
11. Representação para Perda da Graduação nº 1000024-12.2016.9.21.0000
12. Representação para Perda da Graduação nº 1000098-66.2016.9.21.0000
13. Representação para Perda da Graduação nº 1000181-82.2016.9.21.0000
14. Representação para Perda da Graduação nº 1000195-66.2016.9.21.0000

Graduação	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Sargento	Arts. 209, 232, 233, 234, 240, 308, 326, 327 e 342	1	5	6
Soldado	Arts. 240, 242, 243, 303, 308 e 342	7	1	8
Total		8	6	14

10. Representação Para Declaração de Indignidade do Oficialato e Perda do Posto e Patente: 0

11. Revisão Criminal: 0

12. Embargos Infringentes Crime: 18

1. Embargos Infringentes Crime nº 1002403-57.2015.9.21.0000
2. Embargos Infringentes Crime nº 2425-18.2015.9.21.0000
3. Embargos Infringentes Crime nº 2533-47.2015.9.21.0000
4. Embargos Infringentes Crime nº 1002550=83.2015.9.21.0000
5. Embargos infringentes Crime nº 1000001-66.2016.9.21.0000
6. Embargos Infringentes Crime nº 1000055-32.2016.9.21.0000
7. Embargos Infringentes Crime nº 1000064-91.2016.9.21.0000
8. Embargos Infringentes Crime nº 1000090-89.2016.9.21.0000
9. Embargos Infringentes Crime nº 1000122-94.2016.9.21.0000
10. Embargos Infringentes Crime nº 1000144-55.2016.9.21.0000
11. Embargos Infringentes Crime nº 1000188-74.2016.9.21.0000
12. Embargos Infringentes Crime nº 1000191-29.2016.9.21.0000
13. Embargos Infringentes Crime nº 1000238-03.2016.9.21.0000
14. Embargos Infringentes Crime nº 1000251-02.2016.9.21.0000
15. Embargos Infringentes Crime nº 1000275-30.2016.9.21.0000
16. Embargos Infringentes Crime nº 1000276-15.2016.9.21.0000
17. Embargos Infringentes Crime nº 1000283-07.2016.9.21.0000
18. Embargos Infringentes Crime nº 1000284-89.2016.9.21.0000

Nível Hierárquico	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Coronel	Arts. 312, 319	1	0	1
Ten-Cel	Arts. 312, 319	1	0	1

Capitão	Arts. 312, 319, 209	1	1	2
Soldado	Arts. 240, 242, 243, 303, 308 e 342	7	1	8
Tenente	Art. 319	2	1	2
Sargento	Arts. 223, 233, 236, 303, 305, 308, 319	3	4	7
Soldado	Arts. 179, 209, 215, 235, 290, 305, 312	2	12	14
Total		17	19	36

13. Embargos Infringentes Cíveis: 0

14. Embargos de Declaração Crime: 26

1. Embargos de Declaração Crime nº 2420-93.2015.9.21.0000
2. Embargos de Declaração Crime nº 2429-55.2015.9.21.0000
3. Embargos de Declaração Crime nº 2528-25.2015.9.21.0000
4. Embargos de Declaração Crime nº 2626-10.2015.9.21.0000
5. Embargos de Declaração Crime nº 1000004-21.2016.9.21.0000
6. Embargos de Declaração Crime nº 1000039-78.2016.9.21.0000
7. Embargos de Declaração Crime nº 1000043-18.2016.9.21.0000
8. Embargos de Declaração Crime nº 1000049-25.2016.9.21.0000
9. Embargos de Declaração Crime nº 1000059-69.2016.9.21.0000
10. Embargos de Declaração Crime nº 1000091-74.2016.9.21.0000
11. Embargos de Declaração Crime nº 1000101-21.2016.9.21.0000
12. Embargos de Declaração Crime nº 1000103-88.2016.9.21.0000
13. Embargos de Declaração Crime nº 1000104-73.2016.9.21.0000
14. Embargos de Declaração Crime nº 1000105-58.2016.9.21.0000
15. Embargos de Declaração Crime nº 1000145-40.2016.9.21.0000
16. Embargos de Declaração Crime nº 1000146-25.2016.9.21.0000
17. Embargos de Declaração Crime nº 1000161-91.2016.9.21.0000

18. Embargos de Declaração Crime nº 1000162-62.2016.9.21.0000
19. Embargos de Declaração Crime nº 1000185-22.2016.9.21.0000
20. Embargos de Declaração Crime nº 1000196-51.2016.9.21.0000
21. Embargos de Declaração Crime nº 1000213-87.2016.9.21.0000
22. Embargos de Declaração Crime nº 1000219-94.2016.9.21.0000
23. Embargos de Declaração Crime nº 1000226-86.2016.9.21.0000
24. Embargos de Declaração Crime nº 1000237-18.2016.9.21.0000
25. Embargos de Declaração Crime nº 1000243-25.2016.9.21.0000
26. Embargos de Declaração Crime nº 1000268-38.2016.9.21.0000

15. Embargos de Declaração Cível: 5

1. Embargos de Declaração Cível nº 2357-68.2015.9.21.0000
2. Embargos de Declaração Cível nº 1000147-10.2016.9.21.0000
3. Embargos de Declaração Cível nº 1000197-36.2016.9.21.0000
4. Embargos de Declaração Cível nº 1000214-72.2016.9.21.0000
5. Embargos de Declaração Cível nº 1000267-53.2016.9.21.0000

16. Exceção de Suspeição Cível: 1

1. Exceção de Suspeição Cível nº 1000194-81.2016.9.21.0000

17. Conflito de Competência: 0

18. Apelação Cível: 27

1. Apelação Cível nº 2435-62.2015.9.21.0000
2. Apelação Cível nº 1000027-64.2016.9.21.0000
3. Apelação Cível nº 1000028-49.2016.9.21.0000
4. Apelação Cível nº 1000029-34.2016.9.21.0000
5. Apelação Cível nº 1000030-19.2016.9.21.0000
6. Apelação Cível nº 1000032-86.2016.9.21.0000
7. Apelação Cível nº 1000057-02.2016.9.21.0000

8. Apelação Cível nº 1000061-39.2016.9.21.0000
9. Apelação Cível nº 1000077-90.2016.9.21.0000
10. Apelação Cível nº 1000078-75.2016.9.21.0000
11. Apelação Cível nº 1000080-45.2016.9.21.0000
12. Apelação Cível nº 1000089-07.2016.9.21.0000
13. Apelação Cível nº 1000111-65.2016.9.21.0000
14. Apelação Cível nº 1000120-27.2016.9.21.0000
15. Apelação Cível nº 1000129-86.2016.9.21.0000
16. Apelação Cível nº 1000136-78.2016.9.21.0000
17. Apelação Cível nº 1000139-33.2016.9.21.0000
18. Apelação Cível nº 1000141-03.2016.9.21.0000
19. Apelação Cível nº 1000164-46.2016.9.21.0000
20. Apelação Cível nº 1000166-16.2016.9.21.0000
21. Apelação Cível nº 1000167-98.2016.9.21.0000
22. Apelação Cível nº 1000171-38.2016.9.21.0000
23. Apelação Cível nº 1000192-43.2016.9.21.0000
24. Apelação Cível nº 1000202-58.2016.9.21.0000
25. Apelação Cível nº 1000206-95.2016.9.21.0000
26. Apelação Cível nº 1000207-80.2016.9.21.0000
27. Apelação Cível nº 1000259-76.2016.9.21.0000

19. Conselho de Justificação: 1

1. Conselho de Justificação nº 1000218-12.2016.9.21.0000

Graduação	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Major	Arts. 24 e 25 da Lei Estadual 10.990/97	1		1
Total		1		1
Porcentagem		100%	-	100%

20. Reexames Necessários: 3

1. Reexame Necessário nº 1000079-75.2016.9.21.0000
2. Reexame Necessário nº 1000112-50.2016.9.21.0000
3. Reexame Necessário nº 1000193-96.2016.9.21.0000

21. Reexame Necessário Crime: 2

1. Reexame Necessário Crime nº 1000058-84.2016.9.21.0000
2. Reexame Necessário Crime nº 1000242-40.2016.9.21.0000

22. Agravo em Execução: 4

1. Agravo em Execução nº 1000038-93.2016.9.21.0000
2. Agravo em Execução nº 1000047-55.2016.9.21.0000
3. Agravo em Execução nº 1000056-17.2016.9.21.0000
4. Agravo em Execução nº 1000297-88.2016.9.21.0000

23. Agravo Regimental Cível: 3

1. Agravo Regimental Cível nº 1000174-90.2016.9.21.0000
2. Agravo Regimental Cível nº 1000216-42.2016.9.21.0000
3. Agravo Regimental Cível nº 1000217-27.2016.9.21.0000

24. Agravo Regimental Crime: 3

1. Agravo Regimental Crime nº 1000231-11.2016.9.21.0000
2. Agravo Regimental Crime nº 1000262-31.2016.9.21.0000
3. Agravo Regimental Crime nº 1000300-43.2016.9.21.0000

25. Agravo de Instrumento: 6

1. Agravo de Instrumento nº 1000067-46.2016.9.21.0000
2. Agravo de Instrumento nº 1000068-31.2016.9.21.0000

3. Agravo de Instrumento nº 1000107-28.2016.9.21.0000
4. Agravo de Instrumento nº 1000201-73.2016.9.21.0000
5. Agravo de Instrumento nº 1000209-50.2016.9.21.0000
6. Agravo de Instrumento nº 1000277-97.2016.9.21.0000

26. Ação Cautelar: 0

27. Ação Rescisória: 2

1. Ação Rescisória nº 1000651-50.2015.9.21.0000
2. Ação Rescisória nº 1001948-92.2015.9.21.0000

28. Cautelar Inominada: 0

29. Mandado de Segurança: 3

1. Mandado de Segurança nº 1000178-30.2016.9.21.0000
2. Mandado de Segurança nº 1000274-45.2016.9.21.0000
3. Mandado de Segurança nº 1000290-96.2016.9.21.0000

30. Processos Administrativos: 38

1. Processo Administrativo nº 89.0700/11-7
2. Processo Administrativo nº 5-0700/16-2
3. Processo Administrativo nº 34-0700/16-5
4. Processo Administrativo nº 300-0700/06-6
5. Processo Administrativo nº 280-0700/00-3
6. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
7. Processo Administrativo nº 305-0700/14-0
8. Processo Administrativo nº 23-0700/13-6
9. Processo Administrativo nº 305-0700/14-0
10. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
11. Processo Administrativo nº 25-0700/00-0
12. Processo Administrativo nº 621-0700/14-8

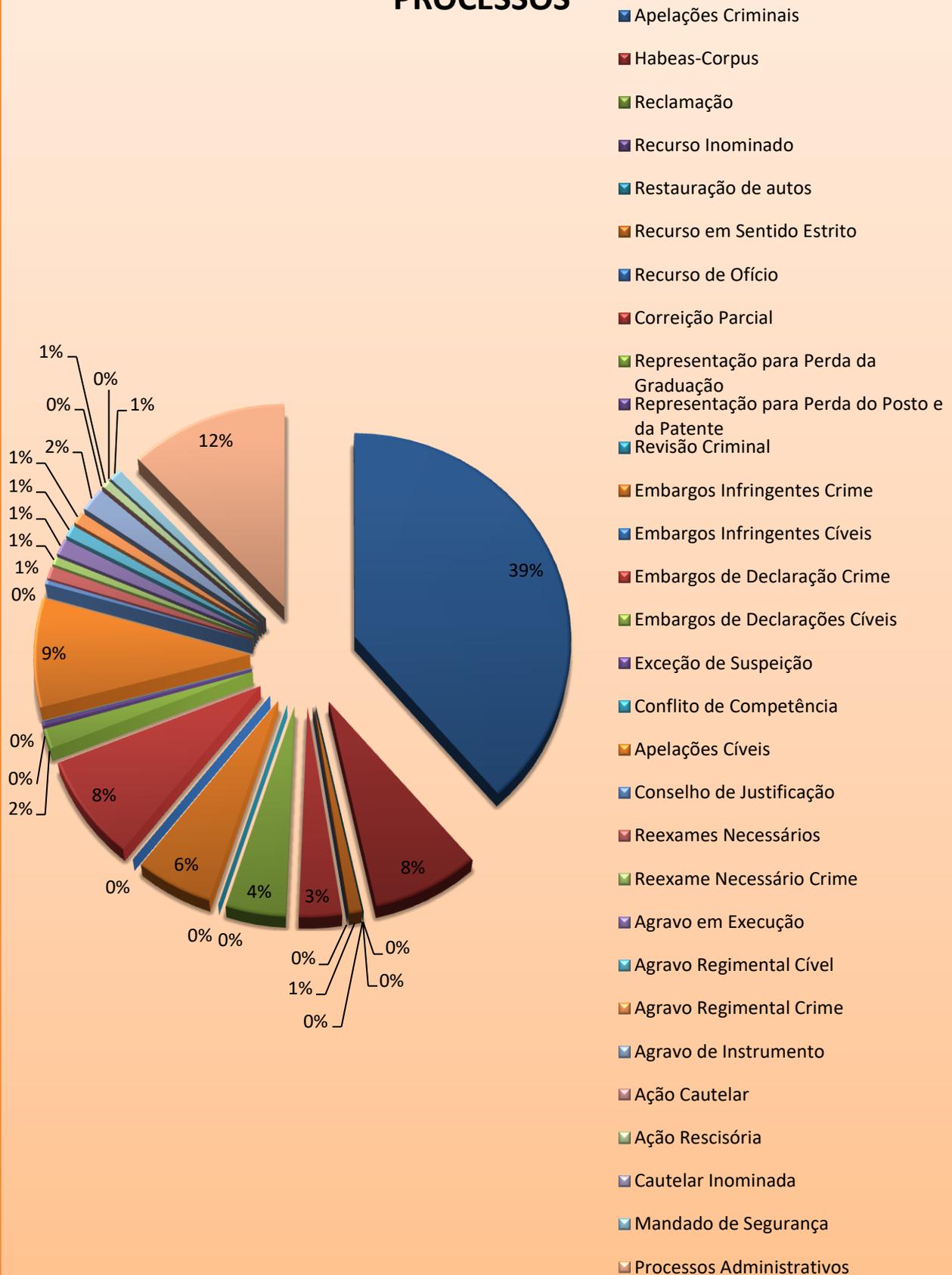
13. Processo Administrativo nº 792-0700/15-0
14. Processo Administrativo nº 560-0700/15-2
15. Processo Administrativo nº 126-0700/16-7
16. Processo Administrativo nº 240-0700/16-2
17. Processo Administrativo nº 165-0700/16-1
18. Processo Administrativo nº 8-0700/15-2
19. Processo Administrativo nº 275-0700/16-1
20. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
21. Processo Administrativo nº 391-0700/16-2
22. Processo Administrativo nº 25-0700/00-0
23. Processo Administrativo nº 426-0700/16-1
24. Processo Administrativo nº 431-0700/16-0
25. Processo Administrativo nº 452-0700/16-6
26. Processo Administrativo nº 622-0700/12-4
27. Processo Administrativo nº 473-0700/16-2
28. Processo Administrativo nº 61-0700/98-7
29. Processo Administrativo nº 760-0700/07-8
30. Processo Administrativo nº 161-0700/15-2
31. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
32. Processo Administrativo nº 843-0700/01-1
33. Processo Administrativo nº 760-0700/07-8
34. Processo Administrativo nº 631-0700/16-6
35. Processo Administrativo nº 560-0700/15-2
36. Processo Administrativo nº 475-0700/16-8
37. Processo Administrativo nº 23-0700/13-6
38. Processo Administrativo nº 25-0700/00-0

Apresentamos abaixo os seguintes quadros quantitativos:

Processos	Quantidade
Apelações Criminais	122
Habeas-Corpus	25
Reclamação	0

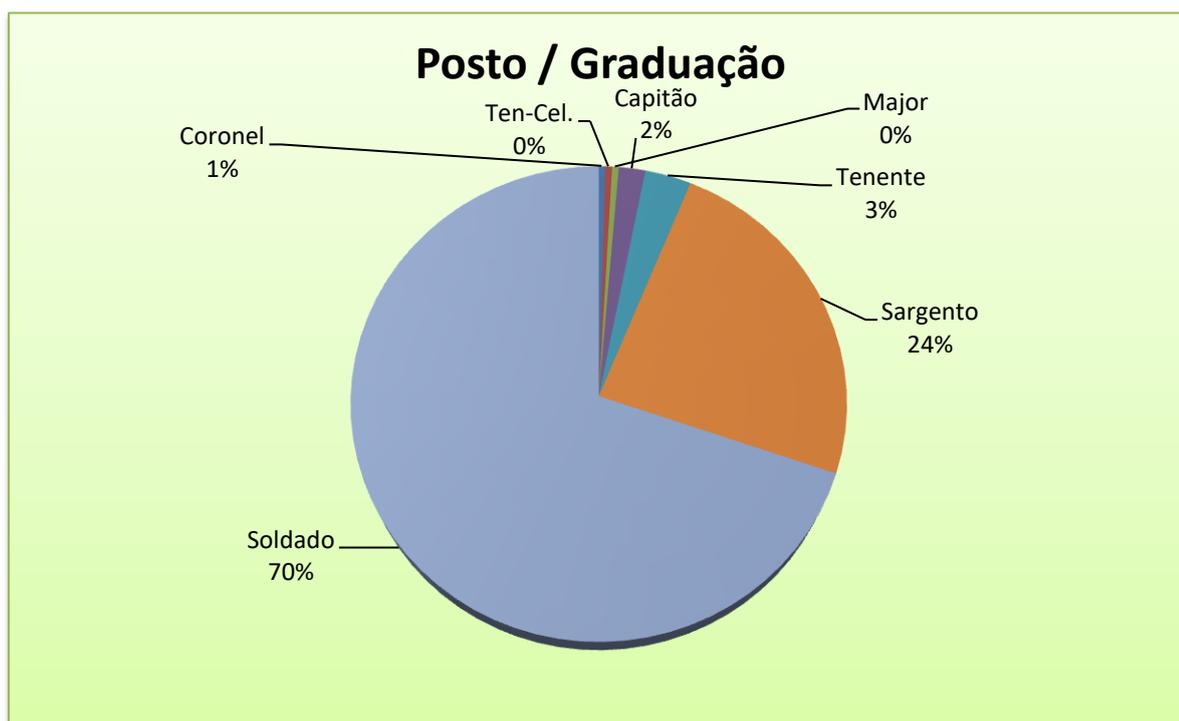
Recurso Inominado	0
Restauração de autos	0
Recurso em Sentido Estrito	3
Recurso de Ofício	0
Correição Parcial	10
Representação para Perda da Graduação	14
Representação para Perda do Posto e da Patente	0
Revisão Criminal	0
Embargos Infringentes Crime	18
Embargos Infringentes Cíveis	0
Embargos de Declaração Crime	26
Embargos de Declarações Cíveis	5
Exceção de Suspeição	1
Conflito de Competência	0
Apelações Cíveis	27
Conselho de Justificação	1
Reexames Necessários	3
Reexame Necessário Crime	2
Agravo em Execução	4
Agravo Regimental Cível	3
Agravo Regimental Crime	3
Agravo de Instrumento	6
Ação Cautelar	0
Ação Rescisória	2
Cautelar Inominada	0
Mandado de Segurança	3
Processos Administrativos	38
Total	316

PROCESSOS



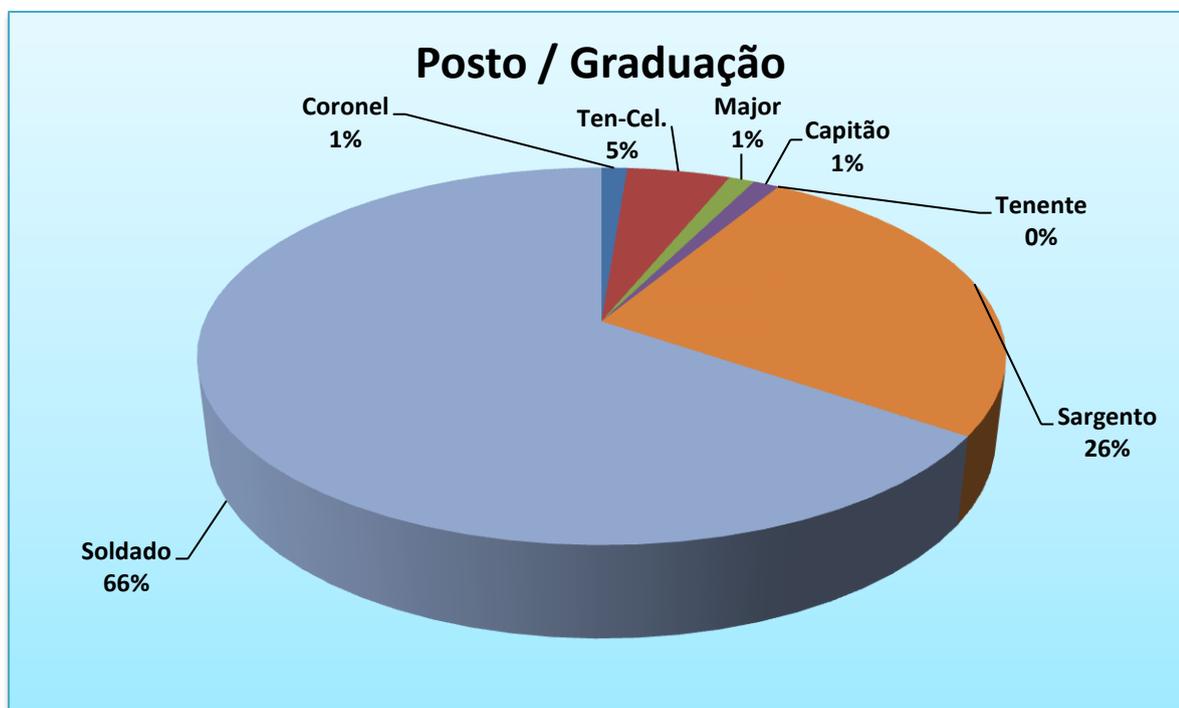
Nível hierárquico dos militares estaduais julgados referentes a Apelações Criminais, Revisões Criminais, Representações Para a Perda do Posto e da Patente, Perda da Graduação, Conselhos de Justificação e Hábeas-córpus.

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	1
Ten-Cel.	1
Major	1
Capitão	4
Tenente	7
Sargento	54
Soldado	157
Total:	225



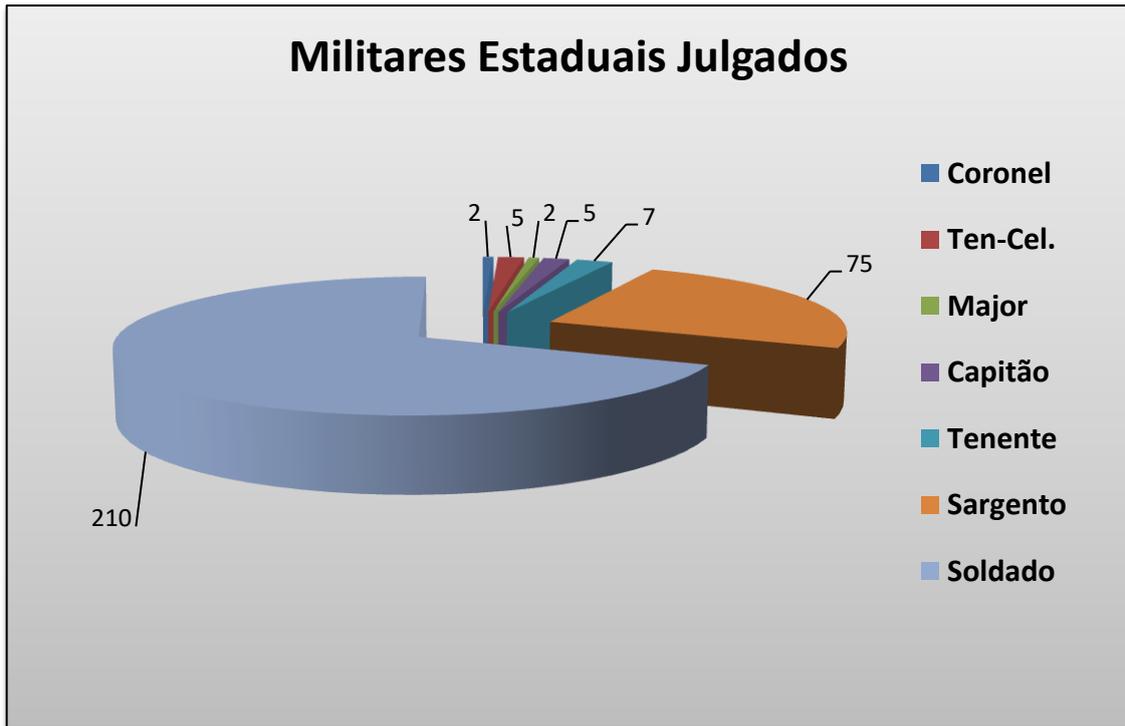
Nível hierárquico dos militares estaduais julgados (Recurso Inominado, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de Declaração Crime e Cível, Apelações Cíveis, Reexame Necessário, Agravo em Execução, Agravo Regimental, Agravo de Instrumento, Ação Rescisória, Mandado de Segurança).

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	1
Ten-Cel.	4
Major	1
Capitão	1
Tenente	0
Sargento	21
Soldado	53
Total:	81



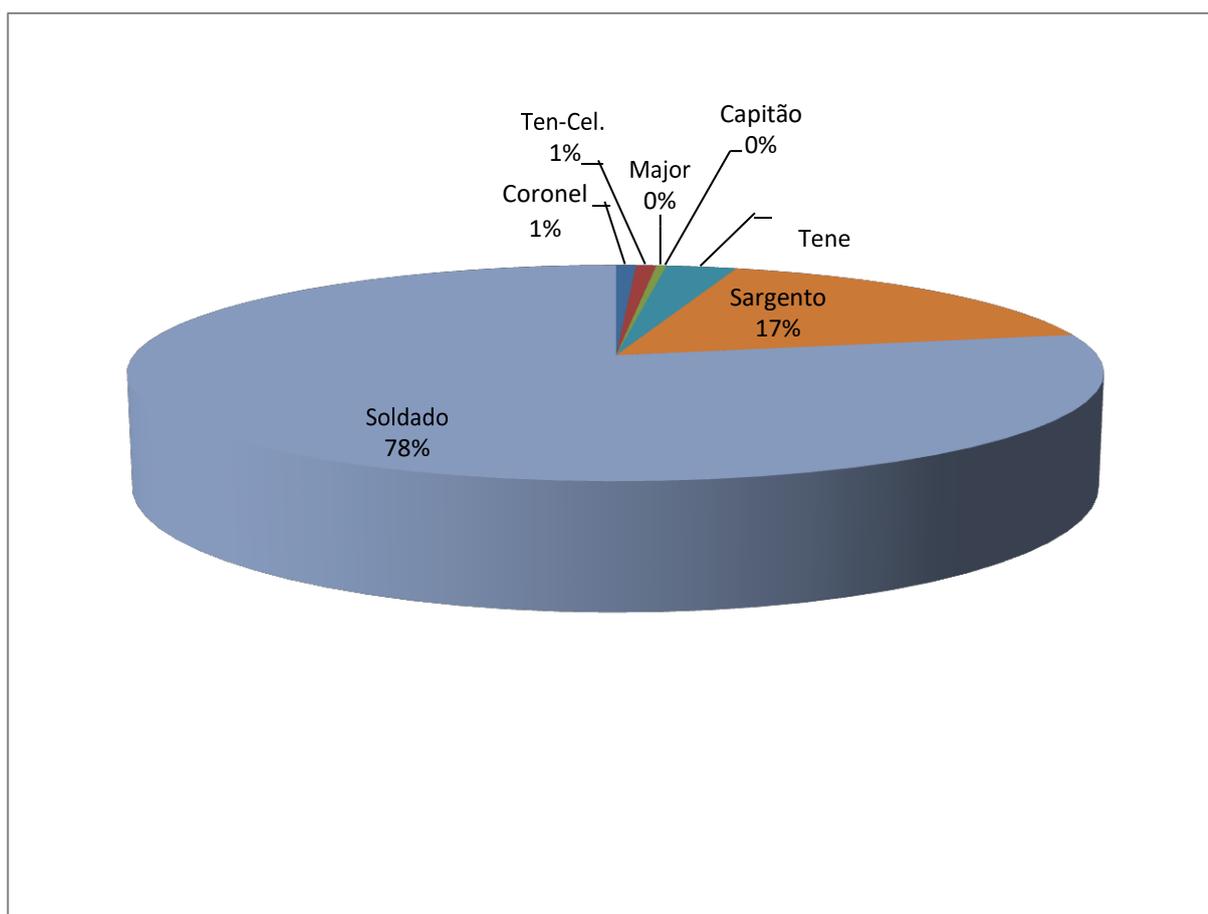
Militares Estaduais Julgados

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	2
Ten-Cel.	5
Major	2
Capitão	5
Tenente	7
Sargento	75
Soldado	210
Total:	306



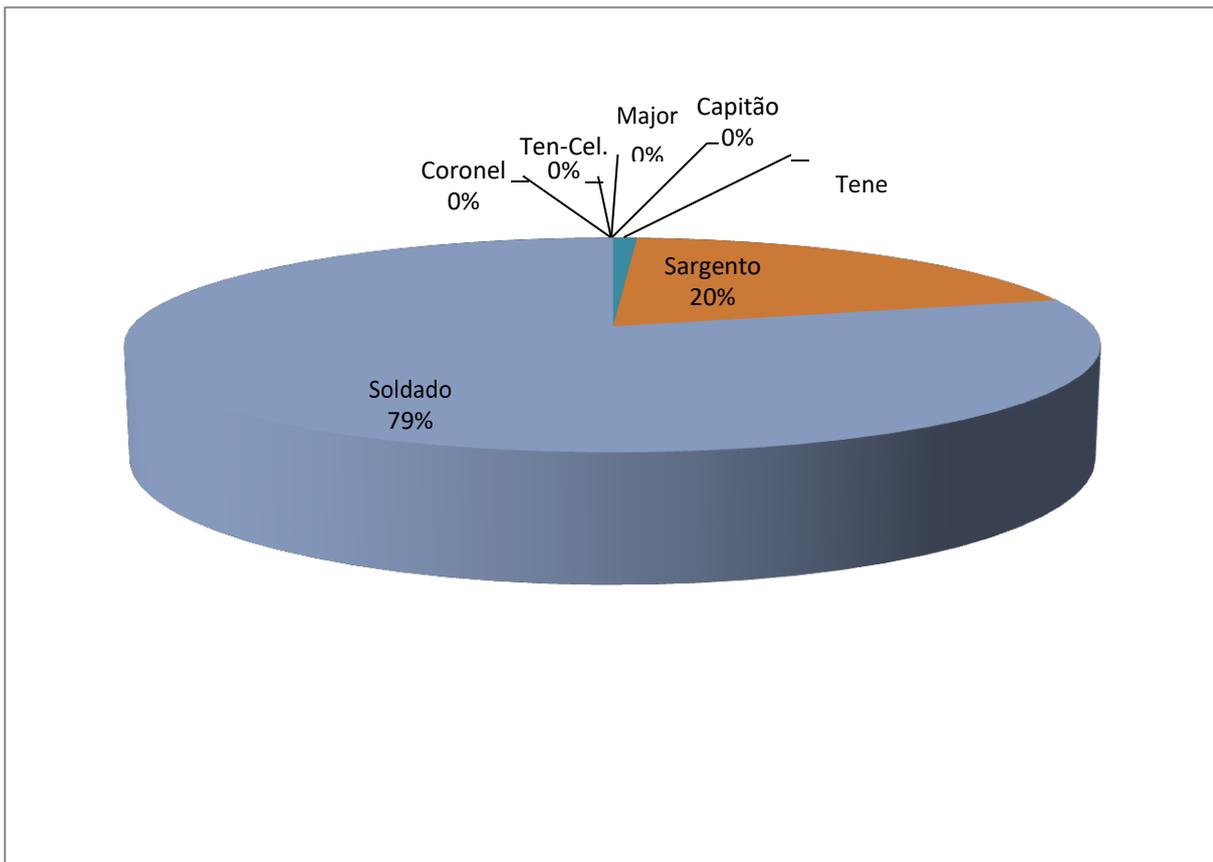
Nível hierárquico dos militares estaduais julgados referentes a Apelações Criminais, Revisões Criminais, Representações Para a Perda do Posto e da Patente, Perda da Graduação, Conselhos de Justificação e Hábeas-cópus.

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	2
Ten-Cel.	2
Major	1
Capitão	0
Tenente	7
Sargento	44
Soldado	201
Total:	257



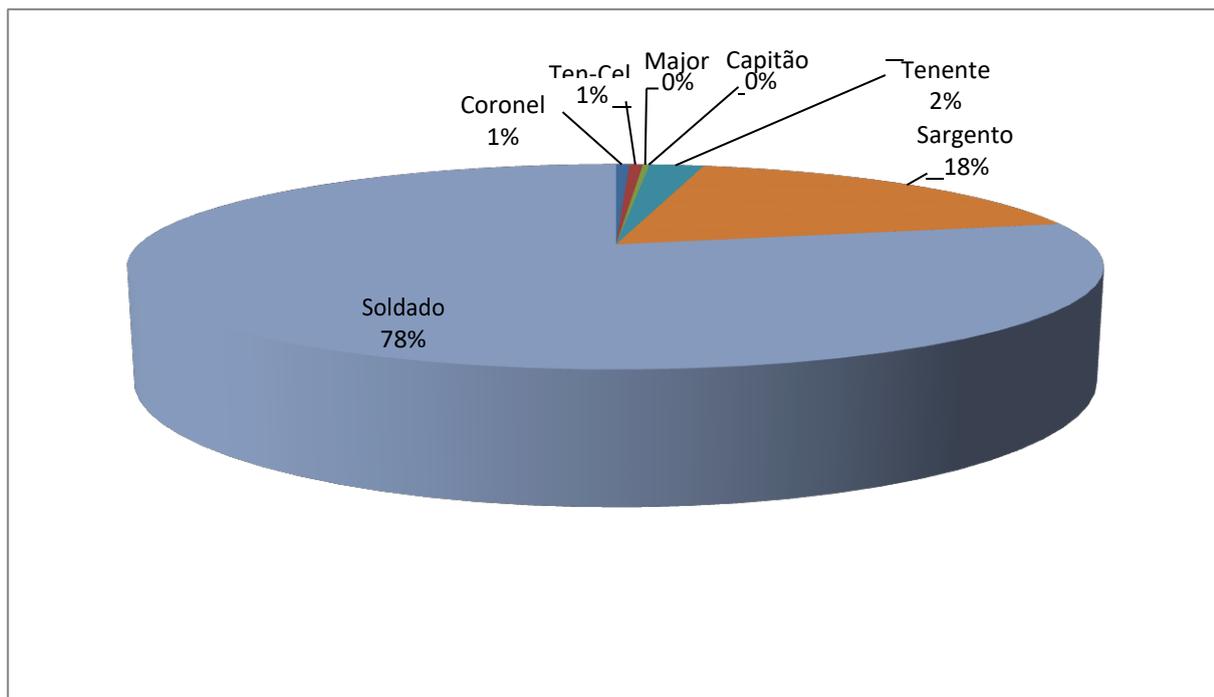
Nível hierárquico dos militares estaduais julgados (Recurso Inominado, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de Declaração Crime e Cível, Apelações Cíveis, Reexame Necessário, Agravo em Execução, Agravo Regimental, Agravo de Instrumento, Ação Rescisória, Mandado de Segurança).

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	0
Ten-Cel.	0
Major	0
Capitão	0
Tenente	1
Sargento	21
Soldado	84
Total:	106



Quantitativo por nível hierárquico de Militares Estaduais Julgados

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	2
Ten-Cel.	2
Major	1
Capitão	0
Tenente	8
Sargento	65
Soldado	285
Total:	363



4.8 Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Estratégica no ano de 2016

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência, em cumprimento ao que dispõe o inciso XXXI do artigo 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, para encaminhar o relatório das atividades do Núcleo de Gestão Estratégica no período de janeiro a dezembro de 2016, a fim de ser apreciado e avaliado.

SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

JMERS – Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul

NGE – Núcleo de Gestão Estratégica

SEGA – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Administrativo

STM – Superior Tribunal Militar

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TJMMG – Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

TJMRS – Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

TJMSP – Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

4.8.1 FINALIDADE

O Núcleo de Gestão Estratégica, setor de assessoria à Presidência, é composto pelos servidores Simone Maria Picoral Dal Molin, servidora efetiva, bacharel em Publicidade e Propaganda (no setor desde 2013), Dionês Gabana de Souza, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, bacharel em Administração (incluída em 20 de fevereiro de 2014) e Marlon Grandini Porte, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Licenciado em Ciências da Matemática (incluído em 08 de junho de 2015).

O Núcleo foi criado pela Resolução N.º 126 do TJMRS em 27 de novembro de 2013, com a finalidade de fomentar o planejamento estratégico e supervisionar,

coordenar e orientar a sua execução, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional – tendo como base legal as Resoluções do CNJ N.º 49 e N.º 70, de 18/12/2007 e 18/03/2009, respectivamente.

Em 21 de julho de 2014 ocorreram alterações por meio da Resolução N.º 139 do TJMRS, publicada no DJE de 8/8/2014, que ao dispor sobre a criação do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul instituiu suas competências, salientando que a partir de então o setor passou também a ser responsável pelas funções estatísticas da JMERS, com base nas resoluções do CNJ N.º 04, de 16 de agosto de 2005, N.º 198, de 1º de julho de 2014, N.º 76, de 12 de maio de 2009, e na Resolução do TJMRS N.º 131, de 7 de março de 2014.

O Núcleo de Gestão Estratégica é orientado pelos dispositivos legais abaixo citados:

- 1) RESOLUÇÃO do TJMRS N.º 149, de 20 de agosto de 2015. Aprova o Planejamento Estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul para o período de 2015 a 2020, ficando revogada a Resolução N.º 71, do TJMRS, de 15 de dezembro de 2009, e demais disposições em contrário; e PORTARIA N.º 15/2015 que designou, sob a presidência do Dr. Fábio Duarte Fernandes, os membros que elaboraram, implementaram e monitoram o Planejamento Estratégico da JMERS para o sexênio 2015-2020, estratégia judiciária 2020, em alinhamento ao Plano Estratégico Nacional do CNJ.
- 2) PORTARIA N.º 202/2015. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 241, inciso XIV, da Lei N.º 7.356, de 1º/2/1980, artigo 9.º, incisos XXXIII e XXXIV, do Regimento Interno desta Corte e o que consta nas Resoluções N.º 198/2014 e 204/2015, 49/2007, 76/2009 e 04/2005 do CNJ e nas Resoluções N.º 149/2015, 139/2014, 131/2014 e 126/2013 desta Corte, que estabelecem a composição e a competência do Núcleo de Gestão Estratégica no âmbito da Justiça Militar do Estado, DESIGNA: a servidora SIMONE MARIA PICORAL DAL MOLIN, como responsável pelo

Núcleo de Gestão Estratégica; a servidora DIONÊS GABANA DE SOUZA, como responsável pelo Escritório de Projetos e o servidor MARLON GRANDINI PORTE, como servidor responsável pelo Setor de Estatística.

- 3) PORTARIA DA PRESIDÊNCIA N.º 06/2015. Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dos setores de Estatística e Escritório de Projetos que lhe são vinculados.
- 4) RESOLUÇÃO N.º 143/2014. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução N.º 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N.º 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números.
- 5) RESOLUÇÃO N.º 133, DE 2 DE ABRIL DE 2014. Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado.
- 6) RESOLUÇÃO N.º 131, DE 07 DE MARÇO DE 2014. Dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado.

Considerando a complexidade das atribuições, o Núcleo busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física e material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

4.8.2 DESENVOLVIMENTO

Para melhor explanação das atividades desenvolvidas, dividimos em três

subitens, em relação aos documentos produzidos: Gestão Estratégica, Escritório de Projetos e Setor de Estatística.

2.1 Gestão Estratégica

Mês	Descrição
Janeiro	Retificação dos indicadores do SPE (Sistema de Planejamento Estratégico - TJMRS) até 28 de janeiro de 2016 Encaminhado ao CNJ de sugestões sobre parametrização Envio de sugestões para o glossário de metas 2016 Enviado dados do cumpredec da resolução 194/CNJ Envio dos dados da Meta Especifica 3º Quadrimestre de 2015 ao TJMSP
Fevereiro	Ofício em resposta ao CNJ Procedimento de competência de comissão – 0000821-09.2015.2.00.0000 desse Conselho Nacional de Justiça, em relação ao Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ
Março	Envio questionário sobre Política de Priorização 1º grau (21/03/2016)
Abril	Ofício Batalhão de Guardas da Brigada Militar sobre procedimentos em audiências
Maio	Reunião sobre Selo Justiça em Números (09/5/2016)
Junho	Envio do Plano Estratégico Capacitação e Formação Minuta 07/6/2016 Resposta Presidente Resolução 221/CNJ Publicação do Relatório Anual do Cumprimento de Metas de 2015 Ofícios solicitando participação dos magistrados e servidores ligados a associações em cumprimento a Resolução 194/CNJ/2014
Julho	Encaminhamento do Cumpredec 0002443-89.2016.2.00.0000 PJe e Cumpredec 0001627-78.2014.2.00.0000 PJe - CNJ Res 221 e 194/CNJ
Agosto	Ofício informando sobre artigo 19 da resolução N.º 192/CNJ e Resolução N.º 198/CNJ – Planejamento de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário – Portaria 59/2014 TJMRS e Resolução N.º 97 do TJMRS
Setembro	Ofício Interno e associações de classe - ampliação e participação no processo de elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2017
Novembro	Ofício para fornecer ao CNJ informações para as solicitações do Ofício N.º 30/CN/CNJ-2016 e Ofício N.º 28/CN-CNJ/2016 da Corregedoria Nacional de Justiça com código de rastreabilidade: 200201687072 (Malote Digital),
Dezembro	Respostas ao CNJ sobre as liminares no TJMRS

Mensalmente	Busca dos dados relativos às Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016 e alimentação no Sistema do CNJ Elaboração de gráficos do cumprimento das metas nacionais, com indicação dos processos pendentes na Meta 2 e 4, que são publicados na intranet e enviados por e-mail para todos magistrados de 1º e 2º graus, com cópia para Corregedoria Envio da Efetividade do setor Busca de dados do TJMRS e recebimento de dados das Auditorias sobre a Produtividade de serventias e magistrados compilação dos dados e envio das planilhas XML pelo sistema do CNJ A partir de setembro envio de arquivos XML dos processos Distribuídos, baixados e em tramitação para o Selo 2017 - mensais ao CNJ
Quadrimestralmente	Busca dos dados relativos às Metas Específicas do segmento militar estadual, e encaminhamento ao representante do segmento (TJMSP)
Anualmente	Relatório anual de cumprimento das Metas Nacionais e específicas, publicado no

	site e encaminhado por e-mail para magistrados de 1º e 2º graus, com cópia para Corregedoria
--	--

2.2. Escritório de Projetos

É regulamentado pela Resolução N.º 131, de 7 de março de 2014, que dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado, e Portaria N.º 60/2014, de 18 de março de 2014, disponibilizado no DJE de 13/03/2014, onde designa a Coordenadora dos Serviços Administrativos Bel. Margarte Simon, e as servidores Simone Maria Picoral Dal Molin e Dionês Gabana de Souza, para comporem o Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Resolução do TJM nº 131/2014.

Somente foram trabalhadas junto ao Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020 propostas de projetos, até o momento não foi implementado nenhum, mesmo previsto no Planejamento, existia a expectativa de em 2016 começar a colocar em prática e regular o escritório de projetos, mas devido à demanda de serviço do setor não foi possível trabalhar neste sentido.

4.9 Estatística

Mês	Descrição
Janeiro	Orientações sobre o SPE – Sistema de Planejamento Estratégico
Fevereiro	Envio CNJ Resolução 201 artigo 23 parte 1 (26/2/2016) Envio de dados da Justiça em Números 2015 (29/2/2016) Envio CNJ Resolução 201 artigo 23 parte 1 (26/2/2016) Elaboração do Plano de Logística Sustentável do CNJ para 2016-2020 Apresentação do PLS aos juízes
Abril	Envio retificações Anexo I Justiça em números 2015 (8/4/16) Envio dados Produtividade 2015 e março 2016 (11/4/2016) Envio de dados Resolução 207/CNJ (Damaceno, 15/4/2016) Envio sugestões Resolução 201 (20/4/2016)
Maio	Envio dados Produtividade março e abril 2016 e ano de 2015 (13/5/2016) Envio de Metas específicas 1º quadrimestre (18/5/2016) Envio questionário Res 201/CNJ (20/5/2016) Apresentação Selo Justiça em Números pelo NGE
Agosto	Envio dos Dados Justiça em Números relativo ao 1º semestre 2016 (10/8/2016) Envio dados de 2015 a Jul 2016 Selo Justiça em Números
Setembro	Envio carga mensal Selo relativo a agosto de 2016 – 10set2016 e inscrição do Selo Justiça em Números com documentação complementar de 21 a 30 set 2016 Enviado dados 2º trimestre as Metas Especificas (20/9/16) Ofício de ajustes a Resolução 201/2015 do CNJ - Plano de Logística Sustentável - PLS
Outubro	Apresentação dados PLS primeiro semestre e projeção das metas para 2016 (7/10/2016)

Novembro	Enviado alteração PLS 2015 ao CNJ (11/11/2016) Enviado resposta relatório produtividade CNJ (23/11/2016)
----------	---

Mensalmente	Compilação de indicadores socioambientais da Resolução 201/CNJ (PLS) e preenchimento no sistema do CNJ
Semestralmente	Coleta de dados para confecção dos relatórios semestrais de 2015, relatório comparativo de 2014 com 1º semestre de 2015, e com base na Resolução N° 201/CNJ/2015. Reunião PLS, dados aferidos no primeiro semestre e projeção do cumprimento das metas
Anualmente	Relatório PLS a ser publicado no site e enviado para o CNJ

4.8.3 CAPACITAÇÃO E CURSOS

Mês	Servidores	Descrição
Fevereiro	Dionês	Curso CEAJUD EAD CNJ – Novo Acordo Ortográfico Turma 1 – 10 horas
Março	Simone, Dionês e Marlon	Treinamento Spark /SEI (18Mar2016) Treinamento Sistema ERP Thema Informática módulos Almojarifado e Patrimônio – 12 horas (22, 23 e 24/3/2016)
Maio	Dionês	Ciclo de Palestras Novo CPC – EAD - Escola Superior da Magistratura da Ajuris RS – 35 horas-aula
Junho	Simone e Marlon	Sétima Semana Institucional de Cooperação Socioambiental na OAB (9/6/16)
	Marlon	III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário em Brasília (dias 15 e 16)
	Dionês	Núcleo de estudos em Direito Militar – Lei Maria da Penha e a aplicação de seus institutos protetivos ao Direito Militar – 3 horas
Novembro	Dionês	ABIN – II Fórum programa Nacional de Proteção do Conhecimento

4.8.4 WORKSHOPS, OFICINAS, GRUPOS DE TRABALHO (PORTARIAS) E OUTROS

Mês	Servidores	Descrição
Janeiro	Simone, Marlon e Dionês	Seminário Direito Militar em parceria com a Associação dos Oficiais Subalternos (18/1/2016)
Abril	Simone, Marlon e Dionês	Evento PJe- Processo Judicial Eletrônico (08/4/2016)
Maio	Dionês	1º Reunião Preparatória Encontro Nacional Metas e 2º Reunião Política de Primeiro Grau em Brasília (3 e 4/5/2016)
Junho	Dionês	Participação vídeo conferencia de inteligência CNJ (17/6/2016) Aula Inaugural Estudo de Direito Militar – Maria da Penha

Agosto	Efetivo NGE	Seminário Resolução 221/CNJ (15/8/2016) Seminário PJe (18/8/2016)
	Simone	Reunião Preparatória Metas Nacionais em Brasília (17 e 18/10/2016)
Novembro	Marlon	Treinamento Thema (01/11/2016)
	Dionês e Marlon	IV Fórum Direito Militar
Dezembro	Simone	Encontro Nacional do Poder Judiciário e Entrega do Selo Justiça em Números em Brasília (5 e 6/12/2016)

4.8.5 REUNIÕES

Mês	Descrição
Janeiro	Reunião com o Diretor Geral relativo ao Cumpredec da Resolução CNJ 194/CNJ - Dionês (8/01/2016) Reunião com a Corregedoria-Geral sobre parametrização do Justiça em Números e Metas - Simone, Marlon e Dionês (12 e 14/01/2016) Reunião Coordenadora Administrativa Margarete assuntos diversos - Dionês (15/01/2016) Reunião Corregedoria-Geral sobre sugestão para glossário de metas 2016 - Simone, Marlon e Dionês (19/01/2016)
Fevereiro	Reunião JMECO (16, 19, 23 e 25/02/2016)
Março	Reunião Direção-Geral sobre Justiça em Números (3/3/2016) Reunião Função Gratificada (4/3/2016) Reunião PLS – ações da Direção-Geral, Almoxarifado - Simone e Marlon (10/3/2016) Reunião Direção-Geral (15/3/2016) Reunião para responder questionário 1º grau ao CNJ, componentes Portaria Nº 60/2016 (21/3/2016) Reunião Juiz Fábio sobre Metas - Simone e Dionês (22/3/2016)
Abril	Reunião TIC – Justiça em Números, Metas, e produtividade (7/4/2016) Reunião sobre selo Justiça em números com a Direção-Geral e Juiz Fabio (28/4/2016)
Maiο	Reunião Direção-Geral e TIC sobre selo JN (11/5/2016)
Junho	Reunião TIC e NGE “Selo Justiça em Números” dia Reunião DG (1/6/2016) Reunião Presidente, DG, TIC, gabinete da Presidência - avaliação e alterações no Selo Justiça em Números CNJ (13/6/2016) Reunião Juiz Fábio Governança de TIC (17/6/2016) Reunião Governança de TIC – Simone (20/6/2016) Reunião Direção Geral Dionês (27/6/2016)
Julho	Reunião Res 219 DG e comissão portaria - Dionês (4/7/2016) Reunião DG Células fotovoltaicas - Simone e Marlon (11/7/2016) Reunião Governança de TIC - Simone (5/7/2016) Reunião Resolução 219/CNJ - Dionês (20/7/2016) Reunião Orçamento judiciário Dionês com DG e Administrativo

	Reunião Governança de TIC - Simone (25/7/2016) Reunião Selo Justiça Números – Simone TIC (27/7/2016)
Agosto	Reunião Juiz Fabio com NGE (2/8/2016) Reunião Governança de TIC - Simone (8/8/2016) Reunião sobre as Metas 2017 Governança Colaborativa (15/8/2016)
Setembro	Reunião Gabinete da Presidência Sistema Sega e reestruturação (2/9/2016) Reunião Thema (16/9/2016)
Outubro	Reunião da RAE PLS – Simone e Marlon (7/10/2016) Reunião PLS - Indicadores Totais – Simone e Marlon (11/10/2016) Reunião TIC e NGE (17/10/2016)
Dezembro	PLS: Reunião sobre ações realizadas durante o ano – Simone e Marlon (1/12/2016) Reunião TIC e NGE dados do SEGA (12/12/2016) Reunião NGE e Corregedoria Geral dados do SEGA (13/12/2016) Reunião TIC e NGE - arquivo XML (15/12/2016) Reunião RAE do SPE - portaria do Planejamento Estratégico (16/12/2016)

4.8.6 OUTROS DADOS

O NGE é responsável pelas **Metas Nacionais e Específicas** da JME/RS, portanto coleta e organiza os dados, encaminha-os ao CNJ mensalmente (as metas nacionais até o 20º dia útil do mês) ou ao TJMS/RS quadrimestralmente (metas específicas do segmento da Justiça Militar Estadual), além de elaborar gráficos para acompanhamento e relatório anual de cumprimento.

Neste ano houve a parametrização das variáveis no segmento militar da **Justiça em Números** (Anexo I e II da Resolução CNJ nº 76), de acordo com as classes e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), instituídas pela Resolução Nº 46/2007, ocorrida em janeiro de 2016, incluindo no 2º grau os Inquéritos Policiais Militares, além da criação do Módulo de **Produtividade Mensal** pelo Provimento N.º 49 da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, que incluiu a produtividade dos magistrados e serventuários e Inquéritos Policiais Militares. Foi integrado ao Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) por meio de decisão publicada no DJe/CNJ em 06/11/2015.

Em 2015, Foram instruídos os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do **Plano de Logística Sustentável do Poder**

Judiciário do Anexo I da Resolução CNJ nº 201 de 03 de março de 2015. A Comissão do PLS, incluindo os servidores Simone e Marlon, elaborou o Plano de Logística Sustentável da JMERS para 2016-2020.

O sistema **SPE (Sistema de Planejamento Estratégico da JMRES)** foi desenvolvido pelo próprio NGE em Excel, e funciona por meio de arquivos interligados e dados que alimentam as sinaleiras do mapa BSC. Além de possibilitar a todos o acompanhamento da execução da estratégia, é pelo sistema que os responsáveis pelos indicadores encaminham os dados previstos.

4.8.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios de cumprimento das Metas Nacionais, bem como o relatório do PLS serão elaborados no primeiro trimestre e encaminhados para Presidência.

Um dos focos nas atividades do ano, a produtividade dos juízes disponibilizada no site, referentes à Meta 7/2010 e à Loman, não foi plenamente atendida até o momento, sendo que sob a responsabilidade do TIC faltaram alterações em relação ao Corregedor-Geral e o sistema SesPlenário, conforme o NGE registrou nos Chamados de suporte ao TIC números 388 e 390 (7/10/2015).

Ressaltamos ainda os seguintes itens:

- Necessidade da revisão da Resolução N.º 143/2014: “O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução n. 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N. 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números”;

- Revogar a Resolução N.º 133, de 2 de abril de 2014: “Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado”;

- Definição dos Planos de Ação vinculados ao Planejamento Estratégico, de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, Comunicação e Logística,

Formação e aperfeiçoamento de servidores art. 19 (indicadores, metas e ações) da Resolução N.º 192/CNJ/2014;

- Já começamos o trabalho de revisão e atualização dos formulários do SEGA para podermos extrair automaticamente todos os dados necessários em consonância com as Tabelas Unificadas do CNJ.

- Necessidade de implantação total do sistema THEMA, que hoje não atende ao financeiro.

- Importante incentivar a cultura de registro de dados no âmbito da JMERS.

4.9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI

O Núcleo de Controle Interno foi criado em atendimento ao previsto na Resolução nº 171 de 01 de março de 2013, oriunda do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, por extensão a Resolução nº 138 de 14 de julho de 2014, deste Tribunal de Justiça Militar – TJM que instituiu e delegou competências ao Núcleo de Controle Interno.

A finalidade do Núcleo de Controle Interno é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas da Justiça Militar Estadual, com o intuito de colaborar para assegurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a publicidade e a transparência nas gestões administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e da tecnologia da informação, proporcionando apoio para a alta administração na aplicação dos recursos públicos.

1. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades realizadas pelo Núcleo de Controle Interno foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditorias de 2016, levando-se em consideração os artigos dispostos na Resolução nº 138/2014 do TJM, determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça Militar, expectativa de ações conjuntas com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, sugestões apresentadas pelos integrantes do Núcleo de Controle Interno.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Para bem realizar esta função, quantitativa e qualitativamente, faz-se necessário dotar o Núcleo de Controle Interno com pessoal qualificado e em número correspondente às obrigações a eles inerentes, os quais permanecem a disposição da Presidência do TJM/RS, para bem realizar as atividades ordinárias e

extraordinárias.

Por outro lado, é também fundamental que seus integrantes entendam seu trabalho como uma oportunidade incomum de contribuir para a evolução deste Tribunal de Justiça Militar, inserindo-o em um contexto moderno, de gestão exemplar, estabelecendo parâmetros de excelência, passíveis de serem alcançados.

Diante disso, o Núcleo de Controle Interno pode e deve consolidar-se como um setor que trará para a Administração do Tribunal de Justiça Militar, o entendimento de que a base do sistema deve ser o planejamento, a boa administração e a transparência dos procedimentos, conduzidos por servidores cada vez mais qualificados.

Em fevereiro de 2016, ocorreu o remanejamento do servidor Felix Alexandre Grivot Neto para a Direção Geral e atualmente, o Núcleo de Controle Interno é composto pelos servidores Roberto José Larrossa e Jorge Antônio de Mello Ribacki (oriundo do Serviço de Material), possuidores dos conhecimentos acadêmicos necessários ao bom desempenho das atividades de controle interno.

3. AUDITORIAS REALIZADAS EM 2016

1. Auditoria de Conformidade na Assistência Militar / Setor de Segurança

No mês de março (2016), foi realizada, conforme o Plano Anual de Auditorias 2016, a auditoria de conformidade na Assistência Militar/Setor de Segurança, no intuito de visualizar os mecanismos de controle adotados pelo Setor de Segurança, como por exemplo: consumo de combustíveis e lubrificantes, adotados junto a frota de veículos que estão sob a guarda do TJM e, controle de escalas de serviço e horas trabalhadas pelos servidores oriundos do Corpo de Voluntários Militares Inativos – CVMI do convênio que temos com a Brigada Militar.

Observou-se que a condução destes itens transcorrem dentro dos níveis planejados de controle, destacando-se que as rotinas atinentes aos processos operacionais e gerenciais da Assistência Militar/Setor de Segurança possui amparo na legislação pertinente e nas práticas advindas da formação e das

experiências adquiridas nas respectivas carreiras dos Servidores responsáveis.

2. Auditoria de Conformidade na Coordenadoria Judiciária

No mês de maio (2016), foi realizada, conforme o Plano Anual de Auditorias 2016, a auditoria de conformidade na Coordenadoria Judiciária, a fim de verificar o mapeamento de processos administrativos, os processos de controle de documentos, seus registros e sua movimentação, visando a excelência nos serviços prestados pela Coordenadoria Judiciária.

Verificamos que as atribuições da Coordenadoria Judiciária estão descritas no Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar, ficando a cargo dos servidores lotados, o domínio das rotinas administrativas, que está ancorada em legislação pertinente em conjunto aos conhecimentos acadêmicos da respectiva equipe, salientando-se estar a equipe preocupada com a padronização dos ritos processuais, pois, tem por base, a demanda da sociedade por maior transparência e conseqüente qualidade na prestação de serviços. A fim de atender este escopo – a melhoria nos processos – vê-se a necessidade de sintonia destas ações junto as Auditorias Militares, visando a otimização dos processos.

3. Auditoria de Conformidade na Coordenadoria Administrativa/Pessoal

No mês de agosto (2016), foi realizada, conforme o Plano Anual de Auditorias 2016, a auditoria de conformidade na Coordenadoria Administrativa/Pessoal, com a finalidade de analisar as rotinas e processos de trabalho, os controles existentes, os registros, as contratações, as exonerações, as movimentações dos Servidores da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e também de seus andamentos subsequentes no que se refere às publicações e arquivo das nomeações, concessão de abono permanência, exoneração e aposentadoria de servidores e magistrados, questionamentos referentes a geração da folha de pagamento, sendo que tais avaliações e exames ativeram-se aos sistemas informatizados SEGA, SEI e as respostas ao questionário inicial da auditoria.

4. Auditoria de Conformidade na Coordenadoria Administrativa/Licitações e Contratos

Foi encaminhado o Questionário para a Coordenadoria Administrativa, visando a avaliação do setor de Licitações e Contratos, que tem como objetivo a análise dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação quanto à sua instrução e os procedimentos adotados, sendo que a resposta e a análise dos dados, de acordo com as ações de auditoria de conformidade, ocorrerá no mês de jan/2017.

5. Auditoria de Conformidade na Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC

A auditoria de conformidade na Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação tem em seus objetivos, a avaliação de conteúdos estabelecidos para a governança, riscos e controles, como também, o atendimento as Resoluções 90 e 91/2009-CNJ, além dos requisitos para sistemas de informatizados de gestão de processos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), que está sendo realizada sequentemente a Coordenadoria Administrativa/Contratos e Licitações, com previsão de conclusão em Fev/2017.

6. Monitoramento e recomendações quanto a publicação de informações no sítio da Justiça Militar Estadual

Ao longo do ano de 2016, o Núcleo de Controle Interno manteve monitoramento das publicações e informações disponibilizadas no sítio do Tribunal de Justiça Militar (www.tjmrs.jus.br), e orientou pessoalmente a correção das informações das publicações respaldadas pela gestão transparente, especificadamente quanto ao previsto na Resolução nº 102/2009 – CNJ.

7. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Atendimento

Conforme o previsto na Lei Federal nº 13.146/2015 e, tendo em vista antecipar-se a nomeação futura de Servidores com necessidades especiais, houve atendimento quanto a Recomendação citada no Relatório do ano de 2015 e, houve

demarcação de área para estacionamento interno no TJM de uma vaga de veículo para servidor portador de necessidades especiais.

4. OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SERVIDORES DO NCI

1. Cumprimento de escala de serviço referente a segurança e plantão do TJM, ligados a Assessoria Militar;
2. Participação em eventos formais (aniversários da Brigada Militar e do TJM) e educativos (semanas Azul, rosa etc);
3. Participação como convidados em reuniões do Planejamento Estratégico e da elaboração do Orçamento do TJM;
4. Conclusão da atualização das Resoluções do CNJ e das competências de execução por parte da estrutura organizacional do TJMRS (Jan/2016);
5. Acompanhamento das Resoluções do CNJ e das competências de execução por parte da estrutura organizacional do TJMRS (jan a dez/16);
6. Análise do texto da Portaria de Controle Patrimonial/TJM SPI nº 000264.00/16-7 (mai/2016);

5. CURSOS DE CAPACITAÇÃO, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS (externo)

Título	Organizador/Data	Participantes
- II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário	STJ – Brasília Dias 8, 9 e 10 de junho de 2016	Roberto José Larrossa
- Gestão de Riscos/Noções	TJM/São Paulo, em 29 Ago 16	Jorge A. M. Ribacki
- Thema – Treinamento inicial	TJMRS/ 06 Dez 16	Roberto José Larrossa e Jorge A. M. Ribacki
- Participação nos Encontros do Núcleo de Estudos de Direito Militar	TJMRS/Escola Superior da Magistratura	Roberto José Larrossa e Jorge A. M. Ribacki

6. CONCLUSÃO

As atividades referentes ao Plano Anual de Auditoria, foram desenvolvidas junto aos setores auditados com livre desempenho das funções de auditoria, previstas nas atribuições do Núcleo de Controle Interno.

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, fazemos o encaminhamento do relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Controle Interno – NCI, no período de janeiro a dezembro de 2016, para fins de apreciação e avaliações de ofício.



RELATÓRIO ANUAL 2016 VICE-PRESIDÊNCIA

Porto Alegre, 15 de março de 2017

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br

98 anos do TJM - 168 anos da JME

 **Justiça Militar**

5. GABINETE DA VICE - PRESIDÊNCIA

O Regimento Interno do TJMRS define a competência do Vice- Presidente.

Art. 10 – Ao Vice-Presidente compete:

I – suceder o Presidente nos casos de vaga e substituí-lo nos casos de

licença ou impedimento temporário, na forma estabelecida neste Regimento

Interno;

II – exercer, cumulativamente, as funções de Corregedor-Geral da Justiça Militar;

III – atestar a efetividade e despachar os atos administrativos referentes

ao Presidente.

Processos

Analisados	52
------------	----

Despachos

Despachos de Agravos aos Recursos	44
Despachos outros	03
Despachos de Recursos Extraordinários	15
Despachos de Recursos Especiais	35
TOTAL	97

Decisões

Recurso Extraordinário Cível	4
Recurso Especial Crime	18
Recurso Especial Cível	3
Recurso Extraordinário Crime	6
Recurso Extraordinário Agravo de Instr.	1
TOTAL	32

Aguardando Decisão

Recurso Extraordinário Cível	01
Recurso Especial Crime	15
Recurso Especial Cível	0
Recurso Extraordinário Crime	03
TOTAL	19

DIREÇÃO-GERAL

De acordo com o previsto no artigo 25 do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado (RSA/JME), à Direção-Geral compete supervisionar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias Judiciária, Administrativa, de Tecnologia da Informação e Coordenadoria de Biblioteca e Memória. Estabelece ainda o Regulamento, em seu artigo 67, inciso VIII, que compete ao Diretor-Geral apresentar anualmente, ou quando necessário, relatórios dos trabalhos da Direção-Geral ou dos órgãos que lhe são subordinados.

RELATÓRIO ANUAL – 2016

1) DIREÇÃO-GERAL

Diretor-Geral: Bel. Dirnei Vieira de Vieira

a. Gabinete do Diretor-Geral

Secretaria da Direção-geral:

Secretário da Direção-geral Félix Alexandre Grivot Neto, Assessor Jurídico Bel. Eraclides Gonçalves Dinata e estagiária Brenda Stefhany Soares Xavier.

Cabe destacar que existe a previsão de um servidor(a) para o exercício da função de Oficial Revisor da Secretaria da Direção-geral, cargo atualmente vago.

b. Coordenadoria Administrativa

Titular: Bel. Margarete Simon

c. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Titular: Dilnei Venturini

d. Coordenadoria Judiciária

Titular: Bel. Antônio Ferreira Boeira

e. Coordenadoria de Biblioteca e Memória

Titular: Bel. Francine Feldens

No ano de 2016, a Direção Geral, além de participar das atividades administrativas e judiciárias da Justiça Militar, executou o gerenciamento de recursos humanos, das despesas orçamentárias do Tribunal de Justiça Militar para o exercício de 2016 e acompanhou o andamento dos procedimentos licitatórios, visando ao cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico da Justiça Militar do Estado, de Tecnologia da Informação e Comunicação e do Conselho Nacional de Justiça, bem como ao atendimento das prioridades eleitas pela Presidência do Tribunal.

Houve permanente direcionamento e acompanhamento dos assuntos inerentes à Direção-Geral, em especial junto às Coordenadorias e Auditorias Militares, visando à manutenção e à ampliação da capacidade operacional, com racionalização e celeridade nos trâmites dos processos administrativos, a fim de proporcionar maior agilização nas decisões.

Salienta-se mais uma vez a participação de magistrados e servidores desta Justiça especializada em diversos cursos, seminários e *workshops*, todos visando à qualificação, ao aperfeiçoamento e à capacitação técnico-profissional no que tange ao melhor desempenho nas atividades jurídicas e administrativas, em consonância com o Planejamento Estratégico desta Instituição.

Atuou nas seguintes comissões e comitês: Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar do Estado, Comissão de Promoções, Grupos de Trabalho para implantação, acompanhamento e fiscalização do sistema de Processo Judicial eletrônico no âmbito do 1º e 2º Graus da Justiça Militar do Estado, Comissão de Regimento, minuta do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande, Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Comissão Permanente para recebimento de material de tecnologia da informação, Comissão para avaliação e servibilidade dos documentos e materiais depositados no arquivo da 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre, Grupo de trabalho com a finalidade de apresentação de proposição de implantação das Resoluções Nº 219 e 243 do CNJ, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Comissão Permanente de

Avaliação e Gestão de documentos, Comissão para expansão do uso do Software de Gestão POLIS/THEMA na Justiça Militar Estadual, Comissão Permanente de Eficiência Operacional da Justiça Militar do Estado, Comissão para realizar Inventário do Material de Consumo, o Inventário dos Bens Patrimoniais e o Inventário do Material Bibliográfico no Sistema Pergamum da Justiça Militar do Estado, Comissão Permanente de Seleção para Estágios na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão para Avaliação do material inservível para a Justiça Militar do Estado e na Comissão Permanente de Segurança da Justiça Militar do Estado.

Foram aprovadas pelo Pleno do Tribunal de Justiça Militar e publicadas por esta Direção Geral no Diário da Justiça eletrônico as seguintes Resoluções:

Resolução n.º 155, de 8 de janeiro de 2016, que designa ordenadores de despesas para o exercício financeiro de 2016.

Resolução n.º 156, de 12 de janeiro de 2016, que dispõe sobre os dias em que não haverá expediente e serviços forenses na Justiça Militar do Estado no ano de 2016.

Resolução n.º 157, de 29 de janeiro de 2016, que designa ordenadores de despesas para o exercício financeiro de 2016.

Resolução n.º 158, de 25 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a alteração da composição das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça Militar do Estado.

Resolução n.º 159, de 14 de março de 2016, que dispõe sobre o pagamento de diárias a magistrados e servidores no âmbito da Justiça Militar do Estado.

Resolução n.º 160, de 11 de maio de 2016, que institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Resolução n.º 161, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos magistrados da Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul.

Resolução n.º 162, de 10 de agosto de 2016, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos no âmbito da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução n.º 163, de 10 de agosto de 2016, que dispõe sobre a criação de

cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul de primeiro e segundo graus.

Resolução nº 164, de 10 de agosto de 2016, que dispõe a regulamentação do teletrabalho no âmbito da Justiça Militar Estadual.

Resolução nº 165, de 25 de agosto de 2016, que dispõe sobre a suspensão de prazos, a não realização de audiências e as sessões de julgamento no período de 20/12/2016 a 20/1/2017.

Resolução nº 166, de 21 de setembro de 2016, que dispõe sobre a suspensão do expediente no período natalino e de final de ano.

Resolução nº 167, de 26 de outubro de 2016, que dispõe sobre os dias em que não haverá expediente e serviços forenses na Justiça Militar do Estado, no ano de 2017.

Resolução nº 168, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Diploma de Posse de Magistrados do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução nº 169, de 30 de novembro de 2016, que dispõem sobre a solicitação de diárias e a prestação de contas das respectivas despesas no âmbito da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução nº 170, de 23 de novembro de 2016, que dispõem sobre os dias em que haverá horário de expediente diferenciado na Justiça Militar do Estado, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

No exercício de 2016, a Secretaria da Direção-geral confeccionou e recebeu diversos documentos administrativos, especificados no quadro abaixo:

Documentos	Expedidos	Recebidos
Encaminhamentos	168	
Informações	13	
Ofícios	119	
Ordens de serviço	2	
Pareceres	91	
Resoluções	16	
SPI	3	
Atas de reunião da Direção-Geral	3	
Convênios	4	
Mensagens expresso mail	723	909
Total	1142	909

6.1 COORDENADORIA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Membros da Coordenadoria Administrativa:

Coordenadora Administrativa:

- Margarete Simon

Setor de Pessoal:

- Alceu Bosi

- Veridiana Marta dos Santos

- Célio Theodolindo dos Santos Franco

Setor de Protocolo:

- Felipe Petrulis

Setor de Orçamento:

- Gladimir Lemos Urrutia

- Luís Carlos Boulanger da Luz

Setor de Licitação:

- Claudiomar Gonçalves Mena

- João Altair Kroth

Serviço de Material e Patrimônio:

- Edmilson Germann Alves

- Onildo Carvalho da Silva

- Júlio César da Silva Santos

- João Gilberto Arbogast Fontoura

- Cássio Garcia Lacerda

Setor de Segurança e transportes:

- Irajá Martins de Araújo
- Edson Jairo Damasceno Pereira

Setor de Copa:

- Alcindo dos Santos Xavier

Setor de Portaria:

- Clésio Alves Gonçalves

No ano de 2016, a Coordenadoria Administrativa, por força da competência estabelecida no artigo 27 do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, executou os seguintes serviços pertinentes aos setores abaixo discriminados:

2.1) Serviço de Recursos Humanos;**2.2) Serviço de Protocolo e Arquivo Administrativo****2.3) Serviço de Orçamento****2.4) Serviço de Licitações e Contratos;****2.5) Serviço de Material e Patrimônio****2.6) Serviço de Copa;****2.1) Serviço de Recursos Humanos**

O Serviço de Recursos Humanos executou todas as atividades de administração de recursos humanos de magistrados e servidores do Tribunal e das Auditorias, conforme abaixo descrito:

- a) Estudou e informou a concessão de direitos e vantagens a magistrados e servidores do Tribunal e das Auditorias, totalizando 14 concessões de licenças-prêmio, 15 avanços trienais, três adicionais por tempo de serviço e cinco confirmações de servidores nos cargos efetivos;

- b) Lavrou os termos de compromisso dos servidores;
- c) Elaborou e expediu os atos administrativos concernentes ao pessoal;
- d) Colaborou nos estudos e na organização de lotações nominais;
- e) Inseriu e manteve atualizado, para uso do serviço, material de consulta relativo à legislação de pessoal, bem como ordens de serviço e outras determinações pertinentes às funções do setor;
- f) Manteve arquivada a documentação referente a magistrados e servidores;
- g) Forneceu, mediante despacho da autoridade competente, certidões, informações funcionais e atestados relativos a atos de competência do setor;
- h) Preparou a escala de férias dos servidores;
- i) Processou as informações referentes à efetividade dos servidores;
- j) Disponibilizou na homepage as informações relativas a recursos humanos, de acordo com o que dispõem a Lei de Transparência e as demais legislações pertinentes;
- k) Manteve devidamente arquivados e classificados, documentos e expedientes administrativos e promoveu as medidas necessárias à preservação e à conservação do material arquivado;
- l) Executou outros trabalhos que lhe forem determinados pela autoridade competente.
- m) O Setor de Recursos Humanos – Divisão de Estágios, consoante a Ordem de Serviço nº 03/2015, do TJM, efetivou a contratação de 16 estagiários para a JME.

No exercício de 2016, o Setor de Recursos Humanos elaborou e publicou os atos administrativos pertinentes aos servidores e magistrados, especificados no quadro abaixo:

DOCUMENTOS	EXPEDIDOS	RECEBIDOS
Certidões	40	
Resoluções	17	
Grades de Tempo serviço	35	
Portarias	173	
Boletins	173	

Ofícios	291	96
Informações	71	
Notas de Expediente	28	
Editais	02	
Emenda Regimental	01	
Termos de Posse	00	
SPI	805	
Encaminhamentos	25	
Declarações	00	
Total	1661	96

n) O Setor de Recursos Humanos deu suporte administrativo aos cursos e eventos abaixo discriminados:

Cursos 2016

Servidor	Tipo	Evento	C/H	Início	Final
Adriana Deise Andrade de Araújo	Palestra	Ciclo de palestra - Novo Código de Processo Civil	35	23/05/2016	08/07/2016
Alceu Bosi	Palestra	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Alceu Bosi	Palestra	Gestão documental aplicada ao Sistema PROA	2	21/06/2016	21/06/2016
Alceu Bosi	Curso EAD	"PROA - Processos Administrativos v5.0"	5	27/06/2016	03/07/2016
Aline Sanches	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Aline Sanches	Palestra	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Andreia Consoladora Vargas	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Astrogildo Marques Pacheco Neto	Curso EAD	Curso de Gestão Documental no Poder Judiciário	5	20/02/2016	20/04/2016
Astrogildo Marques Pacheco Neto	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Celio Theodolindo dos Santos Franco	Curso EAD	PROA- Processos Administrativos	5	27/06/2016	03/07/2016

CLAUDIOMAR GONÇALVES MENA	Curso EAD	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - EDIÇÃO - 1	32	01/08/2016	24/08/2016
Claudiomar Mena	Curso EAD	PROA	5	27/06/2016	01/07/2016
Claudiomar Mena	Palestra	Licitações e Contratos	8	30/06/2016	30/06/2016
Dilnei Venturini	Curso EAD	PROA 5.0 - EAD	5	15/02/2016	21/02/2016
Dilnei Venturini	Curso Presencial	PROA 5.0	16	17/02/2016	18/02/2016
Dilnei Venturini	Workshop	Maratona PJe - Fase Final	16	28/03/2016	29/03/2016
Dilnei Venturini	Seminário	III ENASTIC – Encontro Nacional dos Secretários e Diretores de TIC do Judiciário Estadual	16	31/03/2016	01/04/2016
Dilnei Venturini	Workshop	Comitê Gestor da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios do PJe	16	02/05/2016	03/05/2016
Dilnei Venturini	Seminário	PMDay Setor Público	4	24/08/2016	24/08/2016
Dilnei Venturini	Congresso	Mind the Sec 2016	16	20/09/2016	21/09/2016
Dionês Gabana de Souza	Curso EAD	Novo Acordo ortográfico - turma1	10	20/02/2016	20/04/2016
Dionês Gabana de Souza	Curso Presencial	Treinamento do Sistema ERP Thema Informática	12	22/03/2016	24/03/2016
Dionês Gabana de Souza	Curso EAD	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Dionês Gabana de Souza	Curso Presencial	Núcleo de Estudos em Direito Militar - Lei Maria da Penha e a aplicação de seus institutos protetivos ao Direito Militar	3	23/06/2016	23/06/2016
Eduardo de Borba Severo	Congresso	13º Congresso de Gerenciamento de Projetos	16	16/11/2016	17/11/2016
Eraclides Gonçalves Dinete	Curso Presencial	Ciclo de palestras sobre o novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Eraclides Gonçalves	Curso Presencial	Núcleo de Estudos de Direito Militar:	4	23/06/2016	23/06/2016

Dinate		Lei Maria da Penha e a aplicação de seus institutos protetivos ao Direito Militar			
Eraclides Gonçalves Dinate	Curso EAD	Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos - Edição 2	32	07/10/2016	07/11/2016
Eraclides Gonçalves Dinate	Curso Presencial	Curso de Licitações e Contratos Administrativos	6	18/10/2016	18/10/2016
Eraclides Gonçalves Dinate	Curso Presencial	Curso de Legislação e Cálculo Trabalhistas com base na IN SLTI/MPOG nº 2/2008 e Atualização da IN 06/2013 - 8ª Edição	20	07/11/2016	09/11/2016
Eraclides Gonçalves Dinate	Curso Presencial	Curso de Legislação e Cálculo Trabalhistas com base na IN SLTI/MPOG nº 2/2008 e Atualização da IN 06/2013 - 8ª Edição	20	07/11/2016	09/11/2016
Fabio Duarte Fernandes	Seminário	Seminário Internacional Violência, Conflitos Sociais e Cidadania.	2	18/10/2016	21/10/2016
FABIO DUARTE FERNANDES	Palestra	Ciclo de Debates Inclusão Social, Segurança e Universidade - Fórum Social Mundial	5	19/01/2016	19/01/2016
FABIO DUARTE FERNANDES	Congresso	Reunião do CNCG com a AMAJME	5	16/03/2016	16/03/2016
Fabio Duarte Fernandes	Curso Presencial	Estagio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis	32	06/12/2016	09/12/2016
Fabio Duarte Fernandes	Seminário	Orientação de TCC na APM/BM	3	14/12/2016	14/12/2016

Fábio Duarte Fernandes	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Fábio Duarte Fernandes	Congresso	1º Reunião Nacional das Comissões de Segurança do Poder Judiciário	6	27/06/2016	27/06/2016
Fábio Duarte Fernandes	Seminário	Seminário Internacional Violência, Conflitos e Cidadania.	2	18/10/2016	21/10/2016
Félix Alexandre Grivot Neto	Curso EAD	PROA - Processo Administrativo v5.0	5	15/02/2016	21/02/2016
Félix Alexandre Grivot Neto	Curso Presencial	Administração PROA - Processo Administrativo v5.0	12	17/02/2016	18/02/2016
Félix Alexandre Grivot Neto	Curso Presencial	Treinamento Sistema ERP e GRP Thema	3	01/11/2016	01/11/2016
Flavio Jose Helmann da Silva	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Flavio José Helmann da Silva	Palestra	Lei Maria da Penha e aplicação de seus institutos ao Direito Militar	3	23/06/2016	23/06/2016
Francine Feldens	Curso EAD	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Francine Feldens	Palestra	Núcleo de Estudos de Direito Militar: Lei Maria da Penha e a aplicação de seus institutos protetivos ao Direito Militar	3	23/06/2016	23/06/2016
Francine Feldens	Curso EAD	Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, 2ª edição	32	04/10/2016	26/10/2016
GLADIMIR LEMOS URRUTIA	Curso EAD	PROA	5	27/06/2016	01/07/2016
GLADIMIR LEMOS URRUTIA	Curso Presencial	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	5	18/10/2016	18/10/2016
Heinrich Felix Marmitt	Workshop	Oficinas de Aclimação - Maratona PJe	16	28/01/2016	29/01/2016
Heinrich Felix Marmitt	Curso Presencial	Treinamento ERP Thema - Módulo de Almoxarifado e Patrimônio	12	22/03/2016	24/03/2016

Heinrich Felix Marmitt	Workshop	Maratona PJe - Fase Final	16	28/03/2016	29/03/2016
Heinrich Felix Marmitt	Curso EAD	Ciclo de Palestras sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Heinrich Felix Marmitt	Palestra	PMDay Setor Público	4	24/08/2016	24/08/2016
Heinrich Felix Marmitt	Curso Presencial	Treinamento ERP Thema - Módulo de Requisição de Materiais	4	01/11/2016	01/11/2016
Heinrich Felix Marmitt	Congresso	13º Congresso de Gerenciamento de Projetos	16	16/11/2016	17/11/2016
Heinrich Felix Marmitt	Curso Presencial	Thema - ERP - Modulo de Compras	13	06/12/2016	07/12/2016
Heinrich Felix Marmitt	Curso Presencial	Thema ERP - Módulo de Empenhos	6	13/12/2016	13/12/2016
João Altair Kroth	Curso EAD	PROA - Processos Administrativos v5.0"	5	27/06/2016	01/07/2016
João Altair Kroth	Palestra	Contratos e Licitações	8	30/06/2016	30/06/2016
João Altair Kroth	Curso Presencial	Curso de Formação de Pregoeiro	24	12/09/2016	14/09/2016
João Altair Kroth	Curso Presencial	Técnicas para Elaboração de Editais e Formação e Capacitação de Pregoeiros	16	29/09/2016	30/09/2016
João Altair Kroth	Curso Presencial	Licitações - melhorias	5	11/10/2016	11/10/2016
João Altair Kroth	Curso Presencial	Legislação e Cálculos Trabalhistas com Base na IN SLTI/MPOG nº 2/2008 e atualizações	20	07/11/2016	09/11/2016
Jose Carlos Albino	Palestra	Lei Maria da Penha e aplicação de seus institutos ao Direito Militar	3	23/06/2016	23/06/2016
Leonardo Pavan Hilário	Curso Presencial	Oficinas de Aclimatação - Maratona PJe	16	28/01/2016	29/01/2016
Leonardo Pavan Hilário	Workshop	Maratona PJe: Linha de Chegada	16	28/03/2016	29/03/2016
Leonardo Pavan Hilário	Palestra	Inovação em Serviços Digitais ao Cidadão	2	14/09/2016	14/09/2016
Luís Carlos	Curso	PROA	5	27/06/2016	01/07/2016

Boulangier da Luz	EAD				
Luis Carlos Boulangier da Luz	Curso EAD	Capacitação PROA	4	11/07/2016	15/07/2016
Marcos Hiroto Takeda	Curso Presencial	Treinamento Sistema ERP Thema Informática - Módulos Almojarifado e Patrimônio	12	22/03/2016	24/03/2016
Marcos Hiroto Takeda	Curso Presencial	MS410 - Instalação e Configuração do Windows Server 2012	40	12/09/2016	16/09/2016
Marcos Hiroto Takeda	Curso Presencial	Treinamento ERP Thema - Módulo de Requisição de Materiais	4	01/11/2016	01/11/2016
Marcos Hiroto Takeda	Curso Presencial	Thema - ERP - Módulo de Compras	13	06/12/2016	07/12/2016
Marcos Hiroto Takeda	Curso Presencial	Sistema ERP Thema Informática - Módulo de Empenhos	6	13/12/2016	13/12/2016
Marlon Grandini Porte	Curso Presencial	Seminário de Direito Militar Interação e Capacitação	10	18/01/2016	18/01/2016
Marlon Grandini Porte	Curso Presencial	Treinamento do Sistema ERP Thema informática	12	22/03/2016	24/03/2016
Marlon Grandini Porte	Curso Presencial	III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário	14	15/06/2016	16/06/2016
PAULO ROBERTO PRATES DA ROCHA	Curso EAD	GESTÃO DOCUMENTAL NO PODER JUDICIÁRIO	40	20/06/2016	30/08/2016
REJANE MARIA DI LEONE	Palestra	Encontros de Gestão Pública - Gestão Integrada de Processos	2	24/05/2016	24/05/2016
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Workshop	Maratona PJe: Linha de Chegada	8	28/03/2016	29/03/2016
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Curso Presencial	Curso M24410 - Instalação e Configuração do Windows Server	40	28/03/2016	01/04/2016

		2012			
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Curso Presencial	Curso M24411 - Administering Windows Server 2012	40	06/06/2016	10/06/2016
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Curso EAD	Curso PROA - Processos Administrativos v5.0	5	27/06/2016	03/07/2016
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Curso EAD	Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos - Edição 2	32	07/10/2016	07/11/2016
Rodrigo Bulloza Gruppelli	Curso Presencial	Curso M24412 - Configuring Advanced Windows Server 2012 Services	40	17/10/2016	21/10/2016
Rogério Nejar dos Santos	Curso EAD	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Rogério Nejar dos Santos	Palestra	Sindicato, Estado e Sociedade	3	05/09/2016	05/09/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	Aspectos Jurídicos da Atuação Policial	60	03/03/2016	22/04/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	CICLO DE PALESTRA SOBRE O NOVO CPC	35	23/05/2016	17/07/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	Segurança Contra Incêndio	40	15/06/2016	20/07/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	Uso da Informação em Gestão de Segurança Pública	60	15/06/2016	03/08/2016
Sérgio Portela da Silva	Seminário	1ª Reunião Nacional das Comissões de Segurança do Poder Judiciário	5	27/06/2016	27/06/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso Presencial	Curso de Especialização em políticas e gestão de segurança Pública	365	12/09/2016	20/12/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	Curso de Libras	60	28/09/2016	16/11/2016
Sérgio Portela da Silva	Curso EAD	Curso Psicologia das emergências	60	28/09/2016	16/11/2016
Simone Maria Picoral Dal Molin	Curso Presencial	Sistema ERP THEMA Informática (Módulos Almoarifado e Patrimônio)	12	22/03/2016	24/03/2016
Simone Maria	Seminário	VII Semana	4	09/06/2016	09/06/2016

Picoral Dal Molin		Institucional de Cooperação Socioambiental			
Valmor Jorge de Morais	Palestra	Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC	35	23/05/2016	17/07/2016

Quadro de Pessoal dos Cargos previstos, existentes e vagos da Justiça Militar do Estado.

Demonstrativo dos CARGOS PREVISTOS, EXISTENTES E VAGOS da Justiça Militar do Estado/RS:

Órgão	Criados	Providos	Vagos	Excedente
Juizes do TJM	07	07	00	00
Juizes de Direito – Intermediário	02	02	00	00
Juizes de Direito - Final	02	02	00	00
Juizes de Direito Substituto	04	03	01	00
Serviços Auxiliares 1º Grau	29	21	08	00
Serviços Auxiliares 2º Grau	29	11	18	00
Cargo em Comissão e FG	30	30 (*)	00	00
Gratificação Especial de 40%	31	31	00	00
TOTAL	134	107	27(*)	00

(*) **OBS:**

- dois cargos são exercidos por servidores efetivos que exercem FG no 2º grau.
- quatro cargos são exercidos por servidores efetivos que exercem FG no 1º grau.

2.2) Serviço de Protocolo e Arquivo Administrativo

- a) O Serviço de Protocolo e Arquivo Administrativo executou as tarefas elencadas no art. 32 no Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, dentre elas cabe ressaltar a digitalização e inserção no sistema eletrônico vigente dos documentos recebidos em suporte físico, agilizando desta forma os andamentos aos documentos.

DOCUMENTOS	RECEBIDOS E EXPEDIDOS
Processos	474
IPM	904

Sindicância	337
Carta Precatória	121
Termo Circunstanciado	73
Ofício	2.032
Apelação Criminal	43
Agravo em Recurso	34
Mandado Notificação	14
Mandado de Segurança	8
Embargos de Declaração	27
Embargos Infringentes	16
Habeas Corpus	10
TOTAL: 4093	
SERVIÇO DE CORREIOS	
Sedex	561
Carta	749
PAC	82
MALOTE – 3ª e 4ª Auditorias	284
MALOTE – Brigada Militar	107
TOTAL	1783

2.3) Serviço de Orçamento:

O Serviço de Orçamento tem por incumbência, dentre outras funções especificadas no artigo 31 do supracitado Regulamento, o controle da execução orçamentária destinada ao Tribunal de Justiça Militar.

Destacam-se os seguintes serviços realizados pelo Serviço de Orçamento:

2.3.1) Execução Orçamentária

O Serviço de Orçamento acompanhou a execução orçamentária do exercício de 2016 e controlou a execução das metas físico e financeiras estipuladas no Plano Plurianual, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Demonstrativo das metas físico financeiras do TJM ano de 2016:

METAS (PROJETOS/ATIVIDADES)	EXECUÇÃO FINANCEIRA							
	Dotação Inicial	Acréscimos	Decréscimos	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Dotação Atualizada (%)	Dotação Realizada (%)
2071 - Vencimento Pessoal Ativo	15.006.000,00	1.333.822,35	178.996,97	16.160.825,38	16.160.825,38	15.707.215,91	7	97
2940 - Contrib. Patro. Inat. e Pens.	300.000,00	0,00	10.652,95	289.347,05	289.347,05	289.347,05	-4	100
6221 - Contrib. Patro. Ativos	350.000,00	0,00	25.721,97	324.278,03	324.278,03	324.278,03	-8	100
6393 - Auxílio Funeral Ativo	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	-	-	0	0
6395 - Auxílio Funeral Inativos	62.000,00	0,00	62.000,00	0,00	-	-	0	0
6531 - Outras Contrib. Patro.	450.000,00	37.548,90	0,00	487.548,90	487.548,90	484.262,76	8	99
6532 - Indeniz. Reemb. e restitui.	296.000,00	0,00	21.437,89	274.562,11	274.562,11	274.562,11	-8	100
8415 - Contrib. FUNDOPREV - Civil	100.000,00	0,00	9.185,45	90.814,55	90.814,55	90.814,55	-10	100
8807 - Encargos com Inativos	11.606.000,00	506.700,00	283.721,88	11.828.978,12	11.828.978,12	11.322.278,12	2	96
8907 - Encargos com Pensionistas	1.502.000,00	1.686.078,02	0,00	3.188.078,02	3.188.078,02	2.670.278,02	53	84
6219 - Manut. Ativid. Jurisd. e Oper.	2.026.825,50	430.000,00	91.286,03	2.365.539,47	2.335.092,92	1.673.470,80	14	71
6767 - Capacitação Profissional	32.676,78	0,00	3.451,08	29.225,70	29.225,70	25.858,70	-12	88
8471 - Remuneração Pessoal Ativo	1.620.341,72	1.391.745,61	0,00	3.012.087,33	3.012.087,33	2.407.499,33	46	80
Total	33.382.844,00	5.385.894,88	717.454,22	38.051.284,66	38.020.838,11	35.269.865,38	12	97

Notas explicativas:

- 1) Dotação inicial (R\$) = É o orçamento do ano 2016, é o que foi publicado no D.O.E. do dia 02/12/2016, lei nº 14.955 de 01 de dezembro de 2016.
- 2) Acréscimos e decréscimos (R\$) = É o aumento ou diminuição do orçamento durante o ano de 2016, através dos decretos, expedidos no sistema FPE, através das solicitações de recursos orçamentários (SRO) nº 21599, 44621, 44337, 44338, 52222, 58078, 58399, 58458 e 58461.
- 3) Dotação atualizada (R\$) = É o resultado da dotação inicial mais acréscimos ou decréscimos.
- 4) Empenhado (R\$) = São as solicitações de empenhos efetuadas pelo Financeiro do TJM ou TJ.
- 5) Liquidado (R\$) = São as solicitações de liquidados efetuadas pelo Financeiro do TJM ou TJ.
- 6) Dotação atualizada (%) = Quando o resultado for negativo, significa que o orçamento foi reduzido. E quando for positivo, significa que o orçamento foi acrescido. E quando for zero, significa que não houve movimentação.
- 7) Dotação realizada (%) = É o resultado do valor liquidado dividido pela dotação atualizada, multiplicada por 100.

Obs.: Os dados foram obtidos nos sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), no dia 13 de janeiro de 2016.

2.3.2) Folha de Pagamento de Pessoal

O Serviço de Orçamento acompanhou mensalmente o controle da folha de pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e publicou o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestralmente, conforme quadro abaixo:

RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - Quadro Quadrimestral								
		Publicação			Entrega		Dias atraso	
PERÍODO	MÊS REF.	PRAZO - Art 55, § 2º da LRF	PRAZO LF nº 11.419/06 e CPC	Data Publicação	Prazo IN 17/2006, Anexo II	Data Entrega	Publicação	Entrega
1º Q/2016	Abril	30/05/2016	02/06/2016	27/05/2016	30/05/2016	30/05/2016	0	0
2º Q/2016	Agosto	30/09/2016	30/10/2016	29/09/2016	29/09/2016	29/09/2016	0	0

2.3.3)Custeio

No ano de 2016 o Serviço de Orçamento gerenciou quarenta e seis (46) contratos, contínuos e terceirizados. Manteve atualizados os seus pagamentos e controlou suas vigências. Efetuou dez (10) novos contratos e aditivou doze (12) contratos de serviço.

Abaixo grade discriminada dos contratos administrados pelo Setor de Orçamento:

Item	EMPRESAS	PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA	INÍCIO	ADITIVO	A LICITAR	TERMINO
1	ASSOC PARANAENSE CULTURA (Pergamun)	00087-07.00/13-8		48 meses	19/03/2013	NÃO	05/01/2017	18/03/2017
2	BANRISUL	S/N	Cedencia de espaço /TC BANRISUL	60 meses	27/10/2012	NÃO	01/07/2017	27/10/2017
3	CEEE-D -TJM	000419-0700/16-8	Energia Elétrica (CEEE)	60 meses	05/09/2016	NÃO	18/06/2017	04/09/2021
4	CONTINUOS - Serviços	00048-07.00/15-0	Serviços contínuos (água, luz)	12 meses	01/01/2015		15/12/2016	31/12/2016
5	CONVENIO TJM X AJURIS	00132-07.00/13-3	Capacitação de Magistrados e Servidores	60 meses	07/06/2013	06/06/2017	03/03/2018	06/06/2018
6	CORREIOS - Malote	00493-07.00/12-13	CORREIOS - Serviços de malotes e psotagens	60 meses	01/10/2012	NÃO	01/04/2017	30/09/2017
7	CVMI - Convenio 153/2011	18282-12.03/11-9	Convênio CVMI	60 meses	09/03/2012	NÃO	03/12/2016	08/03/2017
8	DISKTONER COPIADORAS	134-07.00/13-9	Prestação de serviços de reprografia	48 meses	20/12/2013	NÃO	02/08/2017	19/01/2018
9	ELETRONICA GHIGGI	00563-0700/11-8	Segurança monitorada da Aud Passo Fundo	60 meses	29/11/2011	NÃO	EM ANDAMENTO	27/11/2017
10	ELEVADORES ALCER	495-07.00/14-5	Manutenção do elevador do TJM	60 meses	28/11/2014	27/11/2017	01/06/2019	27/11/2019
11	EMBRATEC - ABASTECIMENTO	00087-0300/14-6	Abastecimento da frota de veículos da JME	60 meses	31/03/2014	31/03/2017	01/06/2019	30/03/2020
12	FUNDAÇÃO (FDRH)	000193-0700/16-1	CONVENIO FDRH Bolsa aux. Estagiários	60 meses	15/08/2016	14/06/2017	03/04/2021	14/08/2021
13	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA	00642-0711/12-8	Serviço de Higiene e Limpeza Passo Fundo	60 meses	14/01/2013	14/01/2017	15/09/2017	13/01/2018
14	KENTA INFORMÁTICA S/A	377-07.00/15-7	Suporte Técnico Informática - Gerenc. Audiências	48 meses	18/08/2015	..	18/03/2019	17/08/2019
15	KARPOUZAS -ME	00483-07.00/16/4	Licenças de antivírus	12 meses	19/08/2016	NÃO	01/04/2017	18/08/2017
16	Oi - BRASIL TELECOM/OI - TJM/1 AUD	000755-07.00/15-0	Telefônica Fixa	60 meses	08/03/2016	08/07/2018	08/06/2021	08/09/2021
17	Oi-BRASIL TELECOM LINHA DADOS	00340-0700/12-8	PROCERGS - Serviço de Comunicação para a Rede RS	60 meses	02/03/2012	01/03/2015	01/12/2016	03/03/2017
18	POLIS INFORMÁTICA	3111.030.0015-7	Suporte controle de material almox.	60 meses	03/08/2015	02/08/2017	01/03/2020	02/08/2020
19	PROCERGS - DRC 147/2013	00350-07.00/13-8	PROCERGS - Serviço de Rede Especializada	48 meses	16/07/2013	NÃO	15/04/2007	15/07/2017
20	PROCERGS - DRC 30/2014	000092-07.00/14-4	PROCERGS - Serviço de Consultoria COI	48 meses	26/03/2014	NÃO	15/01/2017	25/03/2018
21	PROCERGS - EXPRESSO DRC - 192/13	00420-07.00/13-0	PROCERGS - Expresso	48 meses	26/09/2013	NÃO	01/07/2017	25/09/2017
22	PROCERGS - LEQ DNE 192/05	00712-07.00/14-7	PROCERGS - Locação de Equipamentos	48 meses	27/12/2014	NÃO	01/10/2018	26/12/2018
23	PROCERGS - SPI DRC-247/2013	00491-07.00/13-6	PROCERGS - Sistema Integrado de Processos	48 meses	13/11/2013	NÃO	15/08/2017	12/11/2017
24	PROCERGS (HPW) DRC 44 2013	00099-0700/13-5	PROCERGS - Hospedagem de Página WEB	48 meses	20/02/2013	NÃO	15/10/2016	19/02/2017
25	PROCERGS - (I P) - DRC41 2013	00100-0700/13-2	PROCERGS - acesso a internet	48 meses	20/02/2013	NÃO	15/10/2016	19/02/2017
26	PROCERGS-HSP DCR-59/2014	2000700149	VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS	48 meses	20/04/2015	NÃO	14/11/2018	19/04/2019
27	PROCERGS-DRC-297/2016	000457-07-00/16-0	Serviço de Gestão de Banco de Dados – GBD	48 meses	22/09/2016	NÃO	30/04/2020	21/09/2020
28	PROCERGS - DRC-26/2016	000458-07-00/16-0	Serviço de Diretório Ativo (Active Directory)	48 meses	07/10/2016	NÃO	30/05/2020	06/10/2020
29	RGE -AUDITORIA P.FUNDO	0039-07.0013/-4	Energia Elétrica (RGE)	60 meses	20/01/2013	NÃO	15/10/2017	19/01/2018
30	SERVAN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - POA	127-07.00/143	Prest. de serviços Tribunal e 2ª Auditoria	60 meses	06/06/2014	01/03/2017	05/02/2019	05/06/2019
31	SERVAN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Sta Maria	159-0700/16-06-2	Prest. de serviços Auditoria Militar de Santa Maria	60 meses	24/06/2016	24/06/2017	01/01/2022	23/06/2022
32	SHOPPING TOUR	00511-0700/12-1	Fornecimento de passagens aéreas	60 meses	12/12/2012	12/12/2017	01/09/2017	11/12/2017
33	VIVO S/A - Telefonia Móvel - Telefonia do Brasil	000509-07.00/15-6	Telefonia Moveel	60 meses	13/01/2016	13/01/2017	01/07/2020	13/01/2021
34	CERT LTDA	000349-07.00/15-7	Manutenção Equipamentos Ar Condicionado	12 meses	01/10/2015	01/09/2017	01/04/2020	30/10/2020
35	Cancian Imóveis LTDA - Sílvia Annoni e Filhos LTDA	000393-07.00/15-0	Locação Auditoria Sta Maria e Adm Condom.	12 meses	07/10/2015	07/10/2017	07/04/2020	06/10/2020
36	Perfil Computacional LTDA	000.660.07.00/16-0	Assinatura Software (Licença)	48 meses	20/01/2016	10/12/2016	01/10/2018	20/01/2020
37	Perfil Computacional LTDA	000.660.07.00/16-0	Extensão garantia servidores DELL	36 meses	20/01/2016	NÃO	01/10/2019	20/01/2019
38	SUSEG - Sistemas Unificados de Segurança LTDA	000.040-07.00/16-6	Monitoramento eletrônico (Auditor. SM)	60 meses	14/03/2016	14/03/2017	01/01/2021	14/03/2021
39	IAGENTE Tecnologia LTDA	000.027-07.00/16-1	Correio Eletrônico-Comunicação e Marketing	48 meses	30/03/2016	NÃO	01/08/2019	30/03/2020
40	Jornal do Comercio		Jornal	01 ano	05/12/2016	não	não	04/12/2017
41	Correio do Povo		Jornal	01 ano	07/08/2016	06/08/2017	06/07/2017	06/08/2017
42	Correio do Povo - Modalidade digitalizada		Jornal virtual	01 ano	14/09/2016	13/09/2017	13/08/2017	13/09/2017
43	Corag		Sv gráficos		01/01/2017			31/12/2017
44	Corsan		Água - Passo Fundo		01/01/2017			31/12/2017
45	DMAE		Água - POA		01/01/2017			31/12/2017
46	RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A - 3218 4036		Jornal		01/01/2016	01/01/2017	25/01/2016	24/01/2017

2.3.4)Plano Plurianual

O Setor de Orçamento em conjunto com a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, elaboraram o Plano Plurianual da Justiça Militar do Estado para o quadriênio 2016-2019, o qual resultou a Lei nº 14.755/2015 de 20 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 21 de outubro de 2015.

Igualmente, informamos que o referido PPA encontra-se disponível no seguinte site: ver: páginas 242, 244 e 245.

<http://www.seplan.rs.gov.br/conteudo/4564/Plano-Plurianual-2016-2019>

2.3.5) Orçamento 2017

A Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça e a Justiça Militar/Setor de Orçamentos elaboraram a Lei Orçamentária nº 14.4955, de 01 de dezembro de 2016, publicada no DOE nº 229 de 02 de dezembro de 2016, volume I, páginas 165 e 166, para o exercício financeiro de 2017, a qual se encontra disponível para consulta no site <http://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado>

2.4) Serviço de Licitações e Contratos

RELAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016, ORIUNDOS DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO E DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº	EMPRESA	PROCESSO	OBJETO
01	HCF Comércio Geral Ltda-Epp	676-07.0015-9	Aquisição de TV com pedestal
02	Bohrer	676-07.0015-9	Aquisição de mesa de som e amplificador.
03	PERFIL	660-07.00/15-0	Serviço de extensão da garantia dos servidores de rede Dell
04	PERFIL	660-07.00/15-0	Atualização de suporte e assinatura (licença) do software de virtualização VMware
05	OI S/A	755-07.00/15-0	Serviços de Telefonia Fixa Comutada - STFC
06	SUSEG - ME.	040.07-00/16-6	Circuito Fechado de Televisão CFTV
07	IAGENTE	0027-07.00/16-1	E-Mail Marketing",
08	MACHADO E SILVEIRA	0035-07-00/16-8	Aquisição de água
09	JEFERSON BENETTI	0105-07.00/16-0	Aquisição cutina de ferro auditoria de Santa Maria
10	Suzana Correia Barcelos	00159-0700/16-0	Prestação de serviço-desinsetização, desratização, descupinização e limpeza cx d água.
11	ACG FILTORS LTDA ME	198-07.00/16-5	Aquisição de filtros para a JME/RS
12	TELEPAL	249-07.00/16-7	Aquisição de Central Telefônica PARA P. FUNDO.
13	SERVAN	159-07.00/16.0	Prestação de serviço de higiene e limpeza Santa Maria
14	E D AZAMBUJA	288.0700/16.1	Aquisição de refrigerador, para Santa Maria.
15	FRDH	19307.00/16-1	Contrato FRDH Estagiários
16	CADERODE	357-07-00/16-1	Aquisição de Materiais Permanentes (mobiiliários).
17	Karpouzas	483-07.00/16-4	Renovação da licença da solução de antivírus Kaspersky Select pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS.
18	DENTECK AR CONDICIONADO LTDA	11.319.557/0003-78	Aquisição de aparelhos de condicionado ar com serviço de instalação para a Justiça Militar do Estado/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.
19	PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	485-0700/16-0	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos de Informática, visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar - TJM/RS e Auditorias Militares, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.
20	SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANCA LTDA EPP	506-0700/16-6	Contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) Portal Detector de Metal com instalação e demais condições , a ser utilizado na portaria principal da Auditoria Militar de Passo Fundo e na Auditoria Militar de Santa Maria.
21	TECMATH EIRELI.	372-0700/16-1	Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos (TV LED), visando atender as necessidades da Justiça Militar do Estado - JME/RS.
22	FVR SERVS E COM DE EQUIP EIRELI	470-0700/16-4	Fornecimento de equipamentos de Informática (Switch Configuração Fixa 24 Portas 10/100/1000 PoE + 4 portas 10GE, Layer 3 Lite), visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar - TJM/RS e Auditorias Militares, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.

RELAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DISPENSAS DE LICITAÇÃO ELETRONICA REALIZADOS NO ANO DE 2016.

MODALIDADE Nº	PROCESSO	TIPO DE LICITAÇÃO	OBJETO
PE 01	040-07.00/16-6	Tipo Menor Preço	Circuito de alarme Santa Maria
PE 02	035-07.00/16-8	Tipo Menor Preço	Aquisição agua mineral (parcelada)
DLE 03	009-07.00/116-3	Art. 24 inciso II	Recarga de extintores da Auditoria Militar de P. Fundo.
DLE 03	009-07.00/116-3	Art. 24 inciso II	Recarga de extintores da de P. Fundo 2ª edição.
DLE 03	009-07.00/116-3	Art. 24 inciso II	Recarga de extintores da de P. Fundo 3ª edição.
DE 03	009-07.00/116-3	Art. 24 inciso II	Recarga de extintores da de P. Fundo 3ª edição.
DLE 04	0027-07.00/16-1	Art. 24 inciso II	"E-Mail Marketing
DLE 04	0027-07.00/16-1	Art. 24 inciso II	"E-Mail Marketing 2ª edição
PE 05	0105-07.00/16-0	Tipo Menor Preço	Porta de aço de enrolar Auditoria de S. Maria
PE 05	0105-07.00/16-0	Tipo Menor Preço	Porta de aço de enrolar Auditoria de S. Maria 2ª ED
DLE 06	656-07.00/15-5	Art. 24 inciso II	Película de controle solar Auditoria de Santa Maria
PE 07	00106-07.00/16-3	Tipo Menor Preço	Aquisição de Café
DLE 08	00141-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Serviços de manutenção predial corretiva no gradil e portões do TJM
PE-09	000147-07.00/16-3	Tipo Menor Preço	Aquisição de material elétrico.
IL 10	000158-07.00/16-8	Art. 25 inciso I	Assinatura revista Magister
PE 11	0015907.00/16-0	Tipo Menor Preço	Serviços de desratização e limpeza caixa d'agua TJM/RS
DLE 12	00167-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Aquisição de balanças
DLE 12	00167-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Aquisição de balanças 2ª EDIÇÃO
DLE 12	00167-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Aquisição de balanças 3ª EDIÇÃO
DLE 12	00167-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Aquisição de balanças 4ª EDIÇÃO
PE 13	000198-0700/16-5	Tipo Menor Preço	Aquisição de purificadores de água
PE 14	000201-07.00/16.8	Tipo Menor Preço	Aquisição de divisórias para SM
PE 15	000197-07.00/16-2	Tipo Menor Preço	Limpeza e pintura da fachada do TJM/RS.
PE 16	000119-07.00/16-8	Tipo Menor Preço	Pintura das grandes e portões do TJM/RS.
PE 17	000214-0700/16-8	Tipo Menor Preço	Material de expediente
DLE -18	000211-07.00/16-0	Art. 24 inciso II	Aquisição enxaguante bucal
PE 19	238-0747.00/16-2	Tipo Menor Preço	Prestação de serviços Auditoria SM.
PE 20	000232-0700/16-6	Tipo Menor	Aquisição Toner e Kit manutenção

		Preço	
DLE – 21	000249-07.00/16-7	Art. 24 inciso II	Central Telefônica – PABX
DLE -22	000286-07.00/16-6	Art. 24 inciso II	Aquisição de capacho para Auditoria SM/RS
PE-23	000288.07.00/16/1	Tipo Menos Preço	Aquisição de refrigerador para Auditoria SM
PE-24	000321-07.00/16-0	Tipo Menor preço	Aquisição capa processo e fita adesiva
DLE - 25	00316-07.00/16-1	Art. 24 inciso II	Restauração de acervos da biblioteca
DLE - 25	00316-07.00/16-1	Art. 24 inciso II	Restauração de acervos da biblioteca 2ª Edição
DLE - 25	00316-07.00/16-1	Art. 24 inciso II	Restauração de acervos da biblioteca 3ª Edição
IL - 26	000318-07.00/16-7	Art. 25 inciso II	Curso pregoeiro
PE- 27	000373-07.00/16-4	Tipo Menos Preço	Aquisição de forro mineral
PE- 27	000373-07.00/16-4	Tipo Menos Preço	Aquisição de forro mineral
PE- 28	000372-07.00/16-1	Tipo Menos Preço	Aquisição de três TVs
PE 29	000232-0700/16-6	Tipo Menor Preço	Aquisição Toner e Kit manutenção LOTES FRACASSADOS 02 E 03 - PE 20-2016.
PE-30	000147-07.00/16-3	Tipo Menor Preço	Aquisição de materiais elétricos LOTES 01 E 03 FRACASSADOS PE 09
DLE-31	000384-07.00/16-9	Art. 24 inciso II	Manutenção de motos
PE-32	000389-07.00/16-2	Tipo Menor Preço	Aquisição de porta corta fogo
DLE-33	000416-07.00/16-0	Art. 24 inciso II	EPI- JALECO
PE-34	000415-07.00/16-7	Tipo Menor Preço	Aquisição material de higiene e limpeza e pasta
PE-35	000447-07.00/16-8	Tipo Menor Preço	Aquisição de instalação de ar condicionado
PE-36	000446-07.00/16-5	Tipo Menor Preço	Aquisição de xicaras e canecos
PE-37	000462-07.00/16-8	Tipo Menor Preço	Aquisição de livros
IL - 38	000467-07.00/16-1	Art. 25 inciso II	Curso pregoeiro
DL-39	000193-07-00/16-1	Art. 24 inciso XVI	Contrato dos estagiários com FRDH/RS
DL-40	000457-07-00/16-2	Art. 24 inciso XVI	Contrato dos procergs-drc 297
DL-41	000458-07-00/16-2	Art. 24 inciso XVI	Contrato dos procergs-drc 26
DLE-42	000483-07.00/16-4	Art. 24 inciso II	Antivírus
PE-43	000487-07.00/16-5	Tipo Menor Preço	Moveis para acervo
PE-44	000485-07.00/16-0	Tipo Menor Preço	Eq informática LOTE 01 REVOGADO
PE-45	000502-07.00/16-5	Tipo Menor Preço	Porta vidro passo fundo

PE-46	000506.07.00/16-6	Tipo Menor Preço	Detector de metal Auditoria Passo findo e Santa Maria
PE-47	000287-07.00/16-9	Tipo Menor Preço	CARTEIRAS FUNCIONAIS JME/RS
PE-47	000287-07.00/16-9	Tipo Menor Preço	CARTEIRAS FUNCIONAIS JME/RS 2ª EDIÇÃO
PE-47	000287-07.00/16-9	Tipo Menor Preço	CARTEIRAS FUNCIONAIS JME/RS 3ª EDIÇÃO
PE-48	000509-07.00/16-4	Tipo Menor Preço	Gêneros alimentícios
PE-49	000523-07.00/16-1	Tipo Menor Preço	Sofá
Ata de SPR	000357-07.00/16-1	Ata de SPR n° 01/2016(SRP).	Aquisição de mobiliários Ata de Sistema de Registro de Preços n° 01/2016(SRP).
IL - 50	000533-07.00/16-3	Art. 25 inciso II	Curso Excel
IL - 51	000538-07.00/16-7	Art. 25 inciso II	Congresso informática
PE- 52	000372-07.00/16-1	Tipo Menos Preço	Aquisição de três TVS
IL - 53	000552-07.00/16-4	Art. 25 inciso II	Curso AutoCad 2d 3d
IL - 54	000557-07.00/16-8	Art. 25 inciso II	Curso de Termo referência
PE -55	000553-07.00/16-7	Tipo Menor Preço	Aquisição de lixeiras
IL - 56	000565-07.00/16-4	Art. 25 inciso II	Curso de Contrato
PE 57	000562-07.00/16-6	Tipo Menor Preço	Aquisição de piso PVC para escadas do TJM/RS. ADUIRIDO NO PE 58.
PE -58	000571-07.00/16-5	Tipo Menor Preço	Aquisição de cama e armário LOTE 01 NÃO AUTORIZADO DIRETOR GERAL
PE- 59	000620-07.00/16/1	Tipo Menor Preço	Circuito de alarme Passo Fundo
PE - 60	0006330-07.00/16-	Tipo Menor Preço	Aquisição de equipamentos médicos
DLE-61	000641-07.00/16-8	Art. 24 inciso II	Agenda
	000419.07-00/16-8	Art. 24 inciso XXII	Contrato CEEE TJM/RS
PE - 62	000648-07.00/16-7	Tipo Menor Preço	Casa de força
PE - 63	000652-07.00/16-2	Tipo Menor Preço	Carpete
PE-64	000470-07.00/16-4	Tipo Menor Preço	Equipamento informática SWITCH LOTE 01 PE-44
IL - 65	000540-07.00/16-7	Art. 25 inciso II	Congresso PMI RS
DLE-66	000672-07.00/16-6	Art. 24 inciso II	Revestimento estofado
DLE-66	000672-07.00/16-6	Art. 24 inciso II	Revestimento estofado
DLE-66	000672-07.00/16-6	Art. 24 inciso II	Revestimento estofado
PE - 67	000671-07.00/16-3	Tipo Menor Preço	Recarga dos Extintores

IL - 68	000680-07.00/16-2	Art. 25 inciso II	Calculo trabalhista
IL - 69	000568-07.00/16-2	Art. 25 inciso II	Congresso Dilnei
PE- 70	000571-07.00/16-5	Tipo Menor Preço	Aquisição de testeira
IL 72	000710-07.00/16-8	Art. 25 inciso I	Assinatura revista Zênite
DI-71	000709-07.00/16-0	Art. 24 inciso VIII	DOE
IL 73	000711-07.00/16-0	Art. 25 inciso I	Assinatura Banco de preço
IL 74	000729-07.00/16-4	Art. 25 inciso I	Assinatura revista JML
DL-75	000741-07.00/16-6	Art. 24 inciso XVI	Acesso à rede INTERNET DCR-463/2016
PE - 75	000755-07.00/16-9	Tipo Menor Preço	Aquisição de equipamentos médicos
DL - 76	000700-07.00/166	Art. 24 inciso II	Jornal do Comercio
IL - 77	000765-07.00/16-0	Art. 25 inciso II	Gestão e fiscalização contratos

DL= Dispensa de Licitação, DLE = Dispensa de Licitação Eletrônica, PE = Pregão Eletrônico, IL= Inexigibilidade de Licitação e Ata de SPR = Ata de Registro de Preços

2.5) Serviço de Material e Patrimônio:

O Serviço de Material é o setor da Coordenadoria Administrativa que, consoante o art. 33 do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, desenvolve as seguintes atividades: orçar, adquirir, armazenar, controlar e distribuir os Bens Permanentes e de Consumo, visando suprir as necessidades da Justiça Militar Estadual.

Atende o Tribunal de Justiça Militar, as duas Auditorias da capital, e também as Auditorias das cidades de Santa Maria e de Passo Fundo.

É responsável pelo acompanhamento de obras, pelos serviços de manutenção, conservação e limpeza.

Efetua diariamente o controle dos Bens Patrimoniais e de Consumo da JME, sendo também de sua responsabilidade o balancete mensal dos Bens de Consumo e o Inventário anual.

Executa a descarga de materiais que estejam inservíveis para a JME, mediante doação, através de expediente administrativo, de equipamentos e mobiliários para a Brigada Militar.

Ao longo do ano, auxiliou no processo de aquisição de material permanente

solicitado pelos diversos setores do Tribunal e suas Auditorias.

Na esfera de sua competência desenvolveu atividades com vistas a organizar, controlar e manter o estoque de material permanente e de consumo necessário aos setores do Tribunal e das Auditorias, além de realizar outras funções que lhe foram determinadas pela autoridade competente.

O Setor de Material elaborou e encaminhou os seguintes pedidos de compra de material e bens permanentes na forma da legislação vigente durante o ano de **2016**:

Aquisições com verba de pronto pagamento	
Objeto	Destino
Aquisição de disco de serra, parafusos, buchas e tinta esmalte.	Aud. de S. Maria.
Aquisição de brocas de aço de 3,4 e 5 mm.	Aud. de S. Maria.
Aquisição e colocação de vidro na sala da secretaria do plenário do 2º do TJM.	Plenário 2º TJM.
Aquisição de plug fêmea, adesivo de silicone, vedante para porta e fio duplo.	Aud. de S. Maria.
Aquisição de dois plafons para colocação nos banheiros do térreo do TJM.	TJM.
Aquisição de sete lixeiras plásticas para uso nas dependências do TJM.	TJM
Aquisição de passador de fio profissional, e fio interno para telefone para uso na Auditoria Militar de Santa Maria.	Aud. de S. Maria.
Aquisição de cópia de planta baixa da 2ª Auditoria Militar para uso do Setor de Material do TJM.	TJM
Aquisição dos seguintes materiais: manta asfáltica, tomada em barra, tomada de sistema pino macho e fio paralelo, todos para uso do TJM.	TJM
Aquisição de saco plástico PE ofício quatro furos para uso do Projeto Memória do TJM.	Biblioteca
Confecção de duas cópias de chaves para uso de reserva no claviculário do Serviço de Material.	TJM
Contratação para manutenção e instalação de roldanas de portão deslizantes para o portão basculante de acesso dos magistrados do TJM.	TJM
Aquisição de bota de borracha para repor o EPI do servidor do Serviço de Material do TJM.	TJM
Aquisição de aventais para uso no Projeto Memória a fim de manuseio do acervo.	Biblioteca
Aquisição de material para impressão; papel couche	Comunicação Social

120 g – 180g – 210g e ficha pautada para o Projeto Memória.	
Aquisição de fio flexível para uso do Serviço de Material para fins de manutenção da extensão elétrica.	TJM
Aquisição de banner em lona brilho 80 x 120 cm para uso da Comunicação Social do TJM.	Comunicação Social
Aquisição de controle eletrônico para o portão de acesso dos Magistrados para substituição.	TJM
Aquisição de materiais diversos para conservação do prédio do TJM tais como: cimento, areia, fita isolante, disco de corte.	TJM
Aquisição de tirante TAURUS para manutenção em veículo do TJM.	Segurança
Aquisição de materiais para conservação do prédio do TJM tais como, limpa obra e cadeado.	TJM

Aquisição de lanterna para emprego na Segurança do TJM.	Segurança
Aquisição de bateria para telefone sem fio para fins de substituição.	TJM
Aquisição de carimbo para uso do diretor geral do TJM.	DG
Aquisição e instalação de sensores de presença nos banheiros em atendimento ao PLS.	TJM
Aquisição de rolo de fita para uso na Auditoria Militar de S.Maria.	Aud. de S.Maria
Aquisição e instalação de telhas e cumieiras que quebraram durante o temporal que causou danos nas instalações do TJM.	TJM
Aquisição de água mineral com e sem gás para o copa bar do TJM.	Copa bar
Aquisição de cabos de informática para uso do Magistrado Cel Mendes.	Juiz Cel Mendes
Aquisição de cópia das chaves da sala da diretoria geral, conforme solicitação do Diretor Geral.	DG
Aquisição de serviços gráficos a pedido do Cel André assistente da presidência do TJM.	Comunicação Social
Aquisição de material de identificação para fins de adequação do PPCI da Auditoria Militar de Santa Maria, conforme solicitação da Dr ^a Eliane.	Aud. de S.Maria
Aquisição de carimbo para uso da Coordenadoria Administrativa do TJM.	Coord. Adm
Aquisição de papel couche para uso junto à presidência do TJM através da Comunicação Social.	Comunicação Social
Aquisição de tabuas para fins de adequação do espaço através de prateleiras a serem montadas no arquivo.	TJM
Aquisição de fita amarela sinalizadora para substituição as antigas em uso nas escadas do TJM.	TJM
Aquisição de forma emergencial de café para fins de suprir o copa bar (magistrados e reuniões).	Copa bar
Aquisição de bandeja para o portal magnético e dispensador álcool gel para os setores do TJM.	Recepção
Aquisição de material para iluminação dos banheiros da auditoria de Santa Maria.	Aud de S.Maria
Compra de folders para uso do núcleo de estudos em direito militar	Com. Social
Serviço de conserto de pneus do veículo Clio do TJM	Segurança
Compra de folders para do núcleo de estudos em direito militar	Com. Social
Compra emergencial de material para compor o café para atender os presidentes dos tribunais de justiça do Brasil	Copa bar
Compra de toalha plástica para sala de reunião (copa	Copa bar

bar)	
Compra de termômetro para sala CPD da TIC	TIC
Conserto de dois carimbos para 2ª Auditoria	2ª Auditoria
Compra de material hidráulico (cano, lixa, cola, serra copo) para instalação dos bebedores.	TJM
Compra de pastas com logomarca do TJM.	Com. Social
Compra de banners para uso do Núcleo de Controle Interno.	NCI
Aquisição de serviço de lavar e passar toalhas de mesa para o copa bar.	Copa bar
Compra de fechaduras para o armário de aço da segurança.	Segurança
Compra de Jimo penetril e broca para manutenção a serem empregados no serviço de material por ocasião de manutenções no prédio do TJM.	TJM
Compra de vidro para mesa (corte) de materiais do projeto memória.	Biblioteca
Aquisição de organizador de chaves para uso do setor de Segurança do TJM.	Segurança
Aquisição de copia de chaves solicitadas pelo Cel André, assessor da presidência.	Ass. Presidência
Aquisição de placa em homenagem ao Dr Jorge Cesar de Assis a pedido da Comunicação Social.	Com. Social
Aquisição de materiais diversos para manutenção na parte elétrica do TJM.	TJM
Aquisição de válvula hidra para substituir a danificada no banheiro masculino do 1º piso do TJM.	TJM
Aquisição de adesivos para pasta acartonada com logo do TJM, e impressão de três certificados para a Comunicação Social.	Com. Social
Aquisição e fornecimento de tomada para instalação dos purificadores de agua em atendimento ao PLS.	TJM
Aquisição de fita para medição de glicemia e lancetas para a semana de prevenção de diabetes.	Segurança
Aquisição e fornecimento de carteiras de verificação e acompanhamento da pressão arterial.	Segurança
Aquisição para troca de resistência do banheiro masculino.	TJM
Compra de material hidráulico para fins de instalação de purificador de agua em atendimento ao PLS na Auditoria Militar de Santa Maria.	Aud. de S.Maria
Carimbos novos para uso da Coordenadoria Administrativa.	Coord. Adm
Compra de vidros para fins de substituição dos vidros quebrados e rachados nas instalações do TJM.	TJM
Compra de cesto de lixo em inox para uso na sala de reuniões e sala do presidente.	Presidente

Compra de dispenser de copos descartáveis para serem instalados no 1º e 2º andar do TJM.	TJM
Compra de cabo HDMI para a TI do TJM.	TIC
Serviço de cópias da chave da antessala do presidente.	Ass. Presidente
Compra de conexão da torneira para uso da lava-jato.	Sv. Material
Contratação de serviço para manutenção do portão lateral de acesso dos Magistrados.	TJM
Compra de moldura para colocação do Certificado do CNJ do Selo Ouro.	Direção Geral
Compra de lamina de madeira e cola para fins de manutenção dos balcões da 2ª Auditoria Militar do TJM.	Sv. Material

Atividades por processo licitatório

Modalidade	Edital	Objeto	Data
Pregão Eletrônico	PE Nº 75-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos médicos destinados a Justiça Militar do Rio Grande do Sul JME/RS.	09/12/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 70-SEAORÇ-TJM/RS/2016	LOTE(S) 01: Aquisição de cama e armários sob medida: Cama retrátil, medindo 1 metro de largura e 2 metros de comprimento, em metal as guarnições e pés, cromados, estrado de madeira resistente e armários laterais em MDF, dois centímetros de espessura, quatro portas 45 centímetro de profundidade, 50 centímetros de largura e 1 metro de altura, 1 metro e 10 centímetros, com cabideiro apenas cada armário, lateral e Lote 02 e 03 contratação de empresa especializada para fornecimento de material para manutenção predial corretiva na escada interna do TJM, destinado ao Tribunal de Justiça Militar – RS.	30/11/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 60-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos médicos destinados a Justiça Militar do Rio Grande do Sul JME/RS.	24/11/2016
Pregão Eletrônico	PE-64-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos de Informática (Switch Configuração Fixa 24 Portas 10/100/1000 PoE + 4 portas 10GE, Layer três Lite), visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar - TJM/RS e Auditorias Militares.	24/11/2016
		Contratação de empresa especializada	

Pregão Eletrônico	PE Nº 67-SEAORÇ-TJM/RS/2016	na prestação de serviços de recarga, manutenção e instalação de equipamentos de combate a incêndios, a serem executados em diversos ambientes do Tribunal de Justiça Militar Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.	17/11/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 70-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de material para manutenção predial corretiva na escada interna do TJM, destinado ao Tribunal de Justiça Militar – RS.	16/11/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 60-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos médicos destinados a Justiça Militar do Rio Grande do Sul JME/RS.	10/11/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 59-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de monitoramento eletrônico de alarme e de Circuito Fechado de Televisão CFTV, através de redes de longa distância (inclusive por meio da Internet), com serviços de instalação e fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, em regime de COMODATO, da central de monitoramento de alarme e de CFTV, incluindo a operação e a manutenção preventiva e corretiva durante toda a execução contratual, atendendo as necessidades de segurança da Auditoria da Justiça Militar de Passo Fundo/RS.	07/11/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 66/SEAORÇ - TJM/RS/2016	A contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para a reforma dos estofados, atendendo as necessidades da Auditoria Militar de Santa Maria, localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores nº 437, bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 97050-545, conforme especificações mínimas obrigatórias.	31/10/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 66/SEAORÇ - TJM/RS/2016	A contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para a reforma dos estofados, atendendo as necessidades da Auditoria Militar de Santa Maria, localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores nº 437, bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 97050-545, conforme	27/10/2016

		especificações mínimas obrigatórias.	
Pregão Eletrônico	PE N° 58-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de cama e armários sob medidas: Cama retrátil, medindo 1 metro de largura e 2 metros de comprimento, em metal as guarnições e pés, cromados, estrado de madeira resistente e armários laterais em MDF, dois centímetros de espessura, quatro portas 45 centímetro de profundidade, 50 centímetros de largura e 1 metro de altura, 1 metro e 10 centímetros, com cabideiro apenas cada armário, lateral e Lote 02 e 03 contratação de empresa especializada para fornecimento de material para manutenção predial corretiva na escada interna do TJM, destinado ao Tribunal de Justiça Militar – RS.	26/10/2016
Dispensa com disputa	DLE n° 66/SEAORÇ - TJM/RS/2016	A contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para a reforma dos estofados, atendendo as necessidades da Auditoria Militar de Santa Maria, localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores n° 437, bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 97050-545, conforme especificações mínimas obrigatórias.	25/10/2016
Dispensa com disputa	DLE n° 61/SEAORÇ - TJM/RS/2016	Aquisição de agenda costurada, formato 165 X 240 mm, mínimo. Material: Capa papelão e espuma, revestido com couro sintético e costurado, na cor preta ou azul marinho, calendário 2017 / 2018, Características: Costurada, Anual, um dia por pagina, com horário por linha de 30 em 30 minutos começando as 07hs, numero mínimo de linhas 30. Incluso: fitilho, dados pessoais, endereços e telefones e planejamento mensal, conforme especificações mínimas obrigatórias.	20/10/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 48-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de gêneros alimentícios e copos plásticos descartáveis destinados a Justiça Militar do Estado, conforme especificações mínimas e quantidades, descritas.	07/10/2016
Pregão Eletrônico	PE-55 SEAORÇ - TJM/RS/2016	Aquisição de cestos de lixo em aço inox personalizados para coleta de papel, plástico, vidro e metal, e lixeiras com divisórias para papel e plástico destinadas a Justiça Militar do Estado – JME/RS, conforme	30/09/2016

		especificações mínimas e quantidades, descritas.	
Pregão Eletrônico	PE Nº 37-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de livros destinados a Justiça do Estado – JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, descritas.	29/09/2016
Pregão Eletrônico	PE-47- SEAORÇ - TJM/RS/2016	Aquisição de Carteira de identidade da JME/RS, híbrido, com chip de contato e chip sem contato, conforme especificações mínimas e quantidades, descritas.	28/09/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 52-SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos eletrônicos (TV LED), visando atender necessidades da Justiça Militar do Estado - JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	27/09/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 48-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de gêneros alimentícios e copos plásticos descartáveis destinados a Justiça Militar do Estado, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	24/09/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 46-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) Portal Detector de Metal com instalação e demais condições, a ser utilizado na portaria principal da Auditoria Militar de Passo Fundo e na Auditoria Militar de Santa Maria, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	22/09/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 49-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de sofá de três lugares revestido em couro e cadeira giratória, destinados a 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre destinado a Justiça Militar do Estado - JME, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	21/09/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 43-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de bens permanentes (mobiliário), e porta livros em acrílico transparente, destinados ao Projeto Memória da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	16/09/2016
Dispensa	DLE nº	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de uma porta de vidro temperado 10 mm incolor na Auditoria Militar de Passo Fundo, localizada na Rua Coronel	

com disputa	45/SEAORC - TJM/RS/2016	Pelegri, n° 700, local em que deve ser entregue e instalada, incluindo a mão de obra e peças necessárias, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	05/09/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 44-SEAORC-TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos de Informática, visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar - TJM/RS e Auditorias Militares, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	02/09/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 35-SEAORC-TJM/RS/2016	Aquisição de aparelhos de condicionado ar com serviço de instalação para a Justiça Militar do Estado/RS, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	29/08/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 36-SEAORC-TJM/RS/2016	Aquisição de empresa especializada para fornecimento de canecas de porcelana branca lisa, de primeira linha, personalizadas com as logomarcas destinado a Justiça Militar do Estado, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	16/08/2016
Dispensa com disputa	DLE n° 42/SEAORC - TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para a renovação da licença da solução de antivírus Kaspersky Select pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS, da 1ª Auditoria Militar, da 2ª Auditoria Militar, da Auditoria Militar de Santa Maria e da Auditoria Militar de Passo Fundo, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	10/08/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 34-SEAORC-TJM/RS/2016	Aquisição de material de limpeza e material de expediente destinado a Justiça Militar do Estado - JME, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	02/08/2016
Pregão Eletrônico	PE N° 28-SEAORC-TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos eletrônicos (TV LED), visando atender necessidades da Justiça Militar do Estado - JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	28/07/2016
Dispensa com disputa	DLE n° 33/SEAORC -	Aquisição de jalecos e óculos destinados a Justiça Militar do Estado -JME/RS, conforme especificações	22/07/2016

	TJM/RS/2016	mínimas obrigatórias descritas.	
Dispensa com disputa	DLE nº 33/SEAORÇ - TJM/RS/2016	Aquisição de jalecos e óculos destinados a Justiça Militar do Estado –JME/RS, conforme especificações mínimas obrigatórias descritas.	19/07/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 27-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de forro mineral em placas, modulável, sustentado por perfis metálicos para serviços de manutenção predial corretiva no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, nas Auditorias de Santa Maria e Passo Fundo, conforme especificações mínimas e quantidades descritas.	18/07/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 22/SEAORÇ - TJM/RS/2016	A contratação de empresa especializada para fornecimento de tapete capacho de entrada personalizado, destinado ao aparelhamento da Auditoria Militar de Santa Maria, conforme especificações mínimas obrigatórias descritas.	15/07/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 28-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos eletrônicos (TV LED), visando atender necessidades da Justiça Militar do Estado - JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	14/07/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 31/SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e manutenção preventiva nas motos de placas IMV3266 e IMG1319, visando atender a necessidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul	13/07/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 30-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de material elétrico destinado a Justiça Militar do Estado – JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	08/07/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 29-SEAORÇ-TJM/RS/2016	Aquisição de toner e suprimento de reposição de impressora destinados à Justiça Militar do Estado – JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	07/07/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 25/SEAORÇ3 Ed - TJM/RS/2016	Restauração de acervos, da Justiça Militar do Estado –JME/RS, conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I deste Termo.	28/06/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 25/SEAORÇ - TJM/RS/2016	Restauração de acervos, da Justiça Militar do Estado –JME/RS, conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I deste Termo.	21/06/2016
Pregão	PE Nº 24-	Aquisição de capa para processo e fita	

Eletrônico	SEAORC-TJM/RS/2016	adesiva polipropileno 50 x50 marrom destinado a Justiça Militar do Estado - JME, conforme I especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	20/06/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 23-SEAORC - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento de refrigerador, destinado ao aparelhamento da Auditoria Militar de Santa Maria, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	15/06/2016
Dispensa com disputa	DLE nº 25/SEAORC - TJM/RS/2016	Restauração de acervos, da Justiça Militar do Estado –JME/RS, conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I deste Termo.	14/06/2016
Dispensa com disputa	DLE - 12/SEAORC - TJM/RS/2016 - 4ª ED	A contratação de empresa especializada para fornecimento de balanças eletrônicas (digital), atendendo as adequações ao Plano de Logística Sustentável do Judiciário por parte da Justiça Militar, Tribunal de Justiça Militar - RS, localizado na Avenida Praia de Belas nº 799, bairro Praia de Belas, POA/RS., conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXOS I deste Termo.	31/05/2016
Pregão Eletrônico	PE -19 - SEAORC - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e higiene, para as dependências da sede da Auditoria de Santa Maria, com carga horária de 08 horas diárias de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	30/05/2016
Pregão Eletrônico	PE - 07 SEAORC - TJM/RS/2015	Aquisição de café tradicional, torrado e moído destinado a Justiça Militar do Estado – JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	20/05/2016
Pregão Eletrônico	PE - 020 SEAORC - TJM/RS/2015	Aquisição de toner e suprimento de reposição de impressora destinados à Justiça Militar do Estado – JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	18/05/2016
Pregão Eletrônico	PE - 17 SEAORC - TJM/RS/2016	Aquisição de material de expediente e copo plástico, descartável, para cafezinho destinado a Justiça Militar do Estado – JME/RS.	17/05/2016
Pregão Eletrônico	PE - 09 SEAORC - TJM/RS/2016	Aquisição de material elétrico destinado a Justiça Militar do Estado – JME/RS..	16/05/2016
		Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento	

Dispensa com disputa	DLE - nº 21/SEAORÇ - TJM/RS/2016	01 (uma) central privada de comutação telefônica – PABX, conforme especificação técnica, visando atender necessidades da Auditoria do Militar de Passo Fundo.	13/05/2016
Pregão Eletrônico	PE 16 SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura predial corretiva no gradil e portões do TJM com fornecimento de material e mão de obra, atendendo as necessidades de manutenção do Tribunal de Justiça Militar - RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	06/05/2016
Pregão Eletrônico	PE - 14 SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de divisórias nos banheiros, material e mão-de-obra, nova e sem uso, atendendo as necessidades da Auditoria da Justiça Militar de Santa Maria, localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores nº 437, bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 97050-545, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	04/05/2016
Pregão Eletrônico	PE -Nº 13 - SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de purificadores d'água, e todos os materiais necessários para instalação, e elementos filtrantes, atendendo as adequações ao Plano de Logística Sustentável do Judiciário por parte da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I. .	29/04/2016
Pregão Eletrônico	PE -Nº 11 - SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, limpeza e desinfecção de reservatórios de águas, visando cumprimento das boas práticas operacionais e obtenção de medidas de controle interno e externo de pragas nas dependências do Tribunal de Justiça Militar/RS, localizado na Avenida Praia de Belas nº 799, bairro Praia de Belas, POA/RS.	12/04/2016
Dispensa	DLE - nº 12/	A contratação de empresa especializada para fornecimento de balanças eletrônicas (digital), atendendo as adequações ao Plano de Logística Sustentável do Judiciário	

com disputa	SEAORÇ - TJM/RS/2016	por parte da Justiça Militar, Tribunal de Justiça Militar - RS, localizado na Avenida Praia de Belas nº 799, bairro Praia de Belas, POA/RS., conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I	04/04/2016
Dispensa com disputa	DLE 08/ SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial corretiva no gradil e portões do TJM com fornecimento de material e mão de obra, atendendo as necessidades de segurança do Tribunal de Justiça Militar - RS, localizado na Avenida Praia de Belas nº 799, bairro Praia de Belas, POA/RS., conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXOS I.	30/03/2016
Pregão Eletrônico	PE Nº 05- SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de porta de aço de enrolar, material e mão-de-obra, nova e sem uso, atendendo as necessidades de segurança da Auditoria da Justiça Militar de Santa Maria, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	16/03/2016
Dispensa com disputa	DLE-nº 06/ SEAORÇ - TJM/RS-2016	Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de película de controle solar espelhada nos vidros das janelas do prédio da Auditoria Militar de Santa Maria, localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores nº 437(Térreo e 1º Andar), Residencial "Treinta Y Tres", CEP 97.050-531, bairros Dores, município de Santa Maria/RS, conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I da DLE.	07/03/2016
Pregão Eletrônico	PE - Nº 02- SEAORÇ - TJM/RS/2016	Aquisição de água mineral de forma parcelada para a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - JME/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I.	29/02/2016
Dispensa com disputa	DLE -nº 03/ SEAORÇ - TJM/RS/2016	Serviço de recarga de extintores da Auditoria Militar de Passo Fundo, conforme especificações mínimas obrigatórias descritas.	23/02/2016
		Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de monitoramento eletrônico de alarme e de Circuito Fechado de Televisão CFTV, VIA RÁDIO TRANSMISSOR E	

Pregão Eletrônico	PE-Nº 01 - SEAORÇ - TJM/RS/2016	INTERNET, com serviços de instalação e fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, em regime de COMODATO, da central de monitoramento de alarme e de CFTV, incluindo a operação e a manutenção preventiva e corretiva durante toda a execução contratual, atendendo as necessidades de segurança da Auditoria da Justiça Militar de Santa Maria/RS, conforme especificações mínimas e quantidades, do Anexo I do Edital	18/02/2016
Dispensa com disputa	DLE-v04/ SEAORÇ - TJM/RS/2016	Contratação de serviço destinado ao gerenciamento de campanhas de comunicação e marketing via correio eletrônico, também conhecido com “E-Mail Marketing”, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, conforme especificações mínimas obrigatórias constantes do ANEXO I da DLE.	15/02/2016

Atividades desenvolvidas pelos servidores do serviço de Material:

Almoxarifado	
Material	Verificação do estoque e necessidade de compras, confecção de pedidos.
	Cotação junto às empresas, formalização de mapa comparativo de preço e termo de referencia.
	Montagem de processo de aquisição com confecção de memorando, anexação de propostas, termo e mapa.
	Recebimento do material e verificação de data de validade, condições físicas, quantidades e armazenamento.
	Distribuição conforme solicitação dos setores através de requisição (THEMA),
	Dossiê de fechamento do mês, (balancete).
	Entrega de material nos setores (água, mat. Expediente e etc.).
	Contato com empresas quando necessário a troca do material danificado, verificação de nota e encaminhamento para liquidação através de memorando, lançamento em estoque e codificação (THEMA).
Motorista	Buscar e levar autoridades no aeroporto e demais locais solicitados, viagens.
	Compram de material de pequeno valor (pronto pagamento), confecção de carimbos, materiais convites e etc.
Eventos	Retirada de longarinas e reposição, colocação e retirada de cadeiras no local do evento, busca de púlpito e.
	Entrega recepção e orientação de convidados,

Pronto pagamento	Aquisição de matérias, atestado, controle do numerário, tabela de controle do numerário, memorando e
	Anexação de notas fiscais, controle do processo e depósito do numerário restante.
Serviço	Escala de sobre aviso 12hs e escala de plantão de 24hs no setor de segurança do TJM, escala de eventos (aniversário, julgamentos e etc)

2.6) Serviço de Copa:

O Serviço de Copa, no ano de 2016, executou todas as tarefas discriminadas no art. 34 do Regulamento dos Serviços Auxiliar da Justiça Militar do Estado, quais sejam:

- a) Atendimento diário de café dos diversos setores do Tribunal e aos visitantes;
- b) Organização dos serviços de alimentação dos eventos realizados pelo Tribunal.

6.2 COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.1) Introdução

A Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, é o órgão incumbido de assessorar, planejar, executar, supervisionar e garantir a qualidade das ações relacionadas ao emprego das Tecnologias da Informação e Comunicação na Justiça Militar do Estado – JME.

Durante o ano de 2016, conforme planejamento anterior e alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional da JME, uma das principais frentes de trabalho foi à implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Resolução nº 185/2013.

Na área de Sistemas de Informação, não obstante a concentração dos recursos humanos disponíveis no PJe foi possível trabalhar na manutenção do SEGA – Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa, que trata, entre outros, do

controle processual dos processos jurídicos do 1º e 2º Graus. Também foi atendida a questão da interoperabilidade entre os diferentes sistemas de informações de processos judiciais existentes no Brasil, através da implantação do MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade, também uma demanda do CNJ e fundamental no processo de extração das informações para o Relatório Justiça em Números.

Ainda na área de Sistemas de Informação, mas agora nas especialidades administrativa e financeira, merece destaque o início da expansão do Sistema Pólis/Thema, um sistema de gestão integrado – ERP, já utilizado pelo Setor de Almoxarifado, e agora atendendo às demandas de requisição de materiais, pedido de compras, controle e acompanhamento de contratos e financeiro.

No tocante à Infraestrutura, o grande resultado obtido foi à conclusão da primeira fase do Projeto de Virtualização no Datacenter da Companhia de Processamento de Dados do RS – PROCERGS. Isto representou um incremento na Segurança da Informação, com destaque para a disponibilidade e para a capacidade de processamento dos recursos de TIC por demanda, que coloca a Justiça Militar Estadual em uma posição invejável nestes requisitos.

Em 2016 o Comitê de Governança de TIC da JME, elaborou o “Planejamento Estratégico de TIC”, estabelecendo as iniciativas estratégicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação que deverão ser executadas no período 2016-2020.

Na sequência deste relatório são detalhados estes e outros trabalhos realizados.

3.2) Planejamento Estratégico de TIC

O Comitê de Governança de TIC, constituído de representantes dos Magistrados, das áreas de negócio e da Coordenadoria de TIC, elaborou o “Planejamento Estratégico de TIC 2016-2020”, construído com base na missão institucional, no Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020 e na Resolução CNJ nº 211/2015 (que Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD).

O documento gerado compreende um conjunto de diretrizes, processos e mecanismos de controle que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso de TIC se mantenham harmoniosas às necessidades institucionais

e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas da JME.

Com a visão de ser “reconhecida como exemplo de eficiência no uso da TIC nas atividades administrativas e judiciais dessa Justiça Especializada”, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos para o período:

- 1 Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e judiciais;
- 2 Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC e aperfeiçoar automação;
- 3 Aperfeiçoar as competências técnicas e pessoais;
- 4 Assegurar e priorizar recursos orçamentários;
- 5 Aperfeiçoar o acesso à Justiça e virtualização dos feitos judiciais;
- 6 Aperfeiçoar a Governança e a Gestão;
- 7 Implementar a interoperabilidade de sistemas de informação;
- 8 Promover a adoção de padrões tecnológicos;
- 9 Aprimorar as contratações;
- 10 Aprimorar a Segurança da Informação.

Para cada objetivo estratégico foi estabelecido um indicador para aferir o nível de alcance das metas e para avaliar o resultado dos processos.

3.3) Desenvolvimento de Sistemas

3.3.1) Processo Judicial Eletrônico – PJe

O PJe, uma das principais metas da JME, teve sua implantação concluída para a esfera cível em todo o 1º Grau da Jurisdição, e para os recursos sobre processos cíveis eletrônicos e as ações originárias no 2º Grau (Figura 1).

Figura 1 – Tela inicial do PJe



Para que este objetivo fosse atingido, uma série de ações foram desenvolvidas ao longo do ano de 2016, entre elas:

- Aquisição de equipamentos e programas (relacionados no Cap. 6);
- Aumento da velocidade do canal de comunicação com a Internet;
- Definição e homologação dos fluxos utilizados no 2º Grau;
- Instalação e testes em ambiente de Homologação (teste) e Produção;
- Reuniões de trabalho com os servidores da JME, com entes externos (OAB-RS, MPRS, PGE-RS e Defensoria Pública do RS) e com membros de outros Tribunais;
- Treinamentos para as áreas envolvidas (gabinetes, cartórios e agentes externos).

A implantação do PJe é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Resolução nº 185/2013, que instituiu o PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento (incluindo a sua obrigatoriedade em 100% das classes processuais no período entre 2016 e 2018, dependendo do porte do Tribunal).

3.3.2) Maratona PJe

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, promoveu em 2016 o evento “Maratona PJe”, primeiro concurso de desenvolvimento de software realizado na Justiça Brasileira (Portaria CNJ nº 156/2015).

A JME participou da Maratona com o projeto intitulado “Alerta PJe”, uma aplicação para dispositivos móveis com o objetivo de agilizar a notificação de eventos processuais e aumentar a produtividade dos usuários do Processo Judicial Eletrônico.

Tribunais de todo o país apresentaram 36 projetos envolvendo a participação de 94 pessoas. Depois da validação inicial dos trabalhos pelo CNJ, as equipes fizeram as adaptações necessárias até chegarem à versão final, apresentada em Brasília por 19 equipes. O projeto da JME foi um destes finalistas.

3.3.3) Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa – SEGA

O SEGA está em constante aperfeiçoamento para se adaptar às necessidades da JME e aos pedidos de informações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Destaque para as seguintes ações:

- Relatórios e consultas: desenvolvimento de novos relatórios e consultas sobre os processos e suas movimentações para apoio ao trabalho dos cartórios, da Corregedoria-Geral e da Coordenadoria Judiciária;
- Informações para acompanhamento das metas do CNJ: uma das principais atividades no SEGA em 2016 foram a geração de informações para atendimento das demandas referentes à Justiça em Números, Produtividade de Magistrados e demais demandas do Conselho Nacional de Justiça.

3.3.4) Sistema Eletrônica de Informações – SEI

O Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, é um sistema de trâmite eletrônico de documentos administrativos que permite uma maior agilidade, segurança e transparência nos

processos administrativos.

O Sistema já era utilizado na JME, porém apenas com acesso dentro da rede interna de computadores. No ano de 2016 foi realizada a instalação de uma nova versão que propiciou a melhora da funcionalidade de pesquisa e, principalmente, o acesso externo pelos usuários, que agora podem consultar elaborar e assinar documentos, independente da local onde estejam.

3.3.5) Pólis/Thema

O Sistema Pólis/Thema é um ERP - sistema de gestão integrado, para a área Administrativa e Financeira. O Sistema era utilizado até 2015 pelo Setor de Almojarifado, e no ano de 2016 teve início à expansão do uso pelas demais áreas de negócio.

A expansão do uso do Sistema visa aumentar a integração entre os diversos setores do Tribunal e também com entes externos como o Tribunal de Justiça e a Secretaria da Fazenda do Estado do RS, além de viabilizar a automação de tarefas e conseqüente redução no tempo de execução do trabalho e incremento na qualidade dos serviços.

Com o apoio da empresa Thema Informática, fornecedora do software, foram cumpridas as etapas de diagnóstico e mapeamento dos principais procedimentos operacionais relacionados ao uso do sistema. Também foram concluídos os treinamentos visando capacitar os servidores, envolvendo os módulos de Patrimônio/Almojarifado, Requisição de Material, Compras e Financeiro/Empeños. O módulo de Requisição de Materiais já foi implantado, restando o módulo de Compras e o Financeiro/Empeño.

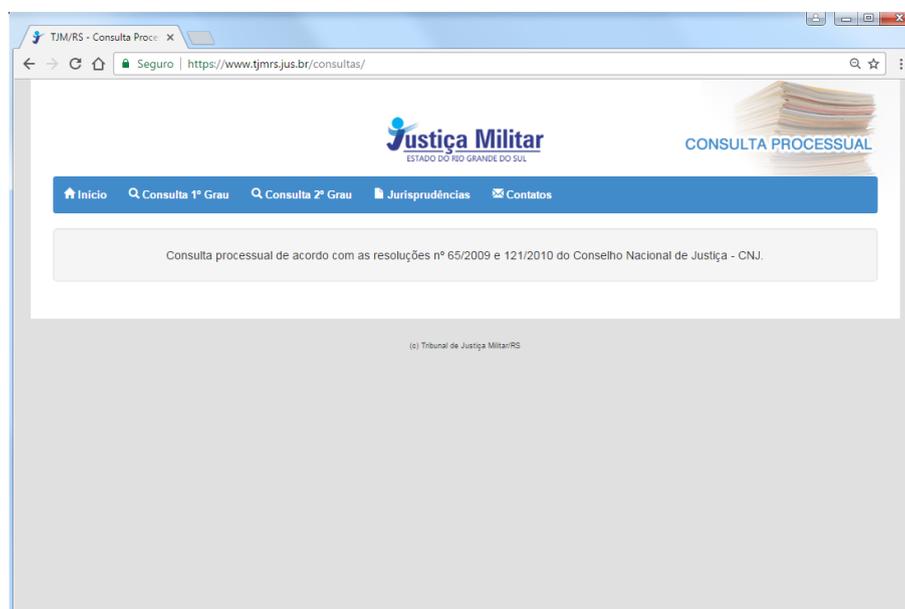
3.3.6) uSEGA

Com o objetivo de criar uma base moderna para o desenvolvimento dos sistemas da JME, a Coordenadoria de TIC continuou o projeto uSEGA (*micro SEGA*). Trata-se da migração de funcionalidades diversas, hoje distribuídas de

forma não organizada entre os sistemas de informação existentes, para o conceito de arquitetura de micro serviços (programas autocontidos responsáveis por um subconjunto limitado de requisitos de um ou mais sistemas, organizados por funcionalidade de negócio). A linguagem de programação utilizada é Java na versão Enterprise, além dos frameworks Spring e Hibernate como plataforma de desenvolvimento.

O principal serviço desenvolvido e implantando no período foi à nova versão da Consulta Processual e Jurisprudência, adequada às regulamentações do CNJ (Figura 2);

Figura 2 – Nova versão da consulta processual e jurisprudência



Também foram desenvolvidos, e está em fase de implantação, o Módulo Transparência (que permite publicar qualquer informação no site da JME diretamente pelas áreas de negócio), uma nova versão do Módulo Lei de Acesso à Informação (atendendo a Lei Federal nº 12.527 e a Constituição Federal) e o Módulo Painel de Informações (módulo genérico que possibilita controlar diversas informações sobre o andamento dos processos de trabalho).

3.3.7) Site da JME na Internet

A Coordenadoria de TIC desenvolve de forma rotineira atividades diversas

para o site da JME na Internet.

Além da atualização parcial do layout, incluindo aspectos de segurança, foram executadas dezenas de manutenções, incluindo publicação de informações e atualização de serviços como a nova Consulta Processual e o Módulo de Transparência, entre outros.

Merece destaque o número de certidões de distribuição de ações criminais e cíveis para pessoas físicas emitidas de forma totalmente automatizada no primeiro ano em que o sistema esteve disponível durante todo o período: foram 54.149 certidões (Figura 3). Isto representou um aumento de 33,7% sobre o total de certidões emitidas no ano de 2015 (atingindo uma parcela maior da população), juntamente com a redução do trabalho dos servidores envolvidos (e consequente liberação para outras atividades).

Figura 3 – Emissão de certidões automatizada na Internet



3.3.8) Intranet

Para a Intranet da JME, além das publicações regulares de informações, foi realizada uma refatoração do código do site visando melhorar a estrutura interna sem alterar seu comportamento externo. Esta atividade é um pré-requisito para o projeto de desenvolvimento de um novo site na Internet e de uma nova Intranet,

integradas e utilizando o conceito de Portal.

3.3.9) MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade

Foi implementado o MNI, conforme Acordo de Cooperação nº 058/2009, com o objetivo de estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais entre os órgãos de administração de Justiça, além de servir de base para implementação das funcionalidades como as extrações de dados demandados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (por exemplo, o Relatório Justiça em Números e as Metas do Poder Judiciário).

3.4) Infraestrutura de TIC

3.4.1) Virtualização de Servidores de Rede

A JME concluiu em 2016 a primeira fase do Projeto de Virtualização (hospedagem e monitoração de computadores servidores de rede) no Datacenter da Companhia de Processamento de Dados do RS – PROCERGS. Atualmente todos os principais serviços providos pela Coordenadoria de TIC, exceto o servidor de arquivos, estão hospedados na PROCERGS. Isto significa um aumento na segurança da informação e na capacidade de processamento dos recursos de TIC da JME por demanda, de forma escalonável e flexível, incluindo a cópia de segurança das informações, além de contar, para alguns serviços, com o apoio técnico especializado dos profissionais da PROCERGS.

Os seguintes serviços/sistemas foram migrados/implantados para o Datacenter da PROCERGS no ano de 2016:

- PJe – Processo Judicial Eletrônico – 1º Grau;
- PJe – Processo Judicial Eletrônico – 2º Grau;
- SEGA;
- Site da JME na Internet;
- Intranet;
- SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

3.4.2) Disponibilização de Acesso Remoto Externo ao Ambiente da JME

Em 2016 foi disponibilizado para alguns usuários, no formato de um projeto-piloto, o acesso remoto externo à infraestrutura de TIC da JME.

O acesso ocorre através de uma solução de VPN – Virtual Private Network, de forma segura através de um túnel com recursos de criptografia, a partir de onde é possível utilizar todos os sistemas internos.

3.4.3) Aumento do Link com a Internet

Foi contratado um aumento da velocidade do canal de comunicação (link) com a Internet. Além do crescimento natural do uso do recurso e um congestionamento que já era percebido, esta ação está alinhada ao objetivo estratégico de “garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais”, principalmente considerando a expansão do uso do Processo Judicial Eletrônico – PJe.

3.4.4) Novo Computador Servidor de Rede de Passo Fundo

Foi planejada e executada a substituição do computador servidor de rede da Auditoria Militar de Passo Fundo. O equipamento possui a função de servidor de arquivos e de comunicação com o Tribunal e a Internet. A máquina substituída tinha mais de cinco anos de uso e não possuía mais garantia (além de estar próximo do limite de capacidade dos recursos de armazenamento), podendo causar uma interrupção dos serviços prestados pela Auditoria.

3.4.5) Implantação de Sistema de CFTV

A Coordenadoria de TIC apoiou a implantação do novo Sistema de Segurança na Sede da Auditoria Militar de Passo Fundo, incluindo Circuito Fechado de TV – CFTV, e a porta detectora de metais. A ação seguiu a orientação da política institucional de renovação de equipamentos e a modernização dos

recursos tecnológicos na área de Segurança da Informação da JME.

3.4.6) Outras Atividades

Entre as atividades executadas pela área de Infraestrutura de TIC, também merece destaque a customização e instalação de 45 novos microcomputadores e notebooks adquiridos no final do ano anterior, além de impressoras e scanners, entre outros equipamentos.

A área de Infraestrutura prestou suporte à realização de 47 sessões do Pleno do TJM, além de diversas atividades especiais que contaram com o apoio da Equipe da Coordenadoria de TIC, entre eles as palestras de Orientações Preventivas de Saúde, ABC das Hepatites, Guerra Contra o Mosquito - Aedes Aegypti, Você é 12X8, Outubro Rosa, Novembro Azul, Planejamento Estratégico, etc.

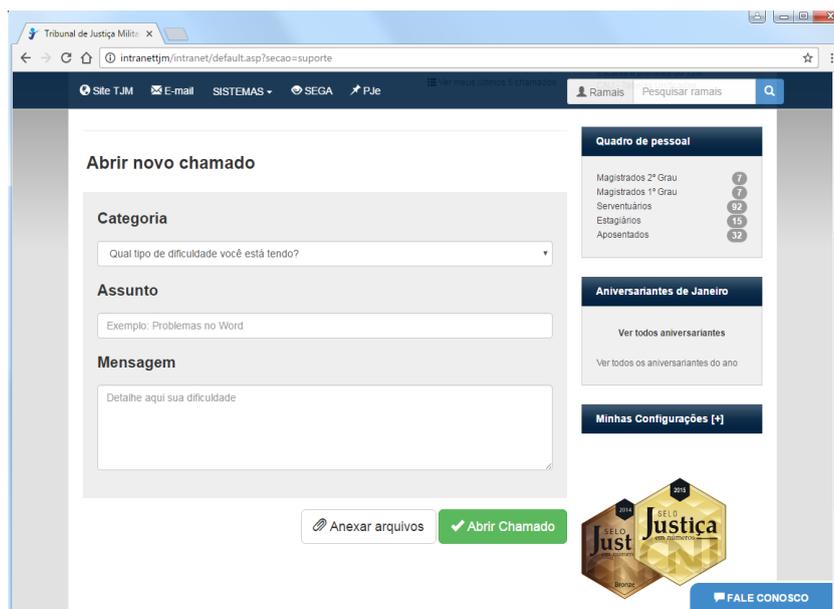
A Coordenadoria de TIC também atua na administração e manutenção do sistema de telefonia da JME, incluindo telefonia fixa e móvel. Como destaque, em 2016 foi adquirida e instalada uma nova central de PABX na Auditoria Militar de Passo Fundo. Também em Passo Fundo foi disponibilizado um novo sistema de som e uma TV para o Plenário da Auditoria.

Foi realizada a baixa de bens inservíveis (26 microcomputadores, 12 notebooks, 20 monitores, sete impressoras, um scanner, um nobreak e sete estabilizadores), tendo sido os mesmos doados a órgãos públicos.

3.5) Atendimento de Suporte

No final do segundo semestre de 2015 foi desenvolvida e implantada a nova página na Intranet para a abertura de chamados de suporte (Figura 4). O objetivo com a disponibilização deste novo recurso foi à redução do tempo de abertura e atendimento de chamados, além de propiciar uma melhor gestão das demandas de suporte e a geração de dados estatísticos sobre os atendimentos realizados.

Figura 4 – Tela de abertura de chamados de suporte

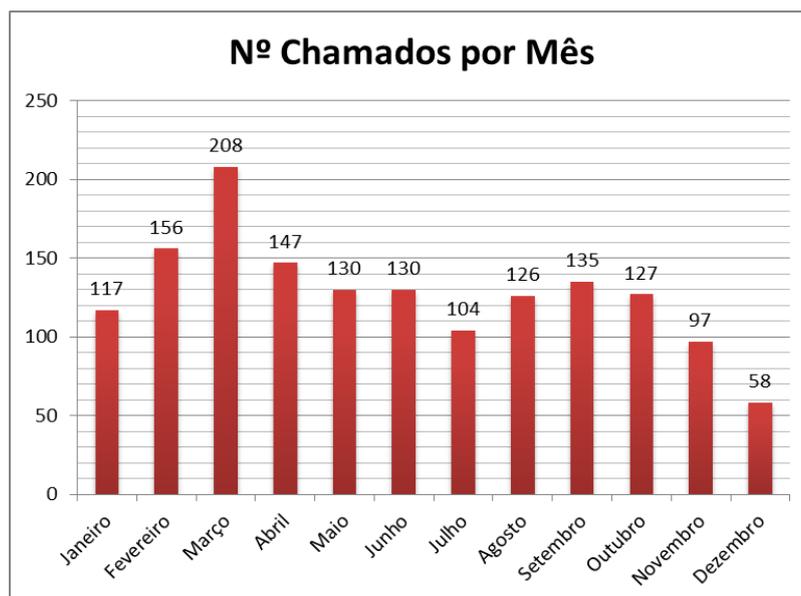


A partir da Intranet, os usuários dos recursos de TIC podem abrir os seus chamados diretamente. No período de Janeiro a Dezembro foram registrados no Sistema de Suporte 1.535 demandas, envolvendo atendimento local ou à distância (telefone/Spark/acesso remoto), incluindo tarefas como cadastro de usuário na rede de computadores, atribuição de permissões, cadastro de e-mail, troca de senha, problemas de acesso, recuperação de backup, instalação de computadores/software, problemas de impressão, instalação/configuração de ramais, resolução de dúvida de sistemas (SEGA, SEI e outros), etc.

Neste primeiro ano de uso nem todos os atendimentos foram solicitados através do Sistema; um número significativo de chamados foi feito por telefone, e-mail ou pessoalmente. Portanto, os números apresentados a seguir são uma representação parcial do trabalho da Equipe de Suporte.

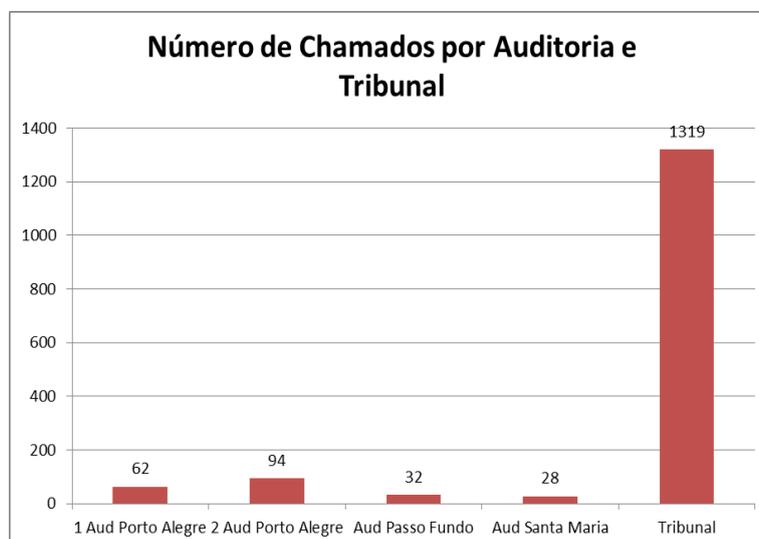
O gráfico da Figura 5 apresenta o volume de atendimentos realizados por mês. É possível observar um crescimento do uso do recurso nos três primeiros meses após o lançamento, e uma posterior estabilização após este período.

Figura 5 – Número de chamados por mês



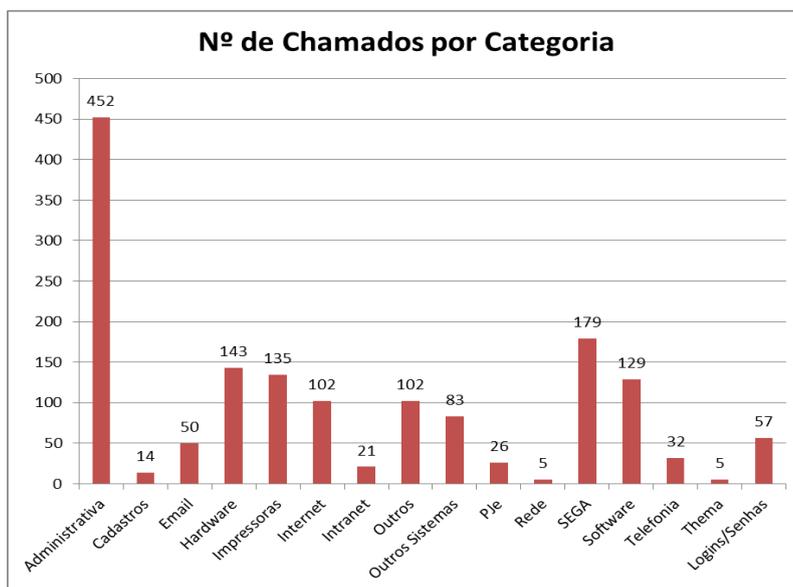
O gráfico da Figura 6 apresenta o volume de chamados ao longo do ano distribuídos entre as Auditorias e o Tribunal, demonstrando uma natural concentração dos chamados no Tribunal e um uso ainda pequeno pelas Auditorias Militares de Santa Maria e Passo Fundo.

Figura 6 – Número de chamados por Auditoria e Tribunal



O gráfico da Figura 7 apresenta o volume de chamados agrupados por categoria (SEGA PJe, Impressoras, Telefonia, etc.). Os chamados da categoria “Administrativa” (publicações na Internet e Intranet, apoio a eventos, etc.) destacam-se, seguidos de atendimentos referentes ao Sistema SEGA, Hardware, Impressoras e Softwares em geral.

Figura 7 – Número de chamados por categoria



3.6) Aquisições de Material de TIC

Com base nos objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico Institucional da JME, foram adquiridos os seguintes materiais de TIC, dentro do processo regular de atualização do parque de equipamentos e softwares da JME e também visando à implantação/evolução do Processo Judicial Eletrônico – PJe, e:

- 25 microcomputadores com dois monitores;
- dois computadores servidores de redes para as Auditoras Militares de Santa Maria e Passo Fundo;
- Renovação de contrato de/suporte para equipamentos Dell;
- Renovação de contrato de suporte e assinatura (licença) do software de antivírus Kaspersky;
- quatro switches de 24 portas;
- dois switches de 48 portas;
- um central PABX.

A Coordenadoria de TIC também apoiou com a participação de seus servidores as seguintes aquisições:

- Carteira de identidade funcional;

- Sistema de CFTV – Circuito Fechado de TV, para a Auditoria Militar de Santa Maria;
- Sistema de e-mail marketing;
- Aparelhos de TV.

Ainda no tocante às aquisições, a Coordenadoria de TIC definiu e iniciou a implantação no âmbito da Coordenadoria do “Processo de Contratação de Soluções de TIC”, conforme Resolução CNJ nº 182/2013. O objetivo com este trabalho é uma maior eficiência nos processos de contratação através de uma execução padronizado e aderente às melhores práticas do mercado. O processo define as fases e etapas necessárias para se adquirir um bem e/ou contratar um serviço, incluindo os seguintes modelos de documento com os elementos mínimos necessários:

- Documento de Oficialização da Demanda;
- Documento de Estudos Preliminares;
- Termo de Referência.
- Participação em Treinamentos e Eventos

Os servidores da Coordenadoria de TIC, em sintonia com a Resolução nº 192/2014 do CNJ, sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, e atendendo o Planejamento Estratégico Institucional da JME no seu objetivo estratégico de “desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores” participaram dos seguintes eventos e treinamentos:

- PJe – Treinamento Maratona PJe – Brasília, 27 a 29/01/2016, dois servidores;
- PJe – Maratona PJ – Apresentação – Brasília, 28 a 29/03/2016, dois servidores;
- PJe – Reunião do Comitê Gestor do PJe Estadual – Curitiba, dois e 3/05/2016, um servidor;
- Thema – Módulo de Patrimônio e Almoxarifado, 22 a 24/03/2016, dois servidores;

- Thema – Módulo de Requisição de Material, 1/11/2016, dois servidores;
- Thema – Módulo de Compras, seis e 7/12/2016, dois servidores;
- Thema – Módulo Financeiro – Empenhos, 13/12/2016, dois servidores;
- Curso MS Windows Server Instalação e Configuração, 27/03 a 1/04/2016, um servidor;
- Curso MS Windows Server Administração, seis a 10/06/2016, um servidor;
- Curso MS Windows Server Configuração Avançada, 17 a 21/06/2016, um servidor;
- Curso MS Windows Server, 12 a 16/09/2016, um servidor;
- Curso PROA – Implantação, 17 e 18/02/2016, um servidor;
- Curso PROA 5.0 – EAD, 27/06 a 1/07/2016, dois servidores;
- Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Edição 2 – EAD, 7/10 a 7/11/2016, um servidor;
- Ciclo de Palestras – Novo Código de Processo Civil – EAD, 23/05 a 17/07/2016, um servidor;
- III ENASTIC – Encontro Nacional dos Secretários de TIC do Judiciário Estadual – Belo Horizonte, 31/03 e 1/04/2016;
- GU PROCERGS – Governo Eletrônico, 26/08/2016, um servidor;
- GU PROCERGS – Inovação em Serviços Digitais ao Cidadão, 14/09/2016, um servidor;
- PMDay Setor Público, 24/08/2016, dois servidores;
- Conferência Mind the Sec 2016 – São Paulo, 20 e 21/09/2016, um servidor;
- Security Leaders Fórum 2016, 14/09/2016, um servidor;
- CONIP – 11º Congresso de Inovação no Judiciário – Brasília, 28 e 29/09/16, um servidor;
- Gartner Symposium Itxpo – São Paulo, 24 a 27/10/2016, um servidor;
- 13º Congresso de Gerenciamento de Projetos, 16 e 17/11/2016, dois servidores;

- Diálogo Público – Governança e Gestão das Aquisições – Encontro com o Controle Externo 7ª edição, 24/11/2016, um servidor.

3.7) Outras Atividades

- Participação nos seguintes grupos de trabalhos:
- Comitê Orçamentário de Primeiro e Segundo Graus da Justiça Militar do Estado – 1 servidor;
- Grupo da Rede Interna de Governança Colaborativa – 1 servidor;
- Comissão Permanente de Seleção de Estágios – 1 servidor;
- Comissão de Promoções;
- Comitê de Governança de TIC – 1 servidor;
- Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – 4 servidores;
- Comissão para Expansão do Uso do Software de Gestão Pólis/Thema – 2 servidores;
- Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico – PJe – um servidor;
- Grupo de Trabalho do Processo Judicial Eletrônico – PJe 1º Grau – dois servidores;
- Grupo de Trabalho do Processo Judicial Eletrônico – PJe 2º Grau – dois servidores;
- Comissão Permanente para Recebimento de Material de TIC – 3 servidores.

Participação, como demandante e/ou equipe de apoio, de 10 processos licitatórios para aquisição de materiais e serviços.

Atuação como fiscais e gestores em 19 contratos de prestação de serviços, incluindo os contratos com a PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS, e com as operadoras de serviços de telefonia – Oi, Vivo e Embratel.

Foram realizadas nove viagens para as Auditorias Militares de Santa Maria e Passo Fundo com o objetivo de expandir e manter a infraestrutura de TIC e implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe (Quadro um).

Quadro 1 – Viagens realizadas

Destino	Descrição	Data
Santa Maria	Apoio à mudança da sede – 1 servidor	01/02/2016
Santa Maria	Apoio à mudança da sede – 1 servidor	28 a 29/03/2016
Santa Maria	Apoio à mudança da sede – 2 servidores	4 e 5/04/2016
Santa Maria	Apoio à mudança da sede – 1 servidor	18 e 19/04/2016
Passo Fundo	Instalação de equipamentos para o PJe, TV e som para o Plenário e novo PABX – 2 servidores.	30 e 31/05/2016
Passo Fundo	Implantação do PJe – 2 servidores	23 e 24/06/2016
Passo Fundo	Instalação de porta detectora de metais – 1 servidor	05/12/2016
Santa Maria	Instalação de porta detectora de metais – 1 servidor	06/12/2016
Passo Fundo	Troca do computador servidor de rede – 2 servidores	14/12/2016

6.3 COORDENADORIA JUDICIÁRIA

À Coordenadoria dos Serviços Judiciários, compete supervisionar, coordenar, orientar e controlar as atividades judiciárias e administrativas referentes aos processos de competência do Tribunal.

4.1) Quadro de servidores

No ano de 2016, a Coordenadoria de Serviços Judiciários, executou as atividades com o seguinte quadro de servidores:

- **Antonio Ferreira Boeira** – Coordenador de Serviços Judiciários,
- **Rejane Maria Di Leone** – Auxiliar de Comunicação
- **Valmor Jorge de Moraes** – Militar reserva-gratificação especial
- **Júlio Pedro Ferreira dos Santos** – Militar reserva-gratificação especial
- **Astrogildo Marques Pacheco Neto** - Militar reserva-gratificação especial

Além dos servidores estão previstos dois estagiários, que auxiliam nas atividades na Coordenadoria Judiciária, porém ao encerrarmos o ano contávamos com apenas uma estagiária efetiva.

4.2) Principais Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Serviços Judiciários, durante o ano de 2016, executadas por seus colaboradores, aconteceram conforme especificado nos quadros que seguem, nos quais procuramos destacar a quantidade/ número de procedimentos/atendimentos executados.

4.2.1) Autuações de 2º grau por classe processual

Nos feitos processados no 2º grau, temos um total de 277 (duzentos e setenta e sete) distribuições, com um total de 9153 movimentações que foram realizadas nos processos durante o ano de 2016, com 20 (vinte) redistribuições de relator/revisor, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FEITOS PROCESSADOS NO 2º GRAU:	DISTRIBUÍDOS	REGISTROS EXECUTADOS NA COORDENADORIA JUDICIÁRIA POR CLASSE
Ação Rescisória	02	199
Apelação Criminal	117	3555
Apelação Cível	27	1004
Agravo regimental Cível	03	101
Agravo Regimental Crime	03	74
Agravo em execução Penal	05	121
Agravo de Instrumento Cível	07	253
Cautelar Inominada	01	16
Correição Parcial em Processo Criminal	10	263
Conflito de Competência	-	-
Conselho de Justificação	02	57
Embargos Infringentes/Nulidade Crime	16	512
Embargos de Declaração Cível/Crime	28	1265
Exceção de Impedimento Cível	-	-
Exceção de Incompetência	-	-
Exceção de Suspeição Cível	01	39
Habeas Corpus	28	735
Habeas Data	-	-
Mandado de Segurança Cível	-	-
Mandado de Segurança Crime	03	77
Reexame Necessário Cível	07	182
Reexame Necessário Crime	01	22
Recurso em Sentido Estrito	04	94
Representação Declaração de Indignidade para o Oficialato/ Perda Posto e Patente	-	10
Reclamação	01	15
Representação para Perda da	11	488

Graduação			
Revisão Criminal		-	1
Recurso Inominado cível/crime		-	2
Recurso especial cível		-	12
Recurso especial crime		-	29
Recurso extraordinário cível		-	09
Recurso Extraordinário crime		-	18
Processos distribuídos no PJE			
TOTAL AUTUAÇÕES/REGISTROS		277	9153
<i>REDISTRIBUIÇÕES</i>	Relator	11	No sistema consta o total de 20 redistribuições.
	Revisor	09	
RECEBIMENTO DO VICE-PRESIDENTE COM DECISÃO		27	-
MANIFESTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
<i>PARECERES E PEDIDOS DE DILIGÊNCIA PELO PROCURADOR DE JUSTIÇA</i>		243	-
<i>PROCESSOS DEVOLVIDOS SEM MANIFESTAÇÃO</i>		-	-

4.3) Expedição de documentos

Os ofícios expedidos durante o ano, em grande parte se referem a informações a respeito de decisões emitidas pelo colegiado e informações gerais solicitadas pelo público externo.

Com referência as certidões fornecidas pelo Tribunal de Justiça Militar, cabe salientar que a solicitação é feita através do site do TJM, e a liberação é automática, quando negativas, o próprio solicitante faz a impressão no local de onde está solicitando; no caso de positivas é feito o encaminhamento para a Coordenadoria Judiciária, sendo a Certidão Narratória confeccionada de forma manual. A retirada é feita no Tribunal ou em uma das auditorias, conforme constar no requerimento do solicitante.

As notas de expediente são digitalizadas na Coordenadoria Judiciária e encaminhadas para publicação no Diário de Justiça Eletrônico do Estado.

OFÍCIOS:	
Recebidos	111
Expedidos	399
CERTIDÕES	
Solicitadas/Liberadas	54149
Narratórias	67
NOTAS DE EXPEDIENTE	
Expedidas/Publicadas	86

4.4) Autuações de recursos no 2º grau por Juiz

Nos quadros abaixo, demonstramos o número de distribuições/autuações por Juiz, durante o ano de 2016, sendo que para o Juiz-Presidente não haverá distribuição regular a partir do dia de sua eleição até o fim do mandato para o qual foi eleito, e a distribuição ao Vice-Presidente e ao Corregedor-Geral da JME, a distribuição será reduzida em 50%, de acordo com o artigo 59, §§ 3º e 4º do RITJM, respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS POR JUIZES DO TJM POR ESPÉCIE

JUIZES	FERNANDO Presidente	FÁBIO Vice- Presidente	AMILCAR Corregedor	MACIEL	BRUM	MENDES	MARIA	TOTAL AUTUAÇÕES
Ação rescisória	-			1	1			2
Agravo em Execução Penal		2		1	1	1		5
Agravo de Instrumento Cível			1	2	1	2	1	7
Agravo Regimental Cível	1		1		1			3
Agravo regimental Crime	1	2						3
Apelação (cível)		4	4	6	3	4	6	27
Apelação (criminal)		14	15	22	20	22	24	117
Cautelar Inominada					1			1
Conselho de Justificação				1		1		2
Conflito de Competência								
Correição Parcial – em Processo Criminal		2		3	2	2	1	10
Embargos de Declaração Cível/Crime		3	4	5	6	4	6	28
Embargos Infringentes Cíveis								
Embargos		1		5	6	2	2	16

Infringentes/Nulidade (Crime)								
Exceção de Suspeição Cível	1							1
Habeas Corpus		4	4	4	5	6	5	28
Mandado de Segurança – (cível)								
Mandado de Segurança – (crime)			1		1	1		3
Recurso em Sentido Estrito						2	2	4
Reexame Necessário (cível)				1	2	2	2	7
Reexame Necessário (crime)				1				1
Reclamação			1					1
Recurso Inominado (civil/crime)								
Representação para Declaração de Indignidade-Incompatibilidade, Perda do Posto e da Patente.								
Representação para Perda da Graduação		2	3	1	1	2	2	11
Revisão Criminal								
TOTAL	3	34	34	53	51	51	51	277

4.5) Distribuição de feitos para o 1º grau

A rotina de distribuição, registro e processamento de feitos para as Auditorias da JME na capital é realizada na Coordenadoria de Serviços Judiciários, que após o recebimento dos feitos oriundos da Brigada Militar, Ministério Público, Justiça Comum e advogados, procede à distribuição de forma eletrônica, em consonância com o Provimento nº 19/2015, e 23/2015 do Juiz-Corregedor-Geral da JME.

No ano de 2016, foram distribuídos 1544 (um mil, quinhentos e quarenta e quatro) feitos para as auditorias da capital, sendo 775 (setecentos e setenta e cinco) para a 1ª Auditoria e 769 (setecentos e sessenta e nove) para a 2ª Auditoria.

Nas Auditorias do interior a distribuição é realizada nas respectivas auditorias.

Abaixo segue mapa da distribuição para a 1ª e 2ª Auditoria:

FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS DISTRIBUÍDOS NAS AUDITORIAS DE PORTO ALEGRE

TIPOS DE FEITOS	1ª AUDITORIA	2ª AUDITORIA
AÇÃO PENAL MILITAR-PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	29	50
AÇÃO CAUTELAR	-	-
AUTO PRISÃO EM FLAGRANTE	06	02
CARTA PRECATÓRIA CITATÓRIA CÍVEL	09	09
CARTA PRECATÓRIA CITATÓRIA CRIME	06	04
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	-	-
DESERÇÃO DE PRAÇA	01	01
DESERÇÃO DE OFICIAL	-	-
EX. DE INSAN. MENTAL DO ACUSADO	03	-
EXCESSÃO DE INCOMPETÊNCIA	-	-
HABEAS DATA	-	-
IPM	540	517
JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL	-	-
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	01	-
MANDADO DE SEGURANÇA CRIME	-	-
MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO	-	-
REPRESENTAÇÃO NOTICIA CRIME	47	44
PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	04	01
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	02	07
<i>PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO/ DADOS OU TELEFONICO</i>	06	07
PEDIDO PRISÃO PREVENTIVA	01	-
PROCESSO ADMINISTRATIVO	-	-
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO CÍVEL	14	13
PROCESSO CRIME	-	-
PROCESSO CRIME JC	-	-
PROCESSO CRIME JME	-	-
PROCESSO DE EXECUÇÃO CÍVEL	02	-
REABILITAÇÃO	-	01
RESTAURAÇÃO DE AUTOS	-	-
SINDICÂNCIA	-	-
TERMO CIRCUNSTANCIADO	104	113
TERMO DE DESERÇÃO	-	-
TOTAL	775	769

4.6) Distribuição de feitos PJE (Processo Judicial Eletrônico)

No ano de 2016, foi implantado na Justiça Militar Estadual, a distribuição de processos através do Processo Judicial Eletrônico a partir do 1º grau nos feitos cíveis; também todos, os recursos interpostos nos processos que iniciaram no 1º grau através do PJE devem ser encaminhados através da distribuição eletrônica no PJE.

No 1º grau foram distribuídos 23 (vinte e três) processos no PJE, sendo 22 (vinte e duas) Ações Ordinárias Cíveis e 1 (um) Mandado de Segurança; no 2º grau

foram distribuídos 5 (cinco) recursos, 3 (três) Agravo de Instrumento e 2 Apelações Cíveis.

4.7) Serviço de Arquivo

No ano de 2015, o serviço de arquivo passou para o controle da Corregedoria tendo em vista, que o arquivo do Tribunal estar subordinado ao Corregedor-Geral da JME; o servidor responsável pelo arquivo passou a compor o quadro da Corregedoria.

Contudo os feitos que vão para o arquivo continuam tramitando, ou seja, são recebidos das auditorias pela Coordenadoria Judiciária, e encaminhados à Corregedoria, de onde, após a Correição são encaminhados diretamente para o arquivo. No ano de 2016, foram encaminhados para arquivo 1841 (hum mil, oitocentos e quarenta e um) feitos/processos conforme demonstrado abaixo:

FEITOS REMETIDOS PARA CORREIÇÃO E ARQUIVAMENTO

TIPOS DE FEITOS	
AÇÃO PENAL MILITAR	168
AGRAVO DE INSTRUMENTO	-
AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL	01
AGRAVO REGIMENTAL (CRIME)	-
APELAÇÃO CÍVEL	25
APELAÇÃO CRIMINAL	96
ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO	-
AUTO PRISÃO EM FLAGRANTE	03
CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO	-
CORREIÇÃO PARCIAL	07
DESERÇÃO DE PRAÇA	-
EXECUÇÃO DA PENA	01
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL/CRIME	13
EMBARGOS INFRINGENTES/NULIDADE (CRIME)	23
HABEAS CORPUS	15
INQUÉRITO POLICIAL	-
IPM	1103
JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL	-
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	02
MANDADO DE SEGURANÇA CRIME	02
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	05
PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CIMINAL	01
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO CÍVEL	15
PROCESSO EXECUÇÃO PENAL	04
REABILITAÇÃO	-
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	02
RECURSO ESPECIAL CÍVEL/CRIME	05
RECURSO EXTRAORDINÁRIO CÍVEL/CRIME	03

RECURSO INOMINADO (CÍVEL/CRIME)	-
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	-
REEXAME NECESSÁRIO CÍVEL/CRIME	07
REPRESENTAÇÃO NOTÍCIA CRIME	282
REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DA INDIGNIDADE PARA O OFICIALATO	01
REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO	15
REVISÃO CRIMINAL	-
SINDICÂNCIA	-
TERMO CIRCUNSTANCIADO	55
QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO	-
TOTAL DE FEITOS ARQUIVADOS	1841

4.8) Recursos remetidos a Tribunais Superiores

Os recursos encaminhados a Tribunais Superiores, cuja remessa é determinada pelo Excelentíssimo Senhor Juiz-Vice-Presidente do TJMRS, após as devidas anotações cartorárias, ocorreram como demonstrado abaixo:

ANO	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	AGRAVO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
2016	20	14

4.9) Acórdãos e decisões publicadas por juizes do Tribunal de Justiça Militar no ano de 2016

As Sessões de Julgamento no Tribunal de Justiça Militar ocorrem normalmente nas quartas-feiras, e após o julgamento as súmulas de julgamento são encaminhadas para a Coordenadoria Judiciária, onde são feitos os registros e encaminhamentos de praxe, retornando para o Relator para confecção do acórdão e, após feita a coleta de assinaturas, é confeccionada a nota de expediente para publicação no diário de justiça eletrônico.

Abaixo quadro demonstrativo da quantidade de acórdãos elaborados por Juiz.

JUIZ	ACÓRDÃO FEITO CÍVEL	ACÓRDÃO FEITO CRIME	TOTAL DE ACÓRDÃOS CÍVEL+CRIME
Cel Maciel	10	39	49

Cel Brum	06	44	50
Cel Mendes	07	42	49
Dr Fernando	02	02	04
Cel Fábio	06	36	42
Dr Amilcar	08	29	37
Dra Maria	06	39	45
TOTAL	45	231	276

4.10) Média mensal de documentos emitidos

Tendo como referência os quadros acima nos quais estão elencados em quantitativo os serviços prestados, temos uma performance mensal de documentos elaborados:

- Média mensal de autuações de 2º grau (considerando as redistribuições de relator/revisor) = 24,75
- Média mensal de distribuição de 1º grau = 128,66
- Média mensal de movimentações no sistema = 762,75
- Média mensal de ofícios confeccionados = 33,25
- Média mensal de certidões liberadas = 4512,42
- Média mensal de notas de expediente confeccionadas = 7,166
- Média mensal de feitos arquivados = 153,41

4.11) Participação em Treinamentos

- Ciclo de palestras FDRH / Escola de Governo – 1 servidora
 - Encontros de Gestão Pública - Gestão Integrada de Processos
 - Encontros de Gestão Pública - Horizontes da Gestão Pública Contemporânea
- Ciclo de Palestra sobre o Novo CPC – 4 servidores
- Curso de Gestão Documental no Poder Judiciário – 1 servidor
- Português e Redação Administrativa – 1 servidora

4.12) Outras atividades

- Integrar Grupo de Trabalho para implantação, acompanhamento e fiscalização do sistema de Processo Judicial eletrônico no âmbito da JME

- 1 servidor.
- Comissão de Promoções – 1 servidor como suplente.
- Participação na Comissão de Regimento, que tem como incumbência apresentar à Comissão de Regimento, minuta do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar – 1 servidor.
- Integrar a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos no âmbito da JME – 1 servidor
- Compor a Comissão Permanente de Eficiência Operacional da Justiça Militar do Estado, direcionada à gestão de pessoas.
- Compor Comissão Permanente de Seleção para estágios na JME/RS

4.13) Medidas adotadas que geraram economia de recursos

No ano de 2016, nos associamos às medidas propostas pela JMECO com o intuito de economia de energia, mantendo as medidas já adotadas no ano de 2014/2015, no que se refere à economia de papel, ou seja, foi utilizado carimbo no qual se certifica que foram coletadas todas as assinaturas no acórdão, e de termo de remessa para arquivo.

6.4 COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

Bel. Francine Feldens (Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária) – Coordenadora de Biblioteca e Memória

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criada, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

5.1) Serviço de Processamento Técnico de Doutrina, de Legislação e de Jurisprudência.

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras; e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar, registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados, e examinar as publicações oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se termos da mesma; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares da Coordenadoria desenvolvidas em 2016.

5.1.1) Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta. A Coordenadoria adquiriu, no ano de 2016, o valor de R\$ 12.982,72 em livros, o que representa um decréscimo de investimento de 42% se comparado ao ano de 2015. Em 2016, foram investidos cerca de R\$ 35.865,57 em novas assinaturas e renovações. A Coordenadoria recebeu diversas doações de livros, de publicações

seriadas, de monografias totalizando 1097 títulos e 1150 exemplares incorporados ao acervo. O material recebido e não incorporado ao acervo foi doado a outras instituições.

5.1.2) Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2016, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, seja pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo/benefício que apresentam. Além disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema Pergamum materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido nesse ano atingir 289 obras no acervo de Publicações On-line. Tendo acrescido a coleção de Bases Dados e a de CDs-ROM.



5.1.3) Doação de Duplicatas

A Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do RS recebe diversas doações de seus usuários. Nem todo material doado é incorporado ao acervo, seja pela existência daquele material, seja pela incompatibilidade dos assuntos. Os

materiais não incorporados são reunidos em uma lista e oferecidos a outras bibliotecas jurídicas ou gerais de todo o Brasil.

Durante o ano de 2016, os materiais de informação não incorporados foram doados a outras bibliotecas jurídicas. Com esse intercâmbio foi beneficiada a Unidade de Informação da Academia da Polícia Civil (ACADEPOL).

5.2) Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação.

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

O acervo da Biblioteca Fernando da Silva Bastos obteve um acréscimo de 20% em seu tamanho, se considerados todos os tipos de materiais informacionais que o compõem. Durante esse ano foram catalogados, classificados e indexados 2561 materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 2561 novos títulos, 411 novos exemplares e 2 materiais adicionais.



5.2.1) Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros.

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2016, adquiriu 96 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 127 exemplares e 1 material adicional. O último inventário de patrimônio de livros constatou que o valor total desse tipo de material é de R\$ 131.918,58. Por fim, cabe salientar que os artigos em livros obtiveram acréscimo de 105 itens.

O acervo de folhetos obteve um crescimento de 57 títulos e 59 exemplares no ano de 2016. Também foram incorporadas ao acervo 3 novas monografias (teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso ou de especialização). As áreas do conhecimento com maior investimento são Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Militar.

5.2.2) Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 146 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2016, foi de 34 títulos e 222 exemplares. Em 2016, foram investidos cerca de R\$ 35.865,57 em novas assinaturas e renovações. A coleção de periódicos obteve expansão, em função de

doações de coleções recebidas de nossos usuários e da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 2264 novos títulos. A Coordenadoria ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

5.2.3) Atos Normativos e Legislação Institucional

A Unidade também atualizou as pastas de Atos Normativos da JMERS com as resoluções, portarias, ordens de serviço, provimentos, publicados no ano de 2016.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória também realizou a consolidação de diversos atos normativos e leis que foram alterados no ano de 2016. Os textos foram atualizados e publicados no *site* institucional.

5.2.4) Digitalização da Jurisprudência Institucional Não Publicada

A Coordenadoria, durante o referido período, iniciou a digitalização dos acórdãos não publicados arquivados. A digitalização oferece agilidade no atendimento das demandas na medida em que é possível enviar o material no mesmo momento da consulta.

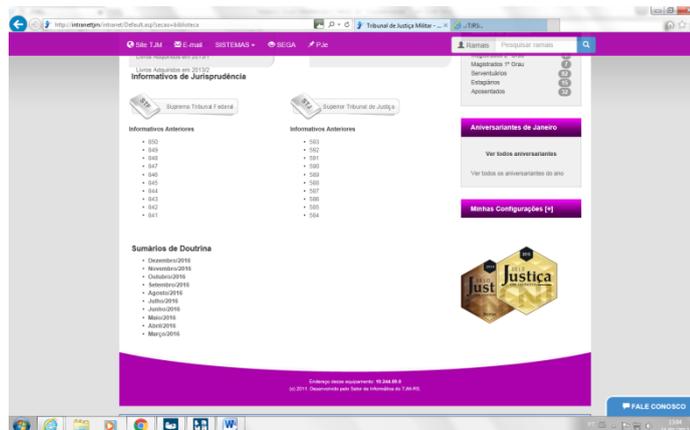
Além disso, os arquivos de computador evitam a reprodução dos documentos em papel. Esse fato diminui a quantidade de papel utilizado, bem como colabora com a política de preservação ambiental promovido pelo Programa de Gestão Ambiental da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (JMEco) e pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Ambiental (GISA).

5.2.5) Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste

na leitura, na seleção e na disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS (9 ocorrências em 2016), dos atos do Diário Oficial do Estado (10 ocorrências em 2016), dos Informativos do Supremo Tribunal Federal (38 ocorrências em 2016) e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça (19 ocorrências em 2016). Além desses produtos informacionais, a Biblioteca elaborou um boletim mensal com todos os sumários de revistas de doutrina recebidos no mês corrente. Os arquivos foram disponibilizados na Intranet da Instituição e são enviados por e-mail aos membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Ademais, a Biblioteca realizou o arquivamento de 242 atos do Diário da Justiça do Estado.



5.3) SERVIÇO DE MEMÓRIA

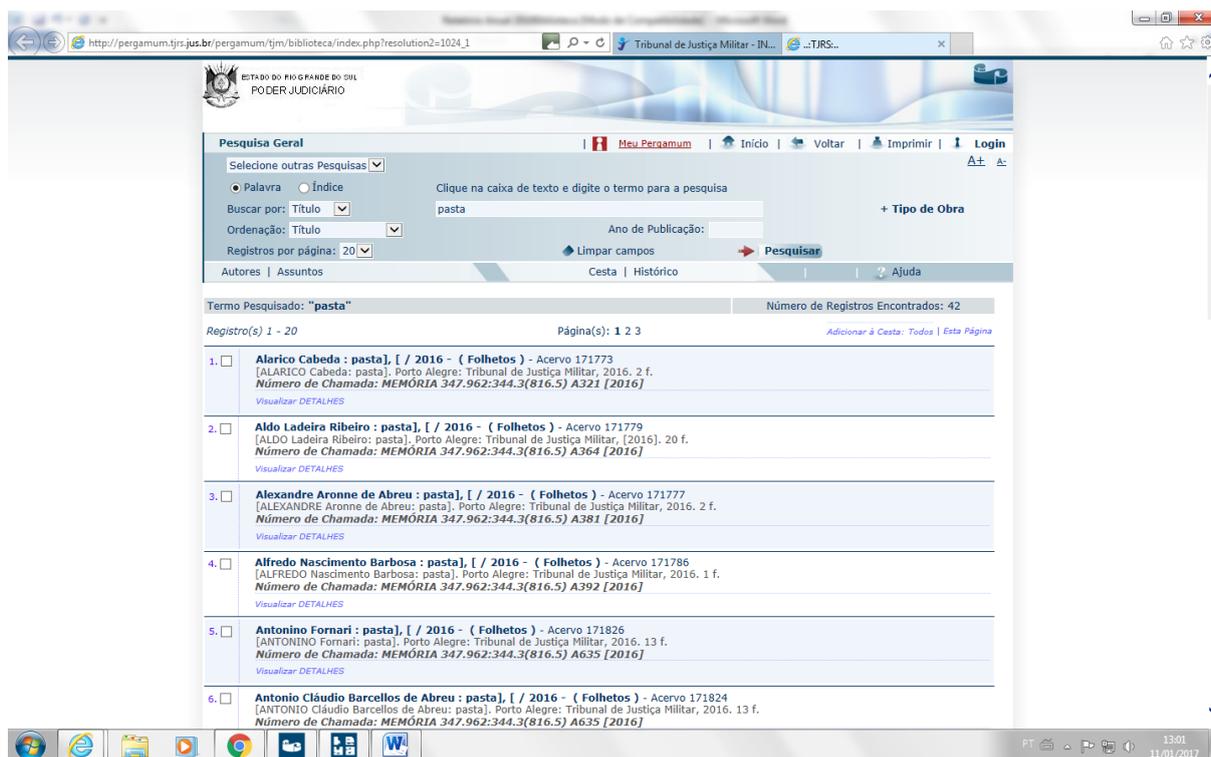
Ao Serviço de Memória incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e

público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i) propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares do Serviço de Memória realizadas em 2016. O Serviço de Memória desde sua criação – 2003 – conta com o Senhor Juiz Sérgio Antonio Berni de Brum como coordenador e idealizador das publicações e atividades desenvolvidas.

5.3.1) Recuperação e Catalogação de Documentos Históricos

Os arquivos digitais do Projeto Memória foram todos organizados e os arquivos físicos estão sendo tratados e inseridos no Sistema Pergamum com vistas a dar publicidade a todo trabalho realizado pelo Memória enquanto Projeto. Durante o ano de 2016 foram catalogadas e indexadas 36 pastas biográficas e 4 pastas de memória institucional, totalizando 44 exemplares.

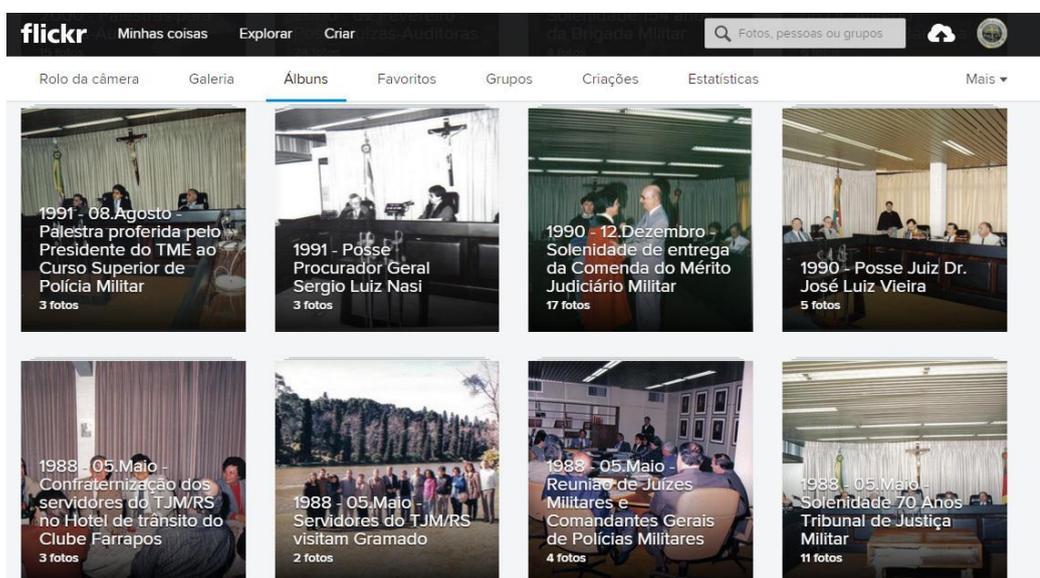


5.3.2) Recuperação e Catalogação de Imagens Iconográficas

A recuperação e a catalogação de imagens iconográficas – atribuição regimental do Serviço de Memória – se deu em 2016 de duas formas, a saber, organização e catalogação das fotografias em papel existentes no acervo do Projeto Memória e organização e tratamento das fotografias digitais existentes nos sites institucionais, inclusive no site do Tribunal.

5.3.3) Flickr

O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória que consiste em disponibilizar na ferramenta Flickr as fotos institucionais para a formação do Banco de Imagens Institucional. Também foram organizadas as fotos já publicadas. Da mesma forma foram inseridas as fotos anteriores a 2013.



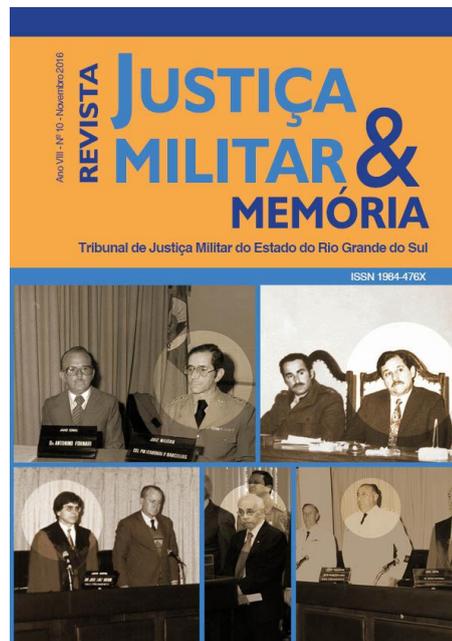
5.3.4) Acervo iconográfico do Projeto Memória

O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória no que tange a organização, impressão, confecção de envelopes e identificação das pessoas em fotografias. Foram organizadas numericamente 771 fotos, das quais apenas 8 fotos não obtiveram nenhum tipo de identificação ou informação quanto à data, local ou evento a qual se refere. Para identificação das pessoas constantes nas fotos ou obtenção de informações acerca delas foram consultados juizes e servidores da ativa e aposentados.

5.3.5) Recuperação da História da Justiça Militar com a Edição de Livros e Folhetos

O Serviço de Memória elaborou e veiculou as seguintes publicações com vistas à divulgação da história da Justiça Militar:

- a) desenvolvimento, organização e editoração eletrônica da Revista Justiça Militar e Memória número 10 (*publicação no prelo*):



SUMÁRIO

- 2 EDITORIAL
- 3 CÓDIGO PENAL MILITAR: IMPOSSIBILIDADE HERMENÊUTICA DE APLICAÇÃO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE POR PECULATO CULPOSO AO EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO
Amílcar Fagundes Freitas Macedo
- 12 O EXTRAVIO CULPOSO DE ARMA DE FOGO E SEU ENQUADRAMENTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR
Olovis Sant'anon
- 20 REPERCUSSÃO DAS REFORMAS DO CPP NO CPPM
Enio Luiz Rossetto
- 34 INCONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO PROCESSUAL OBRIGATORIA NO CPPM
Fernando A. N. Galvão da Rocha
- 46 JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICA E DEMOCRÁTICA DA JUSTIÇA MILITAR
Fernando Armando Ribeiro
- 60 CRIME MILITAR DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL: INEXISTÊNCIA DA NECESSIDADE DE A JUSTIÇA MILITAR ENCAMINHAR OS AUTORES DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR À JUSTIÇA COMUM QUANDO PRESENTE EXCLUDENTE DE ILICITUDE
Fernando Pereira
- 69 CONTROLE JUDICIAL DO MÉRITO ADMINISTRATIVO
Paulo Adib Cassab
- 74 A INTIMIDADE COMO LIMITADORA DA PRODUÇÃO DE PROVA
Ronaldo João Roth
- 87 PALAVRAS DA COORDENAÇÃO
- 90 MEMÓRIAS DA JUSTIÇA MILITAR

- b) envio mensal da bibliografia dos Magistrados desta Justiça Militar para o jornal Correio Obriguadinho/ABC da Segurança Pública:

pág. 9 Jul/Agos de 2015 História de Vida JCB 234 Correio Brigadiano

Juiz Eduardo Túlio Sarmento Barcelos

Importante memória da participação brigadiana nos movimentos de 1930 e de 1932



Nasceu em 1937 na cidade de Porto Alegre/RS. Em 1952 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1960, foi nomeado Procurador do então Ministério do Trabalho e da Previdência Social. No Governo do Mal. Arthur da Costa e Silva foi nomeado Delegado Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul. Em três de fevereiro de 1986, foi nomeado Juiz Civil do Tribunal Militar do Estado. Foi Vice-Presidente no biênio 1990/1992 e Presidente do Tribunal Militar do Estado no biênio 1992/1993. Aposentou-se em 1997.

PROJETO MEMÓRIA: Dr. Barcelos, conversávamos há pouco sobre dois pitorescos episódios de suas memórias de infância que, de uma forma ou de outra, envolvem a Brigada e a história política do Rio Grande, não é verdade?

ENTREVISTADO: Não há dúvida. Lembro-me de fatos marcantes, muito interessantes, que me voltam à memória. Um deles é o da Revolução de 1930. Na época eu morava na Rua da Praia. Num certo momento, durante à tarde, começou o tiroteio. Era a tomada do Quartel General. Outro foi em 1932, quando da despedida do meu tio que se alistou na Revolução Constitucionalista de São Paulo. Criei-me numa época em que a Brigada Militar tinha um poder de fogo e de organização talvez igual ao do Exército. Praticamente, a história do Rio Grande do Sul, a segurança, em termos de fronteira, estava na mão da Brigada. A Brigada Militar era a força tradicional, a força guerreira do Rio Grande. O Exército tinha poucas guarnições naquela época: Santa Maria, Santiago, Porto Alegre, São Leopoldo, São Gabriel. O efetivo da Brigada era muito maior, e as praças eram profissionais, enquanto que, os do Exército eram recrutas que cumpriam apenas um ano de instrução. Meu avô, o Major Eduardo Machado de Moraes Sarmento, caudilho da época, foi Chefe de Polícia em Porto Alegre, depois foi Diretor do Cais do Porto - na época não se chamava DEPRIC - e era o responsável por todos os armazéns. Quando o Flores da Cunha começou a se armar contra o Getúlio, ele importou o armamento da Tchecoslováquia. Esse armamento - jipes com metralhadoras, com alta potência de fogo, pneus à prova de bala, e também armamento leve, fuzis de repetição - vinham em caixões que eram desembarcados no Porto. O vovô era o encarregado de colocar aquela mercadoria dentro do armazém e, se não me falha a memória, era o Armazém-5. Um dia, eu era pequeno, chegaram os Oficiais da Brigada, abriram dois ou três caixões para examinar o armamento que estavam recebendo e fizeram a prova dos tiros de fuzil nos pneus. Era o fuzil 1908 que o Exército e a Brigada usavam na época, a bala ricocheteava no pneu e não entrava. Quer dizer, o Flores estava tremendamente bem armado, e a Brigada estava pronta para Guerra, caso fosse necessário. Ai houve, aquela interferência do Arcebispo de Porto Alegre, e apertaram, porque, senão, seria uma das revoluções mais sangrentas essa de 1937.

PROJETO MEMÓRIA: Conta-se que Porto Alegre, inclusive, estava toda cercada por trincheiras. Já estava tudo preparado para a defesa.

ENTREVISTADO: Tudo preparado. Tenho um contraponto, que veio a comandar o 7º BC. Era Tenente-Coronel, na época, e foi um dos que se prepararam para segurar o Flores. Quando viram que estava muito difícil a situação e que seria uma mortandade, apelaram para o Arcebispo (D. João Becker). O Flores da Cunha era um caudilho emocional e ele foi ao Palácio mostrar que seria uma mortandade. Escapamos de uma revolução sangrenta. Recordo-me dos desfiles e que a Brigada desfilava as metralhadoras pesadas, que eram transportadas em lombo de muletas.

PROJETO MEMÓRIA: Mas tudo isso antes de 1937, porque depois...

ENTREVISTADO: Depois o Getúlio sentiu que essas forças públicas estaduais estavam com um poderio tal que ele perderia o controle militar e político do País. Então, ele terminou com as bandeiras dos Estados e nomeou um General do Exército para Fiscal das Forças Públicas. Nunca tinham pensado nisso, foi com ele que começou o controle das forças públicas.

PROJETO MEMÓRIA: O senhor tem lembrança dos interventores daquele tempo? Gen. Daltrio Filho, Gen. Cordeiro?

ENTREVISTADO: O Peracchi Barcelos era Aju-



dante de Ordem do Cordeiro de Farias. Foi ali que ele começou a carreira política.

PROJETO MEMÓRIA: O Cel. Peracchi chegou a lutar na Revolução de 1932 e foi exilado?

ENTREVISTADO: De 1934 a 1937, esteve fora da atividade militar, de onde foi afastado, reformado, por motivos políticos, tendo neste período, pelo que me falou certa vez, vendido rádios e geladeiras para sustentar a família, indo de casa em casa. Depois veio a anistia, e ele voltou. Frequentei o Palácio, na época do General Ernesto Dornelles, que era primo do Getúlio e que foi bom interventor. Esse relacionamento surgiu porque o filho dele, Ernesto - de apelido Neneco - foi cadete comigo no tempo da guerra. O Dornelles era um homem de rigidez de caráter e foi um bom admi-

PDP do material completo, coletado pelo Projeto Memória TJME disponível em: <http://www.abcdaesseguranca.org.br/?p=6973>

5.4) Restauração de documentos históricos

Em 2016, foram investidos R\$ 890,00 com a recuperação de documentos históricos. Foram restaurados por uma profissional especializada os seguintes documentos:

- a) RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 2347 A. Porto Alegre: A Federação. 63 p. (obra pertencente ao Juiz Ribeiro Dantas)
- b) RIO GRANDE DO SUL. Corte de Apelação. Processos de 1941. 6. v.
- c) MILITIA. São Paulo, n. 8, v. 54, 1954.

Como bem assevera Iara Quintela Moreira da Silva¹:

¹ SILVA, Iara Jurema Quintela Moreira da. A importância da conservação, preservação e restauração e os acervos bibliográficos e documentais em saúde coletiva. *Boletim da Saúde, Porto Alegre*, v. 15, n. 1, p. 29-36, 2001.

O acesso à herança cultural, por meio do resgate de documentos, responde à busca do homem pelo seu passado, de onde viemos e quem somos. As mensagens deixadas nos proporcionam o entendimento de nós mesmos, a que sociedade pertencemos e que espaço ou papéis ocupamos sócio-historicamente. A preservação de documentos contribui ao esclarecimento de nossa origem étnica e ao enriquecimento do patrimônio cultural do mundo. É papel do conservador-restaurador buscar a sobrevivência física e material destes objetos, sendo responsável pela permanência da informação armazenada mediante a sua conservação, preservação e restauração. A conservação se dedica à preservação do patrimonial, mantendo a integridade dos documentos, minimizando a deterioração. A preservação é o agir em procedimentos que visam ao retardamento ou à prevenção de deterioração ou dos estragos nos documentos. No caso do suporte em papel, isso ocorre por intermédio do controle do meio ambiente, das estruturas físicas e dos condicionamentos que possam mantê-lo numa situação de guarda estável. A restauração é o agir mediante procedimentos que possam devolver o estado original ou o seu estado mais próximo do original, com o mínimo de prejuízo à sua integridade estética e histórica, conservando a sua personalidade.

As obras restauradas estão expostas nas dependências da Coordenadoria de Biblioteca e Memória em armário de vidro – adquirido em 2016 – adequado para exposição de documentos históricos.

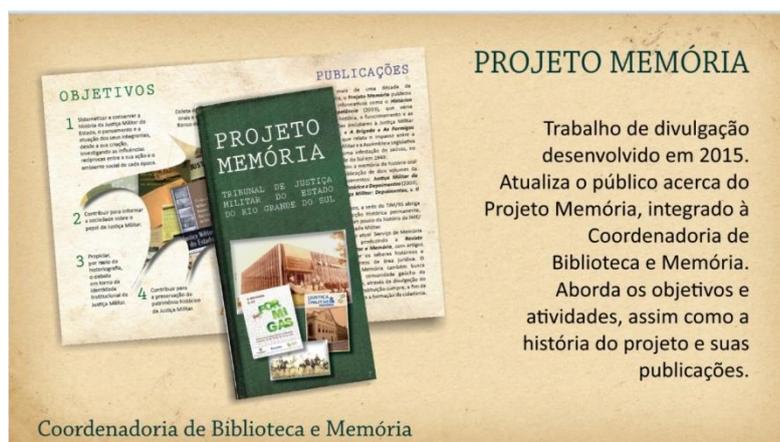
5.5) Avaliação histórica dos documentos do Arquivo da Primeira Auditoria e do Tribunal

A Portaria nº 104/2016 instituiu um grupo de trabalho para avaliação histórica dos documentos de um dos Arquivos da Primeira Auditoria da JMERS. A avaliação ainda está em andamento. Ao fim dos trabalhos será elaborado laudo historiográfico com as considerações da Historiadora Gilberta Ferreira da Costa, estagiária do Serviço de Memória.

5.6) Elaboração de apresentação do Serviço de Memória para veiculação institucional

A mobilização e a sensibilização dos magistrados, dos servidores e do público em geral visando à efetiva concretização dos objetivos de recuperação da memória institucional da JMERS foram promovidos através da criação, elaboração e confecção de duas apresentações em formato de slides para veiculação no monitor do Tribunal localizado no hall de entrada do prédio sede do TJMRS. As

apresentações foram elaboradas com fotografias do Banco de Imagens do Serviço de Memória. Uma das apresentações abordou a inauguração dos prédios das Auditorias e do Tribunal e a outra as publicações elaboradas pelo Projeto Memória até então.



5.7) Atividades do Serviço de Memória para 2017

Dentre as atividades de rotina do Serviço de Memória que serão executadas no ano de 2017, ainda será dada continuidade das seguintes atividades; a) manutenção da publicação das fotos do Tribunal no Flickr; b) organização e catalogação dos arquivos físicos do Projeto Memória; c) desenvolvimento do livro: “Justiça Militar do Estado: histórico e depoimentos, vol. 3”; d) divulgação e lançamento da n. 10 da “Revista Justiça Militar e Memória”; e) desenvolvimento de um seminário interinstitucional sobre a importância da conservação do acervo de Memória Institucional dos Tribunais.

5.8) SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E PESQUISA

Ao Serviço de Referência e de Pesquisa compete: a) atender e auxiliar as consultas de leitores dos usuários (integrantes da Justiça Militar do Estado ou do público em geral), orientando-os na escolha e na pesquisa em livros, periódicos e demais materiais de informação; b) efetuar pesquisas legislativas, doutrinárias e/ou jurisprudenciais para os servidores vinculados a Justiça Militar do Estado; c) gerenciar e controlar o empréstimo do material; d) efetuar ou cancelar empréstimos; e) renovar as obras emprestadas; d) solicitar a devolução do material em atraso ou com reserva; e f) organizar e facilitar os meios necessários à consulta e ao empréstimo de livros e outras publicações.

O serviço de referência é a atividade primordial para a existência de uma unidade de informação. De acordo com Macedo (1990):

(...) a essência do conceito de referência é o atendimento pessoal do bibliotecário profissional preparado para esse fim ao usuário que, em momento determinado, o procura para obter uma publicação ou informação por ter alguma dificuldade, ou ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisa ser encaminhado para outra instituição. ²

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) revolucionou as atividades biblioteconômicas. Atualmente, além da interação bibliotecário-usuário o profissional da informação também se depara com as relações bibliotecário-interface de entrada de dados (planilhas eletrônicas onde são catalogados, indexados e classificados os materiais informacionais) e usuário-interface de pesquisa. Na Coordenadoria de Biblioteca e Memória os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas Pergamum. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. Para melhoria do atendimento

² MACEDO, Neusa Dias de. *Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.23, n. 1/4, p.09-37, jan./dez., 1990.

de pesquisas no Sistema Pergamum foi desenvolvido um folder explicativo que será disponibilizado futuramente aos usuários potenciais e a sociedade.

5.9) Atendimentos

Os atendimentos realizados pela Coordenadoria se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados a Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2016, foram efetuados 1678 empréstimos e 1689 devoluções, totalizando um ligeiro aumento na circulação bibliográfica. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias. Os materiais com maior número de ocorrência de circulação são das áreas de: Direito Penal Comum e Militar, Processo Civil e Processo Penal Militar, nesta ordem.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual a Coordenadoria, durante o ano de 2016, adquiriu diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juizes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juizes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores.

5.10) Pesquisas

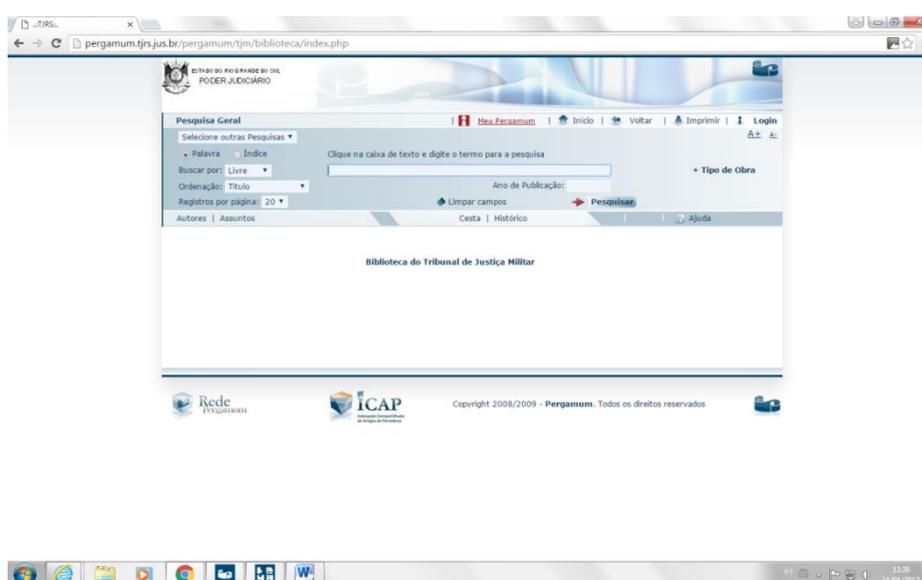
Durante esse ano foram realizadas 2618 pesquisas no Sistema Pergamum. A partir do número de pesquisas realizadas é possível inferir que houve pelo menos 8,72 acessos de usuários internos ou externos ao sistema por dia. Importa salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2016, são Direito Penal Militar, Direito Administrativo e Administração Pública, Direito Penal Comum, Processo Penal Militar e Justiça Militar, respectivamente.

Além das pesquisas ao acervo próprio da Coordenadoria de Biblioteca e

Memória, também foram realizadas diversas pesquisas nos sites de jurisprudência dos diversos tribunais estaduais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As pesquisas de doutrina são realizadas no *site* da Biblioteca Institucional, entretanto as pesquisas de legislação e de jurisprudência são feitas, quase exclusivamente, no site das instituições produtoras. Cerca de 80% dessas pesquisas são realizadas para suprir as necessidades informacionais dos magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado do RS e dos membros e servidores do Ministério Público junto a nossa Instituição.

A Coordenadoria também realizou diversas consultas, em 2016, que visaram à obtenção de pareceres jurídicos para a solução de controvérsias administrativas. Foram utilizados os serviços de consultoria das seguintes publicações: Revista Zênite: informativo de licitações e contratos, Revista JML: licitações e contratos, Boletim de Direito Administrativo, Boletim de Licitações e Contratos e, por fim, Fórum Administrativo: direito público.

A Unidade também colaborou, em 2016, com diversos usuários externos interessados em realizar pesquisas para suas monografias de conclusão de curso, de mestrado, de doutorado, de especialização em Direito Penal Militar, Segurança Pública, dentre outros. Os usuários foram atendidos presencialmente ou virtualmente. Eram oriundos de diversos estados brasileiros e de cidades do interior do RS.



5.11) Intercâmbios de Informações com Outras Bibliotecas Jurídicas

Durante todo o período corrente, a Biblioteca trocou informações e obras jurídicas com várias outras bibliotecas. Dentre elas a do Ministério Público do Estado do RS, as bibliotecas dos Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais e de São Paulo, a do Tribunal de Justiça do RS e a do Supremo Tribunal Federal.

A Biblioteca recebeu vários materiais de informação doados pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, pela Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA) e por outras bibliotecas jurídicas do Estado. Algumas obras de doação foram recebidas em permuta com a Revista de Jurisprudência Militar, que era expedida pela Unidade.

6.5 CONCLUSÃO

O presente relatório mostra em detalhes as atividades desenvolvidas pela Direção-Geral e suas Coordenadorias, evidenciando ter sido o ano de 2016 com acréscimo de realizações quando em comparação ao exercício anterior, fundamentalmente em decorrência do empenho e comprometimento dos servidores, os quais, incansavelmente, procuraram atender os anseios da administração do Tribunal e das Auditorias, dando o suporte necessário para a realização das tarefas jurisdicionais desta Justiça Especializada, a qual busca a cada ano se aprimorar no cumprimento, com excelência, da missão constitucional que lhe é atribuída.

Tribunal de Justiça Militar do Estado, em Porto Alegre, 19 de janeiro de 2017.

Bel. Dirnei Vieira de Vieira
Diretor Geral

3. CONCLUSÃO

O ano de 2016 efetivamente foi muito profícuo para a Justiça Militar do Rio Grande do Sul. A extensão do Processo Judicial Eletrônico para o 2º grau eleva a Justiça Militar a um novo patamar na prestação jurisdicional.

A instituição do Planejamento de Logística Sustentável pela Justiça Militar gaúcha para os anos de 2016/2020 é um marco na gestão castrense, porquanto, num momento em que a sociedade está a exigir da Administração Pública eficiência, o PLS tem o objetivo de otimizar o uso do gasto público e a gestão dos processos de trabalho.

Ainda, procurou-se organizar os setores da Justiça Militar visando ao desenvolvimento pleno de cada segmento, a fim de, ordinariamente, alcançar as metas estabelecidas dentro dos limites orçamentários.

A criação do Núcleo de Estudos em Direito Militar também merece ser relevada, pois se trata de uma parceria com a prestígio Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS), concretizando-se em uma ação definida no planejamento estratégico e na busca de cumprimento de metas estabelecidas no sentido de tornar conhecida e compreendida esta justiça especializada, possibilitando a discussão da mesma aos diversos públicos e segmentos sociais direta e indiretamente interessados.

Ao finalizar este relatório, conclui-se que 2016 foi um ano produtivo para a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, sedimentada em uma gestão integrada e colaborativa, alinhando-se, mais uma vez, os planos dos setores aos objetivos estratégicos desta justiça especializada.

Porto Alegre, 15 de março de 2017.

Fernando Guerreiro de Lemos
Juiz-Presidente